

**“Reservas extrativistas e pesca artesanal: etnografia do campo socioambiental em Pernambuco”**

**Relatório Final de Pesquisa**

Referente às atividades desenvolvidas de dezembro de 2008 a dezembro de 2010, relativas ao processo APQ 1000-7.03/08 do edital Facepe 06/ 2008: Programa de infra-estrutura para jovens pesquisadores- Programa Primeiros Projetos- PPP/ Facepe/ CNPq- Faixa “B”

Responsável pelo auxílio: Pedro Castelo Branco Silveira (Fundaj)

**Equipe:**

Beatriz Mesquita Pedrosa (Fundaj), pesquisadora

Allan Rodrigo Aantes Monteiro (Fundaj), pesquisador

Luciana Santos de Melo, pesquisadora associada

Júlia Costa Rosas (UFPE), bolsista de iniciação científica, Facepe

Ivson Rodrigues de Oliveira Filho (UFPE), bolsista de iniciação científica, CNPq/Fundaj

Luclécia Cistina Morais da Silva (UFPE), graduanda

## Índice

Resumo .....	4
Introdução.....	5
Capítulo 1: As Reservas Extrativistas: da reforma agrária do seringueiro ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação.....	10
Capítulo 2: Pescadores artesanais no Brasil.....	18
Capítulo 3: A pesca artesanal e as políticas públicas no Brasil e em Pernambuco (2003-2010).....	30
Capítulo 4: Reservas extrativistas no litoral pernambucano.....	84
Capítulo 5: O estuário do rio Goiana: pescarias numa reserva extrativista.....	118
Conclusões .....	141
Bibliografia .....	144

## Lista de Tabelas e Figuras

### Figuras

Figura 1: ritmo de criação das reservas extrativistas no Brasil (1990-2009) .....	17
Figura 2: e recursos gastos com seguro-defeso e número de pescadores segurados (1993-2009) .....	35
Figura 3: Rede de instituições na Governança da pesca em Pernambuco .....	80
Figura 4: imagem de satélite da região de Suape, Litoral Sul de Pernambuco .....	86
Figura 5: Áreas reivindicadas como Resex e RDS em Pernambuco .....	91
Figura 6: Estuário do rio Goiana e Resex Acaú-Goiana .....	94
Figura 7: Estuário do rio Sirinhaém .....	102
Figura 8: Estuário do rio Sirinhaém- residência atual dos antigos moradores das ilhas .....	106
Figura 9: Complexo estuarino do rio Formoso .....	114
Figura 10: Atividades de pesca artesanal na Resex Acaú-Goiana pesca estuarina .....	120
Figura 11 :Atividades de pesca artesanal na Resex Acaú-Goiana: coleta de caranguejos .....	120
Figura 12: Atividades de pesca artesanal na Resex Acaú-Goiana: coleta de mariscos .....	121
Figura 13: Atividades de pesca artesanal na Resex Acaú-Goiana: pesca de lagosta .....	121

### Tabelas

Tabela 1: unidades de conservação compiladas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação .....	13
Tabela 2: síntese das políticas públicas para a pesca artesanal no período da pesquisa .....	32
Tabela 3– Resumo dos processos tramitados ou em trâmite na Câmara técnica de Biodiversidade, Fauna e Recursos Pesqueiros do CONAMA .....	46
Tabela 4 - Secretarias de Estado com ações na pesca artesanal – Pernambuco .....	56
Tabela 5: dados populacionais e importância da pesca nos municípios estudados .....	66
Tabela 6 - Entidades de representação dos pescadores nos Municípios estudados .....	74
Tabela 6: Alguns eventos relevantes para o processo de criação das Reservas Extrativistas em Pernambuco .....	115
Tabela 7: Síntese das propostas de criação de unidades de conservação em Pernambuco .....	116
Tabela 8 - Petrechos utilizados e modalidades de pesca realizadas na Resex Acaú-Goiana .....	122

## Resumo

Analizamos o processo de mobilização dos pescadores artesanais em prol da criação de reservas extrativistas (Resex) em porções do litoral pernambucano, os estuários dos rios Goiana, Sirinhaém e Formoso, mais o Canal de Santa Cruz. Abordamos a história social da categoria *reserva extrativista*, discutimos aspectos da formação da categoria *pescadores artesanais* e as políticas públicas voltadas para a pesca artesanal. A seguir narramos o processo de solicitação das Resex em Pernambuco, com ênfase nos conflitos motivadores da mobilização e as posições das organizações dos pescadores e seus apoiadores, das diferentes agências governamentais federais, o posicionamento do governo estadual e dos governos municipais. Descrevemos brevemente a ecologia da pesca no estuário do rio Goiana, onde foi criada a primeira reserva extrativista de Pernambuco e Paraíba, a Resex Acaú-Goiana, e analisamos os eventos desde sua criação, em 2007. Traçamos por fim algumas conclusões que dizem respeito aos desafios e limitações do modelo de Resex, em sua versão concreta, para os pescadores e para os representantes do Estado.

## Introdução

Os pescadores artesanais tem sido nos últimos anos a categoria social mais impactada pelas transformações em curso no litoral pernambucano. Valorizados folcloricamente como “figura típica” do Nordeste e recentemente alvo de diversas políticas governamentais, os pescadores, os de carne e osso, tem visto seu espaço ser substituído por empreendimentos diversos, alguns anunciados como o futuro do desenvolvimento do estado, outros que consistem em mera apropriação do espaço litorâneo para fins privados duvidosos.

A presente pesquisa é fruto de nossa constatação de que os pescadores artesanais, apesar das dificuldades em seu processo organizativo, tem procurado garantir sua presença em suas áreas de trabalho e de vida. Por meio do envolvimento dos pesquisadores e de outros pesquisadores da Fundaj, no universo da pesca artesanal, deparamo-nos com um processo mobilizatório de muitas colônias e associações, assim como entidades de assessoria, em torno da proposta de criação de reservas extrativistas (Resex) em certos pontos do litoral do estado de Pernambuco. Nosso projeto propôs-se a investigar de que modo esta mobilização pelas Resex ocorre e qual sua relação com outras dimensões, entre elas os modos de viver dos pescadores, suas formas de organização política, a relação constituída com as diversas instâncias estatais e com outros grupos. Analisamos aqui as limitações e possibilidades que o estabelecimento, na prática, de reservas extrativistas, apresenta na defesa dos direitos dos pescadores face aos conflitos que enfrentam.

A **metodologia** consistiu em basicamente no acompanhamento do cotidiano dos conflitos relativos à pesca artesanal no litoral pernambucano, seja em viagens de campo para observação participante, seja na “participação observante” em eventos, oficinas e reuniões, seja em conversas informais e entrevistas gravadas com pescadores, gestores, lideranças, técnicos e ativistas da área da pesca artesanal, no litoral Pernambucano e em Brasília. Foi feito também um acompanhamento das atividades de pesca na Resex Acaú-Goiana e no rio Formoso. Analisamos ainda os processos, relatórios técnicos e outros documentos relativos à criação das Resex Acaú-Goiana e Sirinhaém-Ipojuca.

Para concretizar a pesquisa, contamos com o apoio financeiro não só da Facepe mas também da Fundação Joaquim Nabuco, com recursos do Ministério da Educação. Montamos uma pequena equipe formada pelos seguintes pesquisadores:

- Pedro Castelo Branco Silveira, pesquisador da Fundaj
- Beatriz Mesquita Pedrosa, pesquisadora da Fundaj
- Allan Monteiro, pesquisador da Fundaj
- Luciana Santos de Melo, bióloga, pesquisadora associada

- Júlia Costa Rosas, estudante de graduação em ciências sociais (UFPE), iniciação científica
- Ivson Rodrigues de Oliveira Filho, graduando em ciências ambientais (UFPE), iniciação científica
- Luclécia Cristina Morais da Silva, graduanda em ciências biológicas (UFPE), trabalho de conclusão de curso

O financiamento para a pesquisa foi obtido em fins de 2008, mas iniciamos o acompanhamento dos conflitos em torno dos territórios dos pescadores artesanais já no início de 2007, com nossa inserção no projeto “Dinâmicas ecológicas em ambientes estuarinos no Nordeste brasileiro”, coordenado por Tarcísio Quinamo (Fundaj). Junto com esta equipe, organizamos entre 2007 e 2010 dois seminários nacionais sobre “Pesca artesanal e sustentabilidade socioambiental” e uma série de oficinas com pescadores e professores sobre “Pesca artesanal e unidades de conservação”. Nossa atuação, portanto, para além da pesquisa aqui apresentada, deu-se no diálogo com as organizações dos pescadores e com suas entidades de assessoria, em especial o Conselho Pastoral dos Pescadores.

Este relatório apresenta, portanto, os resultados destes últimos dois anos de pesquisa sobre as Reservas extrativistas em Pernambuco. O texto está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo apresentamos a história social das reservas extrativistas e como elas constituem uma possibilidade de gestão compartilhada do território entre comunidades tradicionais e Estado. No segundo capítulo abordamos a formação histórica da categoria *pescadores artesanais*, sua relação com o Estado e sua atuação como movimento social. O terceiro capítulo é dedicado a descrever e analisar as diversas políticas públicas recentes relacionadas à pesca artesanal. No quarto capítulo narramos o processo sociopolítico de solicitação das Resex em Pernambuco, descrevendo os conflitos e os agentes envolvidos. No quinto capítulo, finalmente, descrevendo a situação específica da Resex Acaú-Goiana, a única já criada no período da pesquisa. Para finalizar, tecemos algumas conclusões gerais da pesquisa.

Esperamos que o texto seja elucidativo sobre as questões tratadas e que seja agradável ao leitor, desejando assim uma boa leitura.

## **Produtos**

O projeto apresentou, além do presente relatório, os seguintes produtos, até o momento:

### *Relatórios de Iniciação Científica*

- Júlia Costa Rosas, “Memórias de pescadores artesanais: transformações socioambientais no estuário do rio Formoso”, bolsista Facepe
- Ivson Rodrigues de Oliveira, “Mudanças socioambientais e técnicas de pesca na Reserva Extrativistas Acaú-Goiana”, bolsista Pibic/CNPq/Fundaj

*Monografia de conclusão de curso*

- Luclécia Cristina Morais da Silva, “Conflitos socioambientais em Sirinhaém: um caso de injustiça ambiental”

*Participação em eventos científicos*

2011

XXVIII Congresso Internacional da Associação Latinoamericana de Sociologia

Local: Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE

Organização: Associação Latinoamericana de Sociologia

Natureza da participação:

- Apresentação do poster “Conflitos socioambientais em Pernambuco: um caso de injustiça ambiental” (Luclécia Morais e Pedro Silveira)
- Apresentação do poster “Memória de pescadores artesanais: transformações socioambientais no estuário do Rio Formoso” (Júlia Rosas)

II Semana do Meio Ambiente- II SEMEIO “ Políticas Públicas para o Meio Ambiente”

Local: Recife-PE

Organização: Universidade Federal Rural de Pernambuco

Natureza da participação:

Palestra “Políticas Públicas na Pesca” (Beatriz Mesquita)

2010

*III Seminário Pesca Artesanal e Sustentabilidade Socioambiental*

Local: Fundação Joaquim Nabuco, Recife-PE

Organização: Fundação Joaquim Nabuco e Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca- ICSF

Natureza da participação:

- Organização do evento (Pedro Silveira, Beatriz Mesquita)
- Monitoria (Luclécia Silva)
- Coordenação da mesa redonda “Pesca artesanal e áreas protegidas de uso sustentável” (Pedro Silveira)
- Coordenação da mesa-redonda “Dinâmicas socioecológicas em áreas protegidas”

*V ENANPPAS- Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade*

Local: Universidade Federal de Santa Catarina

Organização: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade- ANPPAS

Natureza da participação: apresentação da comunicação oral “As reservas extrativistas assegurarão os territórios dos pescadores? O caso do litoral pernambucano”, Pedro Silveira e Beatriz Mesquita, em co-autoria com Cristiano Ramalho)

*World Small-scale Fisheries Congress*

Local: Bangkok-Tailândia

Organização: Coastal Development Centre (CDC), Universidade de Kasetsart, Tailândia

Natureza da participação:

- Apresentação oral “Small-scale fisheries governance in Brazil.” (Beatriz Mesquita e Pedro

Silveira).

IV Congresso Brasileiro de Oceanografia

Local: Rio Grande - RS

Organização: Sociedade Brasileira de Oceanografia - AOCEANO

Natureza da participação:

- Apresentação do pôster “Governança na pesca artesanal em Pernambuco: uma análise das instituições”. (Beatriz Mesquita e Luciana Santos Melo)

- Apresentação do pôster “As técnicas de pesca e a diversidade de petrechos no estuário dos rios Goiana e Megaó”. (Luciana Santos Melo e Beatriz Mesquita)

2009

II Reunião Equatorial de Antropologia- REA

Local: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN

Organização: Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN

Natureza da participação: apresentação da comunicação oral “Um mar de conflitos: pescadores artesanais e gestão territorial no Litoral Norte de Pernambuco”

### *Capítulo de livro*

SILVA, Luclécia C.M. E SILVEIRA, Pedro Castelo Branco (no prelo)

Conflitos sociambientais no Litoral Sul de Pernambuco: a Resex Sirinhaém-Ipojuca. *In: Silva, Tarcísio A.A. E Gehlen, Vitória. Cartografia dos conflitos socioambientais em Pernambuco. Recife, ed. UFPE, previsão de lançamento: novembro de 2011.*

### *Artigos de divulgação*

Silveira, Pedro C. B.

“Pernambuco regulamenta suas unidades de conservação ambiental”, Informativo Rede MangueMar Pernambuco n. 1, 2009

Silveira, Pedro C. B.

“Seminário sobre pesca artesanal promove diálogo entre pescadores, pesquisadores e gestores”, Informativo da Rede MangueMar Pernambuco, n. 2, 2010

Silveira, Pedro C. B.

“Pesca artesanal, territórios e os impactos dos grandes empreendimentos”  
*Revista Coletiva n. 1. Recife, 2010. Disponível em <www.coletiva.org>.*

Nos próximos meses trabalharemos na redação de artigos, com base neste relatório e nos outros produtos da pesquisa, para submissão a periódicos científicos.

## **Agradecimentos**

Neste percurso, agradecemos à equipe do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), em especial a Severino Santos (Bill) e Laurineide Santana; a Jasilma Amorim e Valdir Gonzales (Mopepe); aos dirigentes das colônias e associações de pescadores de Baldo do Rio, Carne de Vaca, Ponta de Pedras, Tejucupapo, Caaporã, Itapissuma, Itamaracá, Acaú, Ipojuca, Rio Formoso, Tamandaré, Sirinhaém e São José da Coroa Grande, em especial a Vera, André, Gilmarcos, Edburgo, Custódio, Luzia, Marinalva, Bolo, Dinha, Chico, Neco, Ronaldo, Arlene, Flávio, Marilene, Ovino, Lurdinha, Floro, Joana e Jorge da Praia; a Alberto e Beatrice Padovani (Ircos); a Plácido Jr., Frei Sinésio e Irmã Lúcia (CPT); a Giannina Cysneiros, Silvanda Galvão e José Ênio (Sectma/PE); a Sileno Alcântara (Prorural); Iru Guimarães e Ana Cristina Figueredo (IPA) a Tarcísio Quinamo e à equipe do projeto Dinâmicas Ecológicas em Ambientes Estuarinos no Nordeste Brasileiro (Fundaj); aos coordenadores gerais da CGEA, Alexandrina Sobreira, Clóvis Cavalcanti, e seus substitutos Neison Freire e Edilene Pinto; a Cristiano Ramalho (UFS); a Andrea Ciacchi (UFPB/Unila); a Alexandre Cordeiro, Patrícia Greco Campos, Erika Pinto, Marisanta Nóbrega, Luiz Otávio, Ana Virgínia e Marisol (ICMBio); a Fernando Acioli e Marcelo Françaço (APA dos Corais); a Gonzaga Jr., José Telino de Lacerda, João Dias, Mauro Rufino, Sérgio Mattos, Cláudia Zagaglia e Elisa Madi (MPA), Robson Jatobá (Territórios da Pesca); Karina Sampaio (Projeto Gente de Maré); prefeituras dos municípios pesquisados; a equipe do Instituto Oceanário e o professor Luiz Lira; a Simone Ferreira, Daniele Mariz, Anna Carla de Souza; aos gestores do setor pesqueiro entrevistados, bem como àqueles que disponibilizaram informações. Ao Conselho de Pesca do estado de Pernambuco, Conselho de Meio Ambiente de Pernambuco, Conselho Nacional de Pesca, Ministério da Pesca, aos entrevistados nas Secretarias de governo em Pernambuco, CPRH e nas secretarias municipais. À Rede Mangue Mar. À Facepe, Fundaj e CNPq, por terem apoiado este projeto financeiramente e com bolsas de estudo.

## Capítulo 1

### As Reservas Extrativistas: da reforma agrária do seringueiro ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação

A trajetória histórica das reservas extrativistas nos conta muito sobre como, no Brasil, *sistemas de uso comum de recursos* tem conseguido se institucionalizar em alguns territórios e têm nominado grupos que realizam tais formas de gestão sob a categoria *populações tradicionais*. É uma história cheia de idiosincrasias, que abordaremos tangencialmente aqui para que possamos ter uma compreensão mais abrangente do fenômeno das Resex em Pernambuco.

Sistemas de uso comum de recursos são aqueles que fogem à lógica da gestão privada e também da gestão pública. O debate sobre tais sistemas começou a se tornar conhecido pelo famoso texto de Hardin (1968) em *Science*, que afirmava que recursos que não eram privatizados nem geridos pelo Estado estavam fadados ao esgotamento, pela lógica de que cada usuário tentaria maximizar a extração de benefícios individuais. Como contraponto a esta formulação surgiram estudos que mostravam sistemas de gestão de recursos que se mantinham no tempo sob formas coletivas de gestão. A principal pesquisadora a popularizar estes estudos foi Elinor Ostrom, cuja contribuição teórica lhe rendeu em 2009 o Prêmio Nobel de Economia. Ostrom e outros pesquisadores (Ostrom et. al, 1999; McKay e Acheson, 1987) reuniram um sem-número de casos que mostram que recursos de uso coletivo podem ser exauridos numa tragédia, mas geralmente não o são. As explicações para isto são diversas. A primeira e mais óbvia é que as motivações humanas não seguem sempre a regra do indivíduo calculista que age pela maior relação custo-benefício. Além disso, os sistemas de recursos tem dinâmicas que influenciam suas respostas ao uso humano. E, talvez a mais importante explicação, é que sistemas de uso comum em geral não são sistemas sem regras, onde há livre acesso a qualquer usuário. Há regras de uso costumeiras, muitas vezes diversas das regras legais, que regulam o acesso de usuários a recursos. Neste caso, vale destacar que nem sempre a existência de uma regra significa o seu cumprimento, como há muito mostrou bem Malinowski (2008 [1926]). Para Malinowski, uma parte importante da compreensão de fenômenos sociais é entender o que está colocado entre “o que os nativos dizem” (as regras) e “o que os nativos fazem” (as ações).

Sem ter nenhum conhecimento das teorias sobre os sistemas de uso comum, os seringueiros do Acre e seus interlocutores inventaram, no final dos anos de 1980, uma forma inédita do Estado reconhecer seus sistemas de manejo da floresta. Neste período, a economia da borracha brasileira estava em franca decadência, dada a competição desigual entre a borracha das seringueiras amazônicas de ocorrência natural em meio às florestas e a das monoculturas de seringueiras no sudoeste asiático.

No Acre os chamados *patrões da borracha*, que controlavam o trabalho dos seringueiros e os mantinham em regime de escravidão por dívida, passaram a vender suas terras para empreendedores que desejavam, com apoio governamental, transformar os seringais em áreas de pastagem para

criação extensiva de gado bovino pela remoção da floresta. Numa história que ficou bem conhecida internacionalmente, os seringueiros, organizados em sindicatos, resistiam ao processo de derrubada da floresta nos chamados *empates*, em que permaneciam nas áreas a serem desmatadas, usando seus corpos para impedir a ação das máquinas.

Além do assassinato de Chico Mendes e outras lideranças sindicais e da divulgação massiva desta série de conflitos em âmbito internacional, outro de seus desdobramentos foi a elaboração de uma proposta de reforma agrária que passasse a gestão das terras dos patrões para as mãos dos seringueiros sem descaracterizar o sistema de uso da floresta, mantendo-a de pé e respeitando as formas costumeiras de ocupação das florestas, as chamadas *colocações*, áreas que contemplavam uma série de *estradas de seringa* (Alegretti, 2002; M. Almeida, 2004).

Na invenção das reservas extrativistas, os seringueiros acrianos e seus apoiadores apropriaram-se do modelo das “reservas indígenas” e pautaram o termo “extrativistas” pela atividade de extração do látex da seringueira, por eles desenvolvida. O período, entretanto, era de crescimento da importância das lutas ambientalistas. O famoso relatório “Nosso Futuro Comum” (CMMAD, 1988) era produzido no âmbito das Nações Unidas, e preparava-se a Conferência Rio-92. O apoio internacional à luta de seringueiros e indígenas contra o desmatamento e os grandes projetos de desenvolvimento deveu-se a um até então inédito alinhamento entre ambientalistas e movimentos sociais de minorias. Os *povos da floresta* colocavam-se como aliados dos ambientalistas na conservação da Amazônia. Assim, os seringueiros incluíram às lutas sindicalistas a articulação que se configurava em fins dos anos de 1980 com as redes ambientalistas internacionais, dando um novo sentido ambientalista às práticas há décadas utilizada pelos seringueiros (M. Almeida, 2004).

As negociações em curso no fim dos anos de 1980 levavam a “reforma agrária do seringueiro” para a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Incra. Em 1989, entretanto, houve a primeira eleição direta para presidente após o fim do período militar. Os movimentos sociais, dentre eles o dos seringueiros, apoiaram a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva (PT), esperando assim obter avanços em termos de reforma agrária no país. O resultado da eleição, entretanto, foi desfavorável. Com a vitória de Fernando Collor de Melo (PRN), as negociações então tomaram um novo rumo e os seringueiros e seus apoiadores conseguiram, no apagar das luzes do governo de transição de José Sarney a criação da figura das reservas extrativistas associadas ao Ministério do Meio Ambiente, não como estratégia de reforma agrária, mas como uma das chamadas *unidades de conservação ambiental* (Alegretti, 2002; Almeida, 2004).

As reservas recém-criadas eram de fato um arranjo institucional inovador. As terras eram de propriedade da união, mas permaneciam sob um contrato de uso com uma associação representativa dos seringueiros da área, por 100 anos. A associação deveria apresentar ao governo brasileiro, na figura do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), um *plano de utilização*, documento em que definia quem eram os usuários e as formas de uso previstas. Este documento deveria ser baseado nas formas costumeiras da população e deveriam assegurar a continuidade dos recursos para o futuro. Era, portanto, uma aposta nas formas tradicionais de gerir a

floresta. Não havia nada parecido nas diversas unidades de conservação criadas por influência de grupos diversos ao longo da história do Brasil. Vistas pelos grupos que desejavam aliar justiça social a conservação ambiental como uma solução importante, e pelos ambientalistas preservacionistas como uma estratégia populista que não levaria à conservação, as primeiras reservas extrativistas foram criadas no Acre, em 1990, em meio a toda a mobilização para a realização da Conferência Rio-92.

Posteriormente, em 1996, é criada a figura da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), que também previa como usuárias as chamadas populações tradicionais, termo forjado durante todos estes debates do final dos anos de 1980 e início de 1990. A criação do modelo da RDS se relaciona à militância de pesquisadores que trabalhavam na região da então Reserva Biológica Mamirauá, no Amazonas, e apostavam que era possível a conservação da área com a permanência dos grupos humanos que lá viviam, sendo necessária a reclassificação da unidade de conservação.

As Resex e RDS foram portanto criadas no Brasil em um momento histórico específico, em que as lutas por liberdades e direitos sociais coletivos que impulsionaram o fim da ditadura militar foram solapadas pela entrada em vigor do projeto de ajustes neoliberais no Estado e na economia, projeto este que prosseguiu após o impeachment de Fernando Collor com a entrada de Itamar Franco e posteriormente se aprofundou com os governos de Fernando Henrique Cardoso. Curiosamente, este período representa o momento em que as questões ambientais passaram a ser vistas como forma de atração de recursos para o país: é o momento em que se institucionaliza o movimento ambientalista no Brasil e cresce a importância das chamadas organizações não-governamentais (ONGs). As Resex, cujo arranjo institucional pressupunha um Estado capaz de apoiar as demandas dos seringueiros organizados, não encontraram no Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), do Ibama, apoio para seu desenvolvimento, dado o contexto de redução da ação do Estado (Cunha e Loureiro, 2009).

Em 2000, após anos de debates, foi promulgada a lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Esta lei presta-se a organizar as diversas categorias de unidades de conservação criadas por influência de diferentes grupos ambientalistas ao longo do século XX. Essa compilação implicou processos de classificação das unidades, que foram divididas entre as unidades *de proteção integral*, onde não pode haver uso humano direto, e as unidades de *uso sustentável*, que prevêm alguma forma de uso direto. O debate entre os defensores da proteção integral (os *preservacionistas*) e os defensores do *uso sustentável* (*socioambientalistas*) balizou os debates do SNUC. A Tabela 1 traz as unidades de conservação compiladas pelo SNUC.

**Tabela 1: unidades de conservação compiladas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação**

<b>CATEGORIA</b>	<b>SIGLA</b>	<b>ANO DE CRIAÇÃO</b>
<b>Floresta Nacional</b>	FLONA	1946
<b>Área de Proteção Ambiental</b>	APA	1982
<b>Área de Relevante Interesse Ecológico</b>	ARIE	1985
<b>Reserva Particular do Patrimônio Natural</b>	RPPN	1990
<b>Reserva Extrativista</b>	RESEX	1990
<b>Reserva de Desenvolvimento Sustentável</b>	RDS	1996
<b>Reservas de fauna</b>	--	sem informação
<b>Parque Nacional</b>	PARNA	1937
<b>Reserva Biológica</b>	REBIO	1974
<b>Estação Ecológica</b>	EE	1975
<b>Monumentos Naturais</b>	--	Sem informação
<b>Refúgios da Vida Silvestre</b>	--	Sem informação

Houve ainda um outro procedimento neste processo de compilação, que foi o de realizar acomodações para que unidades de conservação com objetivos semelhantes tivessem sentido de existência ou fossem extintas as repetições. No que se refere às Resex, havia uma sobreposição com a figura das RDS, que tinham como sutil diferença o fato de que as RDS não necessariamente seriam administradas pela associação representativa das populações tradicionais. A RDS Mamirauá, única federal criada até hoje, é gerida por uma Organização Civil (OSCIP), figura jurídica do chamado *terceiro setor* criada nos anos de governo de Fernando Henrique Cardoso. Não foi esta, entretanto, a diferença que prosperou no texto do SNUC. A gestão das unidades, como veremos a seguir, foi acomodada ao formato das demais unidades de conservação. A diferença atual entre uma Resex e uma RDS reside na possibilidade de haver empreendimentos privados no interior de uma RDS, enquanto as Resex seguem sendo áreas inteiramente públicas.

Passemos então à mudança mais importante que o SNUC e suas regulamentações provocaram no espírito das Resex. Um outro processo de acomodação desta unidade de conservação “popular” ao SNUC foi adequá-lo à gramática das demais unidades de conservação. Assim, o SNUC trazia como grande avanço para a conservação no Brasil a necessidade das unidades terem um documento norteador das ações, o *plano de manejo*. Com o objetivo de democratizar a gestão das unidades, foram criadas também as figuras dos *conselhos*. No caso das Resex, a adequação a esta gramática resultou em uma ressignificação radical do caráter das reservas.

A partir da regulamentação do SNUC, o plano de utilização passou a não ser mais o documento norteador das regras para as reservas extrativistas. Este passou a ser parte do *plano de manejo*, um documento técnico, produzido pelo Ibama (atualmente pelo ICMBio), seja por técnicos do órgão, por universidades ou por consultores contratados. O plano de utilização é ainda produzido pelos beneficiários, mas segundo um roteiro específico e, muitas vezes, em oficinas promovidas pelo órgão ambiental.

A gestão da *unidade* não é mais realizada diretamente pela associação. Agora existe a figura do *chefe* da Resex, nomeado pelo governo, como há nas outras unidades de conservação. Há ainda um conselho deliberativo formado por maioria de representantes dos beneficiários. Ou seja, temos uma perda de poder das *comunidades tradicionais* que, de gestoras da área em bases tradicionais, passa a representante majoritário no conselho deliberativo.

Podemos discutir agora algumas implicações das mudanças na natureza das Resex durante seu processo de institucionalização, ou seja, de sua passagem de demanda do movimento social por uma reforma agrária específica para sua existência como categoria de unidade de conservação de uso sustentável gerida pelo Estado.

No seu formato original, a Resex constituía-se como o reconhecimento de que certos sistemas de uso comum de recursos deveriam ser oficializados como formas de gestão de certos territórios públicos, sendo as próprias coletividades que praticam tais sistemas as gestoras e as definidoras de que rumos aqueles deveriam tomar. Com as mudanças, as populações tradicionais residentes passam a ser beneficiárias de uma unidade de conservação gerida pelo Estado e participantes privilegiados

nas decisões sobre a sua gestão por meio da maioria em um conselho.

Esta inversão na posição de poder sobre as decisões dos rumos das Resex podem, por um lado, trazer os grupos assessores destas populações para debaixo dos holofotes, além de chamar à participação poderes públicos estaduais e municipais (Cunha e Loureiro, 2009). Por outro lado arrisca a perder-se a dimensão de pacto por um modelo de sustentabilidade baseado em conhecimentos tradicionais. Vejamos este ponto mais demoradamente.

A ideia original de plano de utilização remete ao que Carneiro da Cunha e M. Almeida (2001) denominam *pacto de sustentabilidade*. Para esses autores, o conceito de populações tradicionais, ao emergir no contexto da conservação ambiental, implica que tais grupos alcunham-se tradicionais referenciando-se a um modo de vida de baixo impacto, e ao fazerem isto estão firmando com o Estado-- e, em última instância, com o restante da sociedade nacional-- um pacto de que continuarão a conservar tais recursos segundo tais parâmetros. Isto não significa imobilidade, já que qualquer afirmação de continuidade cultural exige uma grande dose de inovação. M. Almeida e Pantoja (2004) mostram exemplos de como, na Reserva Extrativista do Alto Juruá, o fazer-se cumprir de uma série de regras tradicionais de manejo da caça e ocupação da floresta implicavam intensa movimentação política que apelavam a um senso local de de justiça.

Tais regras eram versões por escrito das regras costumeiras que, oficializadas no *plano de utilização*, ganhavam estatura de lei. Por este caminho, os grupos locais passam a gerir o território por meio de um reconhecimento, pelo Estado, das regras costumeiras. A ideia original de *plano de utilização*, portanto, tinha um forte caráter de autonomia. Não era o Estado quem ditava as regras, mas os moradores.

Na situação atual, os moradores das Resex são chamados a participar da elaboração das regras por meio da estrutura burocrática de um conselho presidido pelo representante do Ministério. O *plano de manejo*, como documento técnico, em geral produzido por encomenda e prazos curtos, não tem necessariamente nas formas locais de manejo e de conhecimento um pressuposto. A morosidade do Estado brasileiro impede-o de efetivamente assumir a gestão das unidades de conservação. Demoram-se as nomeações de responsáveis, a formulação dos planos de manejo e a formação dos conselhos.

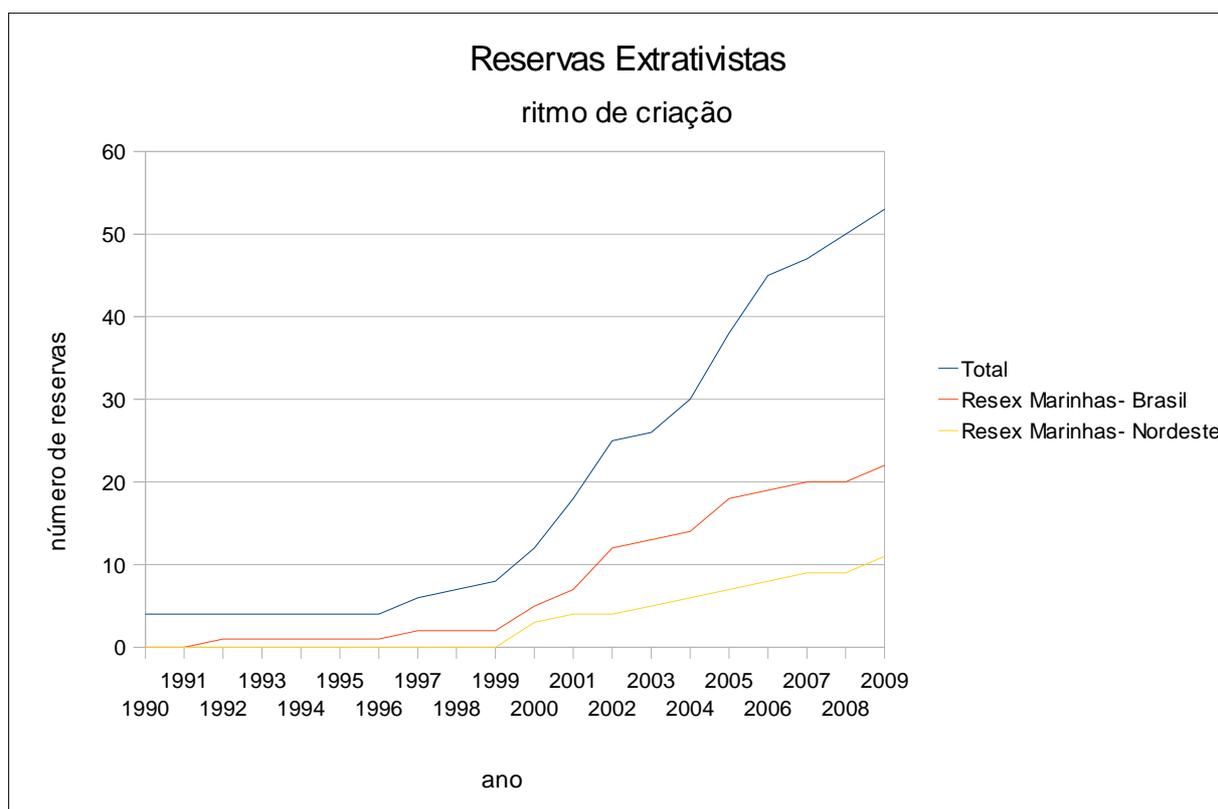
Apesar disso, não param de chegar ao Ministério do Meio Ambiente solicitações para que se criem novas Resex. Por que motivo isto acontece? Existe, de fato, uma enorme demanda reprimida no Brasil pelo reconhecimento de territórios sujeitos a sistemas comuns de uso de recursos. A. Almeida (2008) denomina tais tipos de territórios como *terras tradicionalmente ocupadas*. São uma profusão de grupos sociais com formas específicas de uso dos territórios: moradores de florestas, grupos ribeirinhos, litorâneos, do cerrado, da caatinga, das gerais. São grupos de origem étnica diversa que habitam áreas do território nacional que ficaram pouco cobiçadas após o fim de um ciclo econômico, ou que nunca foram alvo de grandes empreendimentos (Little, 2002). Com usos múltiplos de ecossistemas diversos, com ênfase em extrativismo e agricultura de pequena escala, estes grupos mantiveram íntegros os ambientes em que vivem.

Ocorre que nas últimas décadas a economia de mercado passou paulatinamente a ocupar cada palmo do território nacional. Os conflitos começaram a eclodir em diversas regiões. As populações residentes nestas regiões de avanço ou reavanço do capital, a partir dos anos de 1990, passaram a poder reivindicar direitos baseados em critérios de tradicionalidade. Passaram a reivindicar direitos à diferença para obterem direitos mínimos de cidadania (Silveira, 2012). E nesta reivindicação aparecem legitimados do ponto de vista da conservação ambiental.

Assim, por trás da demanda por reservas extrativistas está uma grande batalha por reconhecimento e permanência de territórios tradicionalmente ocupados, sujeitos a sistemas comuns de uso recursos, em um contexto de expansão de usos empresariais e predatórios do território brasileiro. O reconhecimento de terras indígenas e de territórios quilombolas, cada qual com sua especificidade jurídica, são duas formas institucionais que um subconjunto destas chamadas populações tradicionais obteve como conquista histórica. Outros grupos manifestam-se pela manutenção de seus territórios propondo os pactos de sustentabilidade propostos nas reservas extrativistas.

Se o modelo de reservas extrativistas surgiu de um contexto florestal amazônico, em pouco tempo esta ideia foi apropriada para áreas marinhas. As áreas de água, como as florestas, são passíveis de serem manejadas como recurso de uso comum. Também nos mares, rios e lagos os pescadores artesanais tem regras costumeiras de uso e conhecimentos específicos sobre os ecossistemas. E também nos ambientes aquáticos, em especial na faixa litorânea, há inúmeros conflitos e disputas pelo uso dos territórios. Assim uma decorrência da criação das Resex foi o surgimento das Resex marinhas

A primeira aplicação do modelo de reserva extrativista ao contexto marítimo (e fora da Amazônia) foi em Santa Catarina, em 1992, com a criação da Resex Pirajubaé. Em 1997 o modelo foi aplicado no Rio de Janeiro, com a Resex Arraial do Cabo (Lobão, 2000). Em 2000 foram criadas as três primeiras Resex no Nordeste, duas na Bahia (Ponta do Corumbau e Iguape) e uma no Piauí (Delta do Parnaíba). O início dos anos 2000 marca, de fato, uma explosão no número de reservas extrativistas criadas, que passa de 8 em 1999 para 50 em 2008. Se em 1999 eram apenas duas Resex Marinhas no Brasil (nenhuma no Nordeste), em 2008 são 20, sendo 9 no Nordeste (ver Figura 1).



**Figura 1: ritmo de criação das reservas extrativistas no Brasil (1990-2009)**

Estes números representam, por um lado, a abertura à criação de Resex nos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. No primeiro caso, deve-se à presença de Mary Alegretti, que participou do processo de concepção das reservas extrativistas, no Ministério do Meio Ambiente; no segundo caso deve-se à presença de Marina Silva, como ministra, não só por sua relação direta com o movimento do seringueiros no Acre, mas também pelo caráter socioambiental que imprimiu às políticas do Ministério, em sua gestão. Por outro lado, o *boom* na criação das Resex se relaciona à tomada deste modelo de gestão territorial como opção real de diversos grupos sociais para lidar com os conflitos de que participam. As reservas extrativistas marinhas, em especial no Nordeste brasileiro, foram tomadas como bandeira reivindicatória do movimento dos pescadores, sendo incentivada sua criação em todo o litoral nordestino, sob articulação, entre outros, do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP).

Veremos a seguir como todas estas questões se articulam no caso das reservas extrativistas marinhas em Pernambuco. Mas antes vamos examinar a trajetória dos grupos que hoje reivindicam territórios do litoral como Resex Marinhas, os pescadores artesanais.

## Capítulo 2

### Pescadores artesanais no Brasil

#### 2.1. Quem são os pescadores artesanais?

Pescador artesanal é uma categoria identitária que se refere a um ofício (*pescar*), e a uma forma específica de fazê-lo (*artesanal*). Esta categoria implica formas de sociabilidade, práticas singulares, valores de vida e modos de experienciar o mundo. Pescar é um trabalho desenvolvido por muitos grupos sociais onde quer que haja água e, acima de tudo, pescados (peixes, lagostas, mariscos, etc.), que são objetos essenciais de seu saber-fazer produtivo. Caracterizar a pesca como artesanal em oposição a formas não-artesanais de fazê-lo é uma questão recente e indica processos sócio-históricos específicos dignos de nota.

Desde o início a ocupação europeia no Brasil foi feita a partir do litoral. Havia, entretanto, até a segunda metade do século XX, uma grande porção de espaços intersticiais no território, aqueles não ocupados de maneira definitiva pelo poder instaurado. Em Pernambuco, por exemplo, podemos imaginar parte de tais territórios ocupados, de norte a sul, por povoações dispersas de pescadores-agricultores longe dos centros urbanos, e a existência concomitante de pescadores nas cidades, a exemplo de Recife e Olinda. Este fato é notado no relato de vários viajantes que estiveram no estado pelos idos do século XIX, tais como Daniel Kidder, George Gardner, Henry Koster e Louis-Francois Tollenare. Estudiosos como Gilberto Freyre (1963; 2003) e Luiz Geraldo Silva (1988; 2001) destacam a referida situação acima, fato que pode ser também observado tangencialmente – no que diz respeito a toda a área de produção açucareira – no já clássico texto *O povo brasileiro* de Darcy Ribeiro (1995).

Assim como aconteceu com os produtores agrícolas familiares que expandiam ou recuavam suas atividades de acordo com o ritmo dos grandes empreendimentos agrários (Prado Jr., 2000; Palacios, 2009), podemos dizer que alguns processos de fazer-se pescador (ribeirinhos, jangadeiros, pescador-agricultor) ocuparam espaços não dominados e/ou que tinham pouco interesse do sistema de *plantation* ao longo do interior. Nos centros urbanos, o trabalho da pesca pôde proliferar, apesar de inúmeras dificuldades, pelo fato de ser, também, de grande interesse para alguns senhores de escravo, que sobreviviam da renda extraída dos escravos de aluguel e/ou ganho que se dedicavam a captura de pescados (Silva, 2001; Cascudo, 2002; Ramalho, 2007). Nunca é demais lembrar que os peixes tinham forte demanda do mercado naquele período, especialmente devido à tradição católica (Silva, 2005).

O que possibilitou a permanência de alguns pescadores na faixa litorânea foi o estabelecimento,

em 1831, por parte do Governo Imperial, da linha de preamar, que tinha em média 33 metros de comprimento em beira mar, tornando-se de domínio exclusivo da União (Kater, 1990). Assim, várias praias transformaram-se em lugares privilegiados do modo de vida dos pescadores no nordeste brasileiro (Sette e Andrade, 1959). Foi então nesse espaço que grande parte dos pescadores construiu suas habitações e se fixou, protegendo-se de possíveis avanços de posse privada sobre seus locais de morada pelo grande capital ou por outros agentes vinculados a interesses meramente mercantis.

Assim, na ausência de controle estatal na invisibilidade propiciada por uma certa condição de marginalidade, os pescadores puderam estabelecer, como o fazem até hoje, territorialidades específicas, diversas e à margem da territorialidade do Estado-Nação, mas dialogando com esta (Little, 2002).

Por outro lado, o que se chama hoje de pesca artesanal no Brasil se desenvolveu a partir de corporações de ofício que foram trazidas pelo Estado português para o Brasil-colônia com vistas a responder interesses de homens de uma mesma profissão e ajudar, acima de tudo, o domínio político-administrativo lusitano em terras do continente americano. O ofício de pescador era ocupado, no período colonial do Nordeste brasileiro, por homens livres pobres e por escravos de ganho, e implicava um regime de trabalho pouco dependente da disciplina do relógio e fora dos espaços de dominação constituídos na terra, tendo assumindo um caráter de autonomia e de prática da liberdade (Ramalho, 2008)

Isto fazia com que a pesca, assim como outras atividades praticadas por negros, indígenas e mestiços, fosse vista como prática de preguiçosos face ao regime escravocrata da sociedade açucareira (Koster, 2004) e a moral burguesa do trabalho, que começava a ser gestada em fins do século XIX (Kowarick, 1994). De fato, os pescadores foram, em fins do século XIX, foco de simpatia na propaganda abolicionista, bem como se envolveram em ações de fuga a favor de seus irmãos de cor escravizados (Casudo, 2002; Silva, 1988).

A pesca artesanal tornou-se desse modo chão construtor de alternativas de liberdade para vários sujeitos sociais ligados às camadas populares, tornando-se sinônimo de autonomia e emancipação para muitos homens e mulheres diante da lógica de trabalho compulsório da época, embora não se opusesse com força a dinâmica estruturadora dominante.

Assim, *pescadores*, a princípio uma categoria de ofício, constitui também uma categoria identitária mais ampla, que implica questões de origem étnica, questões de posição social e formas específicas de relação com o ambiente. A designação *pescadores artesanais* passa a ser usada a partir da tentativa de se desenvolver no Brasil, desde os anos de 1960, a pesca comercial em maior escala, ou industrial, que implanta formas capitalistas de relação na pesca brasileira. A partir da

oposição pesca artesanal x pesca industrial, Maldonado (1986) define os pescadores artesanais como aqueles que realizam uma pesca simples em termos de tecnologia, com baixo custo de produção, destinando seu produto tanto ao consumo doméstico como à comercialização e pescando em grupos de trabalho formados pelo vínculo de parentesco e outros laços sociais e afetivos, sem a relação empregado-patrão e tendo na pesca sua principal fonte de renda.

Esta definição pode nos ser útil enquanto tipologia e por contraste. Entretanto, percebemos uma grande diversidade de modos de ser e agir entre pescadores artesanais. Parte da explicação para isto reside na enorme diversidade animais a serem pescados nos mares e rios, com modos de vida e características diferentes, bem como na existência de uma enorme diversidade de ambientes aquáticos. Existe, portanto, uma grande diversidade de formas de pescar relacionadas ao tipo de pescado e às características do ambiente, bem como diferentes soluções localmente encontradas para um mesmo tipo de pescaria.

Essas diferentes formas de pescar implicam não só atividades técnicas diversas, mas diferentes formas de se relacionar com o ambiente, enfim, implicam diferentes constituições de pessoa. Sautchuk (2007) aborda esta questão mostrando as diferentes relações estabelecidas entre técnica e pessoa entre moradores de uma mesma localidade no Amapá, formada, por um lado, por pescadores de pirarucu utilizando arpão e linha de mão em lagos e, por outro, por pescadores de outros peixes que utilizam o espinhel, em área estuarina. Neste caso, em cada modalidade de pescaria, se estabelece uma relação específica entre peixe e pescador, e o corpo do pescador assume uma função diferente:

“Muito resumidamente, podemos dizer que para se tornar pescador costeiro, é preciso conseguir interagir com os artefatos a bordo, fazendo de seu corpo mais um componente do sistema mecânico do barco, que age conforme o todo. Já para se dizer um laguista, é necessário acoplar os petrechos a seu próprio corpo, fazendo com que o anzol e o arpão sejam extensões de suas próprias ações” (Sautchuk, 2010).

Existem, portanto, relações específicas de extrativismo dos animais aquáticos, que produzem modos de ser e identidades específicas, tais como *marisqueira*, *caranguejeiro*, etc.

Apesar da diversidade dos pescadores artesanais, algo os reúne nesta categoria nominativa, para além do fato de que têm uma relação extrativa com os seres aquáticos e outros grupos sociais. Ou, dizendo de outra forma: os agentes destas relações específicas com os recursos aquáticos se reconhecem e se manifestam publicamente como *pescadores artesanais*. Ainda nos referindo à pesquisa de Sautchuk citada acima:

“As perspectivas generalizantes e particularistas a respeito dos pescadores são complementares. Tanto é assim que, no Sucuriçu, todos se consideram pescadores, filiados à Colônia, com situações política, econômica e histórica semelhantes. Mas, em outro nível, há uma diferença nítida e importante entre pescadores costeiros e laguistas

que não pode ser negligenciada” (Sautchuk, 2010).

Uma pista para entender tal formulação identitária comum parece estar no fato destas diferentes atividades ocorrerem em territórios específicos, os rios, lagos, estuários e mares. Estes territórios estão, por um lado, sujeitos a uma série de conflitos e, por outro, implicam uma relação, historicamente constituída, com outros grupos sócio-econômicos e o Estado, de negociações, tensões, exclusões, inserções e, em várias situações, luta de classes. Particularmente no que diz respeito ao poder público, tal relação implicou, por muitos anos, subordinação, e, recentemente, a formulação de políticas públicas específicas.

Assim, pescador artesanal é, ao mesmo tempo, uma nomeação para um conjunto relativamente heterogêneo de formas específicas de práticas de conhecimento (Law e Mol, 2002), uma situação e experiência de classe e uma linguagem identitária em busca do reconhecimento do valor destas formas perante outros, inclusive junto ao Estado (Britto, 1999; Diegues, 1995; Duarte, 1999; Furtado, 1994; Ramalho, 2009; Carneiro da Cunha, 2009).

É justamente a relação estabelecida historicamente entre pescadores e Estado que vamos abordar a seguir, para compreendermos algumas especificidades nas questões relativas à solicitação de reservas extrativistas marinhas em Pernambuco.

## ***2.2. Pesca, políticas públicas e instituições no Brasil***

A administração da pesca no Brasil tem, historicamente, circulado entre diferentes instâncias governamentais. A responsabilidade administrativa da pesca foi transferida em 1912 da Marinha para o Ministério da Agricultura, que criou a inspetoria de pesca, tendo a Marinha continuado com uma série de atribuições. Nessa administração foi realizada uma das maiores expedições com fins de gestão e pesquisa oceanográfica no Brasil. Sob o comando de Frederico Villar, o Cruzador José Bonifácio percorreu o litoral brasileiro (1919-1921) tendo como objetivos criar as colônias de pescadores, destruir aparelhos de pesca nocivos, conduzir pesquisas oceanográficas e nacionalizar da pesca (Callou, 1994).

A missão organizou, durante quatro anos, cerca de oitocentas colônias cooperativas, fundou cerca de mil escolas, matriculou cerca de cem mil pescadores. O objetivo dessas colônias, segundo seus idealizadores, era criar pontos de fiscalização da pesca, vigilância da costa e de defesa nacional de fácil mobilização. O discurso instituído para fundar as colônias baseou-se na defesa nacional, pois ninguém melhor do que os pescadores conheceria os “segredos” do mar. Em 1923, surgiu o

primeiro estatuto das colônias, assinado sob a forma de aviso da Marinha. Eram definidas como *agrupamento de pescadores* ou *agregados associativos*.

Segundo Callou (1988 *apud* Ramalho, 1999):

“(...) se a Marinha não investisse nos aspectos sociais, econômicos e ecológicos do setor pesqueiro, dificilmente o objetivo militar seria viabilizado dadas as dificuldades financeiras - que ela própria expunha - para concretizar um projeto de defesa nacional daquela envergadura” (Callou, 1988, p. 361).

Com a instituição do Estado Novo, na era Vargas, criou-se a Divisão de Caça e Pesca e o primeiro Código de Pesca <sup>1</sup>, subordinando os pescadores ao Ministério da Agricultura e criando a Caixa de Crédito dos Pescadores e Armadores de Pesca, programa de crédito e primeiro estímulo econômico ao setor. É justamente nesse período que Diegues (1983) cita o fortalecimento dos armadores do sul do país e considera o surgimento da pesca empresarial.

Com a Segunda Guerra Mundial a administração do setor voltou para o Ministério da Marinha<sup>2</sup>. Seguiu-se à guerra o grande crescimento da produção pesqueira mundial. A introdução de equipamentos eletrônicos, redes e cabos de nylon, entre outras tecnologias que surgiram com a guerra levaram à industrialização do setor.

Em 1946 os pescadores foram divididos em *distritos de pesca* e foi atribuída à Marinha a responsabilidade administrativa pela pesca, determinando a obrigatoriedade da matrícula para os pescadores profissionais junto ao Estado. Os distritos de pesca foram considerados os embriões das atuais colônias de pescadores.

Diante da conjuntura mundial o Governo Federal criou a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – Sudepe<sup>3</sup>, sendo extinta a Divisão de Caça e Pesca que tinha como principal objetivo a industrialização do setor pesqueiro. Diante uma extensa linha de costa o governo perseguiu o objetivo de igualar a produção brasileira à de grandes países pesqueiros como os vizinhos Chile e Peru.

Um novo Código de Pesca foi instituído, em pleno regime militar<sup>4</sup> estabelecendo as normas para o exercício da atividade da pesca. Apesar de uma série de modificações, essa lei só foi modificada em 2009, após de mais de 15 anos de tramitação do projeto de lei da pesca no Congresso Nacional.

O incentivo à industrialização do setor pesqueiro contou com instrumentos como os incentivos fiscais e a isenção de impostos. Durante 19 anos (1967-1986) esses incentivos proporcionaram o surgimento de indústrias superdimensionadas e não lucrativas, o que se refletiu

---

1 Decreto nº 23.134/33 e Decreto-Lei nº 794/38, respectivamente.

2 Decreto-Lei nº 4.890 de outubro de 1942.

3 Lei delegada nº 10 de 11 de outubro de 1962

4 Decreto nº 221 de 28 de fevereiro de 1967

num verdadeiro desastre para o país, tanto em termos econômicos quanto ambientais.

A pesca artesanal foi muito pouco contemplada, tendo recebido poucos recursos através do Programa “Pescart”. Diegues (1983) conta que a pesca artesanal, entre 1967/1977, havia recebido somente 15% do equivalente aos fundos investidos na indústria pesqueira através de incentivos fiscais.

Nos anos de 1970, um fato importante é a luta das mulheres pescadoras com vistas ao seu reconhecimento pela Sudepe, o que ocorre em 1978 com a emissão das primeiras carteiras de pesca para mulheres. Como fruto desta luta, temos a eleição da primeira mulher presidente de colônia, em Itapissuma, em 1989 (Ramalho, 1999).

Ainda em 1989 a Sudepe foi extinta e incorporada, junto a outros órgãos, ao novo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis- Ibama. A gestão da pesca assumiu uma nova dimensão. Aliando o contexto mundial do movimento ambientalista à diminuição dos estoques pesqueiros brasileiros e conseqüente desmonte do setor industrial pesqueiro no país, o Ibama assumiu uma nova postura perante a pesca. As políticas de incentivo perderam sua força e foram intensificadas as políticas de conservação dos recursos pesqueiros.

Paralelamente surgiram mudanças no cenário da organização dos pescadores. Após o fim do regime militar, no processo de elaboração da Constituição de 1988, realizou-se a Constituinte da Pesca, um processo de articulação política criado por pescadores com objetivo de buscar a autonomia política e sindical da categoria. O movimento da Constituinte da Pesca possibilitou mudar o caráter legal das colônias, equiparando-as aos sindicatos, com direito de livre associação. Neste processo constituiu-se o Movimento Nacional dos Pescadores (Monape) e foi fundamental o papel mobilizatório do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP). Percebe-se, entretanto, até hoje, traços da herança dos tempos autoritários, remetendo à formação das colônias, na cultura política dos pescadores.

Com relação à postura governamental, nos anos de 1990 os diversos agentes da área pesqueira demonstravam insatisfação em relação ao Ibama. Surgiu assim um movimento para que a gestão pesqueira voltasse aos órgãos de fomento, tanto da parte do setor empresarial, quanto artesanal. Em 1995 foi criado um grupo de trabalho ligado a Presidência da República (Gespe e em 1998 a gestão de parte dos estoques pesqueiros – aqueles denominados sub-explotados – é transferida para um novo Departamento criado no Ministério da Agricultura (Departamento de Pesca e Aquicultura). As reivindicações por um órgão com maior poder político não cessaram e, na campanha das eleições presidenciais, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva prometeu a criação de um Ministério- promessa cumprida em seu discurso de posse com a criação da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca –SEAP, com status de Ministério.

Em 2009 a SEAP foi transformada em Ministério da Pesca e Aquicultura(MPA)<sup>5</sup>, o que elevou o status da atividade pesqueira e aquícola no país. Além do Ministério da Pesca, é importante destacar a nova lei da pesca e suas mudanças como um marco para o setor. Apesar de toda essa mudança no setor institucional, verifica-se que a pesca artesanal continua a ser levada à margem, pois, se na época da Sudepe a pesca industrial era o motor do investimento e discurso político, com a SEAP e hoje, MPA, a aquicultura é a grande esperança de aumento da produção brasileira e a maioria dos esforços políticos são a ela voltados, apesar do orçamento estar voltado para a pesca de captura.

Além do Ministério da Pesca proporcionar o aumento do orçamento, que em 2008 foi de R\$ 130 milhões e para 2009 foram previstos R\$ 464 milhões, a lei criou 200 novos cargos, duplicando a quantidade de funcionários do órgão. As atribuições também foram ampliadas. A gestão pesqueira na SEAP era dividida com o Ibama, o qual era responsável pelas espécies sobre-explotadas ou exploradas em seu limite máximo. Com o Ministério, a gestão dessas espécies será compartilhada entre o Ministério da Pesca e o do Meio Ambiente<sup>6</sup>.

A ampliação dos recursos destinados a SEAP se deu de forma acelerada entre sua criação (R\$ 11 milhões) em 2003 e a criação do Ministério da Pesca. É importante citar que apesar das políticas estarem voltadas para investimentos no setor, a produção de pescados teve um aumento discreto após 2003. O país busca, mais uma vez, aumentar sua produção e se aproximar de grandes países pesqueiros, esquecendo que os estoques são limitados e a produção não aumentará em uma relação direta com o aumento de recursos a serem investidos no setor.

O discurso das instâncias governamentais de política pesqueira, cuja atribuição é do MPA, está claramente baseado no fomento ao aumento da produção pesqueira, com pouco diálogo com o Ministério do Meio Ambiente, e muitas vezes desconsiderando as informações técnicas existentes sobre os estoques pesqueiros. À época da Sudepe (década de 70) o desenvolvimento da pesquisa sobre a pesca no país ainda era incipiente. Hoje, após 30 anos de investimentos em pesquisa, considera-se que o Brasil já detém informação suficiente para afirmar que 80% dos seus estoques pesqueiros encontram-se sobre-explotados ou explorados em seu limite máximo (MMA, 2006).

A nova lei da pesca também traz algumas modificações importantes para a pesca artesanal ao considerar os pescadores produtores rurais, qualificando-os a acessar o crédito rural. Outra modificação foi o reconhecimento das mulheres que realizam atividades ligadas a pesca como beneficiamento do pescado, conserto de redes, e outros, as quais terão os mesmos direitos que os

---

5 Decreto nº 221 de 28 de fevereiro de 1967.

6 Portaria interministerial MPA e MMA nº 2, de 13 de Novembro de 2009.

pescadores profissionais. Quem trabalha com a pesca, portanto, pode ter acesso a linhas de crédito destinadas a área rural, desde que sejam produtores familiares com renda anual de até R\$ 110 mil. Os financiamentos são de até R\$ 100 mil, com prazo de 10 anos para pagamento, três anos de carência e taxas de juros de 2% ao ano.

Apesar do investimento no setor de pesca artesanal, as políticas públicas continuam sendo paternalistas e carecem de maiores preocupações com questões ambientais. O movimento dos pescadores, apesar de reconhecer que nunca houve tantas políticas direcionadas à pesca artesanal por sua vez, atribui ao Ministério uma ação voltada à defesa dos interesses da aquicultura.

Em visita à então SEAP, em setembro de 2008, realizamos diversas entrevistas no órgão. O que pudemos perceber é que o órgão tem uma dificuldade interna de articular as atribuições de lidar simultaneamente com a pesca industrial, a aquicultura e a pesca artesanal, que requerem políticas diferentes e representam interesses de diferentes agentes. Reflete-se aí a insatisfação dos pescadores artesanais com os resultados práticos das Conferência Nacionais da Aquicultura e Pesca e das reuniões do Conselho Nacional da Aquicultura e Pesca (Conape).

Como dissemos, na década anterior à criação da SEAP/MPA a principal forma de relação dos pescadores com o Estado era por meio do Ministério do Meio Ambiente, seja pela fiscalização, seja pela reivindicação de criação de Resex. A demanda por assegurar os territórios obviamente não desapareceu nem se tornou desimportante com a criação do MPA. Entretanto, passou a haver uma desconexão entre a reivindicação territorial, cujos aliados eram técnicos do Ibama, e todas as outras políticas, sob responsabilidade do MPA. Veremos esta questão a seguir.

### ***2.3. O que os pescadores querem produzir?***

A abertura de um balcão de reivindicações sobre o tema da pesca, constituída pela criação da SEAP/MPA, repercutiu sobre a mobilização social dos pescadores. Se as colônias, por um lado, não reassumiram com força a tarefa de mobilizadora dos pescadores, ficando muitas vezes relegadas à gestão da aplicação das políticas do MPA, por outro lado a participação dos pescadores no Conape a nas Conferências Nacionais deixou claras uma série de insatisfações da pesca artesanal. Assim, em 2009, começou a esboçar-se um novo delineamento da participação dos pescadores enquanto movimento social, com a realização, de forma independente, da I Conferência da Pesca Artesanal.

Nos últimos dias de setembro de 2009, cerca de 1000 pescadores artesanais de todo o Brasil se reuniram em um acampamento armado no estacionamento do estádio Mané Garrincha em Brasília. Era a primeira vez que Brasília via uma manifestação pública desta magnitude feita por pescadores

artesanais. A reunião chamava-se “I Conferência da Pesca Artesanal” e prestava-se a discutir os principais problemas dos pescadores e suas soluções, fazendo um contraponto à “III Conferência da Aquicultura e Pesca”, promovida pelo recém criado Ministério da Pesca. Esse momento, ainda muito recente para se ter uma avaliação de sua magnitude, parece representar um novo fôlego para o movimento dos pescadores desde o início do governo de Lula. De fato, havia contínuas queixas das lideranças de que as conferências do governo, três vezes antes organizadas e inicialmente vistas com bons olhos pelos pescadores organizados, não trazia resultados concretos, servindo muitas vezes para legitimar os interesses dos *setores* da aquicultura e da pesca industrial.

Nos debates da conferência organizada pelos pescadores, um dos sete pontos de discussão indicados pelo documento-base do evento era o tema “identidade e território”<sup>7</sup>. Diz o documento final do encontro:

“...as comunidades de pescadores artesanais, pela sua tradicionalidade, têm direitos à auto-identificação e ao território físico, material, imaterial e cultural para que preservem o seu modo de saber e fazer. Entretanto, esses direitos são sistematicamente negados e faltam instrumentos jurídicos para a delimitação, demarcação e titulação do território pesqueiro. (...)

Acontece que este território está em disputa. Enquanto os pescadores vêem o espaço do território pesqueiro como de sustentabilidade da família, da comunidade e dos estoques pesqueiros, os empresários vêem o mesmo espaço como espaço de lucro e exploração, onde o meio ambiente é agredido e as comunidades são consideradas atrasadas e entraves para o desenvolvimento. O direito de permanência nos territórios tradicionalmente pesqueiros são negados e estes são considerados espaços vazios, que tem sido tomado pelos grandes empreendimentos empresariais, latifúndios e especuladores de terras, turismo empresarial, implantação de parques aquícolas, construção de grandes barragens, etc. A luta pela implantação de Unidades de Conservação Sustentáveis (UCs), como as Reservas Extrativistas (RESEX), são instrumentos importantes para manutenção da ocupação tradicional, ordenamento da pesca e a manutenção da identidade pesqueira. Mas, ainda não é suficiente para garantir os territórios como espaço de direito.” (Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, 2009).

O tema dos territórios da pesca artesanal, de fato, em especial o das reservas extrativistas, apareceu com destaque nos debates da conferência dos pescadores. Na marcha que saiu do acampamento via-se com destaque uma faixa com os dizeres: “Entregar a Resex do Iguape para empreiteiras é ilegal, é imoral, é traição”. Referia-se ao processo de redução da área da Reserva Extrativista de Iguape, na Bahia face à perspectiva de exploração de Petróleo pela Petrobrás, ou seja, representaria a reversão do direito a um território já assegurado.

Vejamos os argumentos que parecem no documento dos pescadores. Primeiro, o do direito à

---

<sup>7</sup> Os temas de debate, separados em “tendas temáticas”, foram os seguintes: identidade e território da pesca artesanal; pescadoras artesanais; meio ambiente e ordenamento pesqueiro; sustentabilidade x grandes projetos; direitos sociais; pesca artesanal e soberania alimentar; legislação.

“auto-identificação e ao território físico, material, imaterial e cultural para que preservem o seu modo de saber e fazer”. Este direito seria dado pela “tradicionalidade”. Em seguida, a idéia de que os territórios da pesca artesanal estão em disputa, na dicotomia “sustentabilidade da família, da comunidade e dos recursos pesqueiros” versus “espaço de lucro e exploração, onde o meio ambiente é agredido e as comunidades são consideradas atrasadas e entraves para o desenvolvimento”. As Reservas Extrativistas seriam, neste caso, “instrumentos importantes [mas não suficientes] para a manutenção da ocupação tradicional, ordenamento da pesca e a manutenção da identidade pesqueira”.

O documento, obviamente, não deve ser lido como simplesmente “a opinião dos pescadores”, mas como formulações da rede formada por pescadores e seus “parceiros”<sup>8</sup> *em relação a* seus interlocutores, ou seja, perante uma arena pública. Assim, identificamos no texto do documento a apropriação, para o movimento, de diversos termos que se referem à gramática pela qual os pescadores têm constituído redes visando assegurar seus territórios, nos quais a criação de reservas extrativistas está envolvida.

A alusão à “tradicionalidade”, por exemplo, remete ao reconhecimento que o Estado deu, a partir dos anos de 1990, à categoria de *população tradicional*, por meio da criação de um Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) no IBAMA e a inclusão na legislação sobre unidades de conservação e direitos sobre a biodiversidade de tais categorias (ver Carneiro da Cunha e Almeida, 2001; Little, 2002). Já “auto-identificação” faz parte da rede de relações que se tece sobre os campos das lutas dos indígenas e do reconhecimento de territórios quilombolas. Tais grupos reivindicam seus territórios por critérios identitários, e a auto-identificação é um critério aceito pelo Estado. O uso destes critérios, uma das leituras possíveis da noção de etnicidade de Barth (1998), que constituiu uma vitória do movimento indígena e seus apoiadores durante a Assembléia Constituinte de 1988 (Carneiro da Cunha, 1987; Pacheco de Oliveira, 1999; Arruti, 2006), que serviu posteriormente como parâmetro para a regulamentação do reconhecimento às comunidades quilombolas.

A idéia de uma oposição entre um “território material” e um “imaterial”, para além do “território físico”, é uma apropriação do discurso de patrimonialização da cultura. Assim, o movimento dos pescadores advoga uma dimensão imaterial do território, no sentido de “patrimônio imaterial”, como presente nas políticas recentes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão do Ministério da Cultura. A referência a um “território cultural”, mesmo parecendo pleonástica face ao “território material e imaterial”, indica o que Carneiro da Cunha

---

8 Conselho Pastoral dos Pescadores, Comissão Pastoral da Terra e outras entidades ligadas à Igreja Católica; Via Campesina; ONGs como o Instituto Terramar e o Instituto Recifes Costeiros, Rede Manguemar, pesquisadores ligados ao tema da pesca artesanal.

(2009) classifica como o uso de uma noção de “cultura” (com aspas), como argumento para assim obter reparações por injustiças históricas. As aspas que a autora coloca na palavra prestam-se a indicar que é esta não coincide com o homônimo conceito antropológico, mas é uma apropriação nativa deste. O mesmo se dá com as ideias de “sustentabilidade” e “recursos pesqueiros”, apropriadas do vocabulário ambientalista e da engenharia de pesca, respectivamente.

Assim, termos do vocabulário acadêmico mostram-se apropriados por grupos sociais marginalizados, por meio do que Escobar e Pedrosa (1996) classificam como *ativistas locais*, da mesma forma como grupos hegemônicos os fazem.

Percebemos, portanto, que as disputas pelos territórios litorâneos utilizados historicamente pelos pescadores artesanais ultrapassam a dimensão material da política: elas indicam batalhas de significados que há apropriações e reapropriações de conceitos em diferentes redes. Uma batalha não só pelo reconhecimento do valor do que existe, mas pelo que existe. É o que M. Almeida (2003) classifica como *ontologia política*.

Assim ocorre também com as reservas extrativistas. A menção de que tal figura legal é importante, porém insuficiente para que os territórios dos pescadores sejam efetivamente reconhecidos mostra que há batalhas “materiais e imateriais”, com disputas políticas e jurídicas e com apropriações e reapropriações de significados, onde estão em jogo projetos coletivos (Sartre, 1967) baseados em redes de relações de que fazem parte entes humanos e não-humanos (Latour, 1994). As breves relações acima esboçadas do movimento dos pescadores com os movimentos indígena, quilombola e com as políticas governamentais para cultura, para o meio ambiente e para a pesca situam algumas redes das quais a I Conferência da Pesca Artesanal fez parte. São redes translocais configuradas em defesa de lugares de grupos específicos, do mesmo tipo das que fala Escobar (2008) para o Pacífico colombiano.

O Estado brasileiro tem circunscrito nos últimos anos sua relação com os pescadores ao Ministério da Pesca, com ênfase em políticas de fomento. Entretanto a leitura dos argumentos acima nos mostra que as reivindicações dos pescadores organizados transborda, em muito, a dimensão produtivista, envolvendo temas circunscritos também a compartimentos institucionais tais como “cultura” e “meio ambiente”. Isso indica que os pescadores artesanais estão interessados em produzir mais do que peixes, ou em última medida, mais do que capital. Querem produzir existência, querem produzir suas formas de relação social. Como afirma Roy Wagner (2010 [1975]), a produtividade de certos grupos

“não é obcecada por instrumentos ou técnicas na medida em que constitui uma parte das relações interpessoais e encarna valores humanos, e não valores abstratos.(...) [Tais grupos] encarnam uma inversão de nossa tendência a fazer das técnicas produtivas o foco das atenções e relegar a vida familiar a um papel subsidiário (e

subsidiado)” (Wagner, 2010[1975], p.60).

A história da categoria *pescadores artesanais* narrada neste capítulo nos indica que, para que os pescadores artesanais possam produzir, não em termos monetários, em seus próprios termos (em suma, *produzirem-se*), a dimensão de segurança territorial é fundamental.

No próximo capítulo examinaremos com mais detalhes as políticas governamentais contemporâneas para a pesca artesanal. Passaremos em seguida para o caso específico do litoral pernambucano, que é o foco empírico desta pesquisa.

## Capítulo 3

### A pesca artesanal e as políticas públicas no Brasil e em Pernambuco (2003-2010)<sup>9</sup>

#### 3.1. As políticas nacionais que ordenam a pesca artesanal

As políticas que incidem na pesca são, em sua maioria, políticas federais. Algumas delas são **extensões das políticas sociais do governo**, algumas vezes adaptadas à pesca, de execução atribuída ao MPA. Este é o caso do programa “Pescando Letras”, de alfabetização; e do programa de instalação de telecentros de inclusão digital em comunidades de pescadores artesanais. A principal estratégia do Ministério da Pesca vem sendo de articular políticas sociais diversas para o setor da pesca e aquicultura, alavancando, com isso, os recursos destinados ao setor.

Há ainda a inclusão de pescadores em **políticas interministeriais**. Um exemplo é a política de *territórios da pesca artesanal*, coordenado pelo MPA, que segue a política interministerial coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) dos *territórios da cidadania*.

Outra política interministerial é a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, coordenada pelo MDS e pelo MMA, com pouca participação do MPA, que assume a histórica invisibilidade dessas comunidades nas políticas públicas de modo geral e perante a sociedade.

Um segundo critério são **políticas inerentes a própria atividade**, como é o caso do seguro-defeso, gerido pelo Ministério do Trabalho, MPA e MMA. Consiste em um seguro para aos pescadores pela proibição de extrair animais que estão em período de reprodução, visando sua conservação. Este seguro é dependente da inscrição do pescador no Registro Geral de Pescadores (RGP), fornecido pelo MPA.

Há ainda as **políticas de crédito e financiamentos**. A nova lei da pesca também traz algumas modificações importantes para a pesca artesanal ao considerar os pescadores produtores rurais, qualificando-os a acessar o crédito rural. Outra modificação foi o reconhecimento das mulheres que realizam atividades ligadas a pesca como beneficiamento do pescado, conserto de redes, e outros, as quais terão os mesmos direitos que os pescadores profissionais. Quem trabalha com a pesca, portanto, pode ter acesso a linhas de crédito destinadas a área rural, desde que sejam produtores familiares com renda anual de até R\$ 110 mil.

O atual Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA é a instância maior de formulação da política pesqueira no país, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente. O Plano Mais Pesca e Aquicultura reflete o planejamento estratégico do Ministério para o setor:

---

<sup>9</sup> Este capítulo teve a colaboração de Cristiano Ramalho.

“O objetivo deste plano é promover o desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro e aquícola, articulando todos aqueles envolvidos com a pesca e a aquíicultura, consolidando uma política de Estado com inclusão social e contribuindo para a segurança e soberania alimentar do Brasil”. (MPA, 2009)

Segundo o MPA, o ministério contará com as seguintes instâncias para a implantação do Plano: Ministério da Integração, Ministério do Trabalho, IBAMA, Instituto Chico Mendes, EMBRAPA, Ministério do Desenvolvimento Agrário, CONAB, MEC, Secretaria dos Portos, Marinha e Furnas Centrais Elétricas. Cada estado da federação também tem uma Superintendência do MPA, a qual é responsável pela execução das políticas e ações no Ministério nos Estados.

Além do MPA, há ainda no Governo Federal as políticas ambientais do tipo *ordenamento da pesca*, geridas pelo MMA. O Ibama e sua Coordenação-Geral de Autorização de Uso e Gestão de Fauna e Recursos Pesqueiros – CGFAP é responsável pela cogestão da pesca juntamente com o novo ministério. A Tabela 2 mostra a gama de políticas públicas que se relacionam diretamente com os pescadores artesanais.

É importante notar que políticas públicas de *combate* à pobreza que não são especificadas para a pesca, como é o caso do Bolsa Família, não foram analisados por não incidirem diretamente sobre esse grupo social. Essa política, em particular, é muito expressiva nessas comunidades. Instituto Oceanário (2009) cita que mais da metade de entrevistados em pesquisa sobre a pesca em Pernambuco são beneficiados pelo Programa.

**Tabela 2: Síntese das políticas públicas para a pesca artesanal no período da pesquisa**

<b>Esfera</b>	<b>Classificação</b>	<b>Política</b>	<b>Gestores e envolvidos</b>
Federal	Políticas ambientais diretamente relacionadas ao ordenamento da pesca artesanal	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro	Ministério do Meio Ambiente/ SPU/ CIRM/ Estados/ Municípios/ Sociedade Civil
		Zoneamento Econômico-Ecológico	Ministério do Meio Ambiente/Estados
		Agenda 21	Ministério do Meio Ambiente/ Sociedade civil
		Unidades de Conservação	ICMBio/ Sociedade civil
	Políticas direcionadas aos recursos pesqueiros	Seguro-defeso	IBAMA/ Ministério do Trabalho / Ministério da Pesca
		Comitês de gestão: lagosta.	IBAMA
	Políticas interministeriais	Política Territorial da Pesca e da Aquicultura	Ministério da Pesca
		Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	MDS
	Políticas de crédito	Subvenção econômica do óleo diesel marítimo para a pesca.	Ministério da Pesca/ Secretarias da Fazenda dos estados
		Pronaf	Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Bancos
		Revitaliza	Ministério da Pesca/ Bancos
		Financiamentos de infra-estrutura	Ministério da Pesca/ Bancos
	Políticas de participação social	Conferências de Pesca e Aquicultura	Ministério da Pesca
		Conselho de Pesca e Aquicultura	Ministério da Pesca
Políticas sociais (extensões de outras políticas de governo):	Segurado especial (INSS)	Ministério do Trabalho/ Ministério da Pesca/ Colônias de Pescadores	
	Políticas para a pesca que seguem outras políticas do governo federal: Programa pescando letras, Programa peixe na merenda escolar, Telecentro da Pesca, Projeto Feira do Peixe, Semana do Peixe, Distribuição de cestas básicas	Ministério da Pesca	
	Comitê de Bacia Hidrográfica (COBH) do Rio Goiana.		
Estadual (Pernambuco)	Políticas de Participação social	Conselho de Aquicultura e Pesca do estado de Pernambuco.	Secretaria de Recursos Hídricos/ Municípios
			Secretaria de Desenvolvimento Econômico
	Fomento e Assistência Técnica	Prorural – Programa estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural	Secretaria de Planejamento
		Extensão rural	Secretaria da Agricultura / Instituto de Pesquisa Agrônômica /IPA

### **a) Políticas ambientais diretamente relacionadas ao ordenamento da pesca artesanal**

Todos os programas que incidem sobre a região costeira, seu ordenamento e conservação se relacionam com a pesca artesanal, pelo menos indiretamente: Projeto Orla, Gerenciamento costeiro, Zoneamento Econômico-Ecológico, Agenda 21, entre outros. Pernambuco, por exemplo, possui o litoral sul e norte zoneados pelo Ministério do Meio Ambiente.

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)<sup>10</sup> estabelece normas gerais visando a gestão ambiental da zona costeira, lançando bases para a formulação de políticas, planos e programas estaduais e municipais. Em 1998 foi criado o Plano de Ação Federal da Zona Costeira do Brasil (PAF), revisto em 2004, referencial de atuação da União na zona costeira, sintetizando as concepções e responsabilidades federais para o seu planejamento e a sua gestão.

O PAF e sua reformulação geraram 3 linhas de ação com 6 projetos ligados a cada linha: (1) Ordenamento ambiental territorial, (2) Conservação e proteção do patrimônio natural e cultural e (3) Controle e monitoramento. Dentre esses citamos o Projeto de gestão integrada da orla marítima - Projeto Orla (Linha de ação 1) como de importância para a pesca artesanal por propor ações de ordenamento territorial, juntamente com uso sustentável dos recursos. Em Pernambuco os pescadores e várias instituições ligadas a pesca tem participado de audiências do projeto Orla, que visa o ordenamento e a infraestrutura da orla. Em última instância o turismo é a atividade econômica que será mais beneficiada.

A política de criação de unidades de conservação<sup>11</sup> pode ser analisada sob dois ângulos em relação a pesca e ainda em relação aos seus resultados. Uma unidade de conservação em particular pode ser um sucesso em termos biológicos e um fracasso em termos sociais, se seu manejo não for participativo, se não houver divisão dos benefícios econômicos e se não forem utilizados mecanismos de resolução de conflitos.

Em relação a pesca podem existir conflitos relacionados às unidades de proteção integral e a necessidade de se retirar a população tradicional dessas unidades, o que acontece principalmente na região do Estado de São Paulo e Paraná (Diegues, 2008). Em Pernambuco cita-se dois casos de Unidades de Conservação onde a pesca foi proibida. O primeiro e mais antigo aconteceu em Fernando de Noronha, com a implantação do Parque Nacional de Fernando de Noronha em 1988, ano que foi incorporada ao Estado de Pernambuco. Com o processo de implantação foram concedidos direitos a apenas dois antigos pescadores de continuarem realizando suas atividades no

---

10 Lei 7.661, de 16/5/1988, regulamentada pelo decreto 5.300 de 7/12/2004

11 Regulamentada pelo SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei 9.985 de 18/7/2000

parque. Os pescadores prejudicados ou saíram da atividade ou a realizam no mar de fora. Estes tem conflito com o IBAMA em relação a pesca da sardinha, a qual serve de isca e só pode ser capturada na área do parque. Atualmente a ilha importa pescadores do continente para que a Associação dos pescadores possa completar a frota de seus 19 barcos motorizados (Oceanário, 2009).

A segunda experiência se deu com a implantação de uma área fechada à pesca, inserida na APA dos Corais, Município de Tamandaré. A área foi fechada juntamente com um processo de extensão e educação ambiental junto aos usuários há mais de 10 anos. Os resultados dessa experiência foram positivos (Padovani, et al, 2001) e está em processo de implantação uma outra área fechada no Município de São José da Coroa Grande.

Por outro lado, as Unidades de Conservação são um dos maiores instrumentos de proteção e continuidade da reprodução de pescadores artesanais, continuamente ameaçados pelo desenvolvimento econômico do litoral. A criação de unidades de uso sustentável, que permitem o uso dos recursos, como as Reservas extrativistas - RESEX e Reservas de Desenvolvimento Sustentável -RDS que serão fruto de detalhamento ao longo desse trabalho e ainda outras unidades como as APAs facilitam a proteção dos ecossistemas utilizados pelos pescadores artesanais: regiões costeiras, manguezais e seus ambientes associados. As Unidades de Conservação estão sob a coordenação do ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação para a Biodiversidade, o qual tem a missão de implantar e gerir essas unidades.

Na gestão ambiental o instrumento unidades de conservação, seja de proteção integral ou de uso sustentável é um instrumento utilizado pelas diversas esferas federativas. Entretanto, existe um conflito de competência entre as esferas federal e estadual, principalmente no que tange as unidades de uso sustentável, visto a federalização de áreas que, na maioria das vezes, são importantes do ponto de vista econômico para as instâncias estaduais. Esses conflitos serão bem detalhados ao longo do relatório.

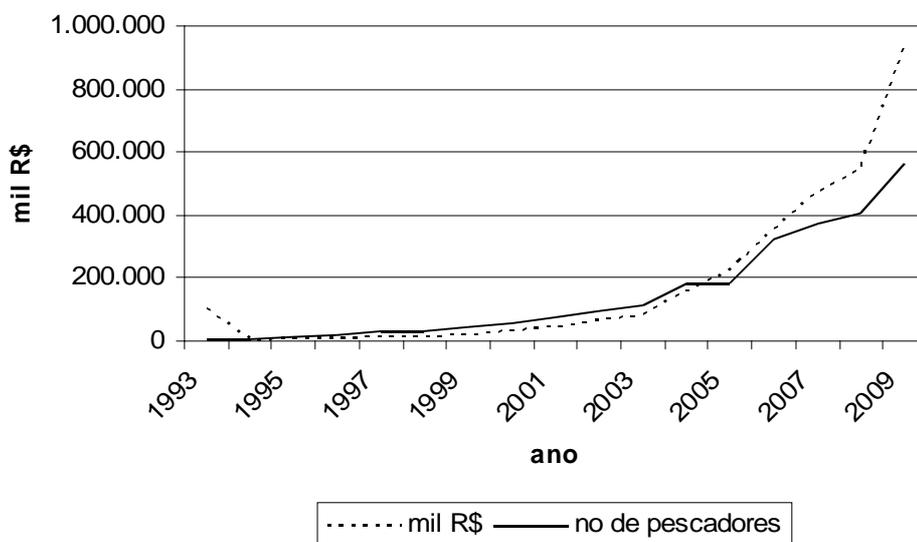
#### **b) Políticas direcionadas aos recursos pesqueiros:**

As peculiaridades da pesca como atividade econômica podem ser baseadas no comportamento e características das espécies que são alvo de sua atividade: os recursos pesqueiros. Diversas políticas de conservação para esses recursos devem ser aplicadas. Algumas espécies são protegidas por leis internacionais como a baleia, outras são protegidas por leis nacionais, mas baseadas em legislação internacionais como é o caso da lista de espécies em perigo da União Internacional para Conservação da Natureza- UICN. Essas políticas de proteção aos recursos baseiam-se em uma série de proibições e restrições a pesca, direcionadas a espécies específicas. No

caso da pesca artesanal, em particular da região estudada a espécie mais atingida por essas políticas é a lagosta:

- **Política de proteção no período de reprodução (defeso):**

Durante o período de reprodução de algumas espécies consideradas sobre-exploradas, o governo estabelece a paralisação da pesca e, como compensação, disponibiliza o valor de 1 salário mínimo/mensal para o pescador (para a maioria das espécies), como forma de compensação pelo período em que não pode pescar. Em 2011 estão sendo estimados gastos na ordem de R\$ 1,3 bilhões, oriundos do Ministério do Trabalho (Figura 2).



**Figura 2: e recursos gastos com seguro-defeso e número de pescadores segurados (1993-2009)**

A política do defeso é a política que atinge um grande contingente de pescadores no Brasil e absorve uma enorme quantia de recursos do governo federal. Aproximadamente quarenta espécies de peixes, crustáceos e moluscos são protegidas por essa política no Brasil. O camarão e suas diversas espécies são os mais protegidos, sendo as regiões Sul e Sudeste onde existe mais legislação de defeso. No Nordeste as principais espécies protegidas são o camarão, caranguejo e as lagostas. Das espécies de peixes apenas o pargo teve o defeso estipulado em 2009<sup>12</sup>, além do mero que tem sua comercialização proibida desde 2007<sup>13</sup>. O defeso mais importante no estado de Pernambuco é o da lagosta, tanto pela sua importância econômica como pelo pagamento do seguro-defeso.

O defeso é estabelecido pelo IBAMA e pelo Ministério da Pesca (a partir de sua criação), conjuntamente e deve ser baseado nas necessidades de proteção das espécies. O Ministério do

12. Instrução Normativa MMA/MPA nº 1, 27/11/2009

13. Portaria IBAMA nº 42, 19/09/2007

Trabalho e Emprego também participa da política na medida em que é o responsável pelo pagamento do seguro-defeso, instituído pela lei 8.287 de 20 de Dezembro de 1991. Existe, porém, a pressão política visando o seguro, o que o transforma, em alguns casos, em transferência de renda para os pescadores e possui muita influência política.

Hartmann (2010) ao discutir instrumentos econômicos de gestão ambiental fala que o seguro-defeso pode ser interpretado como um desses instrumentos, apesar da literatura especializada no Brasil não o interprete dessa forma. Lessa (2009) e Freire (2005), por exemplo, argumentam que essa política tem sido ineficiente para a conservação dos recursos, o que a transforma em política social, desvirtuando seu principal objetivo. De fato, o seguro-defeso apresenta grande dificuldade de operacionalização, tendo dificuldade de atingir os beneficiários em potencial e conseqüentemente os objetivos de conservação.

Apesar do grande crescimento do volume de recursos e do número de pessoas atingidas, a operacionalidade dessa política tem sido criticada por permitir a entrada de pessoas não-pescadoras na atividade, os chamados falsos pescadores. São pessoas com envolvimento na comunidade como atravessadores de pescadao, parentes de lideranças, políticos locais, os quais mantêm relações sociais com as comunidades de pescadores.

- **Comitês de gestão:**

Os comitês têm como meta principal elaborar planos de gestão para manter ou recuperar o uso sustentável dos recursos, numa visão de curto, médio e longo prazo, integrando todas as ações do Estado.

Os Comitês de gestão são órgãos colegiados criados com o objetivo de gerir a pesca de três espécies importantes para o Brasil: lagosta, sardinha e o atum. A lagosta será a espécie a ser abordada aqui, pois a pesca da sardinha ocorre em sua quase totalidade na região sudeste e é realizada pela frota industrial e a pesca de atuns, apesar de forte no Nordeste também é uma pesca industrial.

A participação dos pescadores ainda é restrita a alguns representantes. A consulta e informação não chegam até a totalidade dos pescadores. O comitê está bem assessorado tecnicamente, mas a influência política é forte e várias decisões são tomadas sem caráter científico. Em Pernambuco o grupo de gestão estadual foi criado apenas em 2009 pelo IBAMA o qual realizou duas reuniões mas está atualmente paralisado.

**c) Políticas interministeriais:**

- **Territórios de Aquicultura e Pesca:**

Essa política está em implantação nos estados. É a primeira vez no Brasil que a visão territorial é incorporada ao planejamento de gestão da pesca. Essa política deverá priorizar territórios onde serão aplicados recursos do Ministério da Pesca através de programas e projetos.

A questão territorial e o fortalecimento dos Municípios na elaboração e gestão de políticas públicas ganha força com a Constituição de 1988 e a conseqüente criação dos Conselhos Municipais. Com o fortalecimento dos Municípios e posteriormente com a necessidade de se agregar esses Municípios para suprir limitações locais e potencializar a utilização dos recursos surge a valorização do território como eixo para a elaboração de algumas políticas públicas, principalmente as relacionadas ao desenvolvimento rural.

A política acompanha o conceito de Territórios da Cidadania<sup>14</sup>. Onde já existir o território da cidadania a pesca deverá ser incorporada como Grupo de Trabalho a esse território, como é o caso do Território da Mata Sul de Pernambuco.

A visão territorial propõe agregar todos os programas do governo federal, além de facilitar o diálogo entre os governos federal, estadual e municipal. Em Pernambuco existem três territórios da pesca: Mata Sul, Mata Norte, Região Metropolitana. Apenas a Mata Sul já é território da cidadania.

Em 2009 foram realizadas as oficinas de planejamento para a criação dos comitês gestores dos territórios. Em 2010 aconteceram as audiências pública e elaboração e apresentação de um plano de ação. Os planos de ação serão iniciados em 2011.

A proposta dos territórios é de centralizar os investimentos do MPA, além de criar uma instância de gestão participativa regional na pesca e aquicultura. Participam desses territórios diversas instituições e representantes dos pescadores.

A política parece estar bem formulada, principalmente no que tange ao conhecimento e aprovação de todas as ações a serem realizadas na pesca por esse colegiado. Porém todo esse trabalho esta sendo realizado através de consultorias contratadas, o que imprime um certo descompromisso da instituição responsável, no caso o MPA, visto a instabilidade das ações a serem executadas. Isso é fato visto as ações pós instituição dos membros dos territórios (realizada em outubro de 2010) não terem sido iniciadas até Março de 2011, visto essas instituições consultoras estarem ainda em processo de recontração pelo MPA.

- **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades**

---

14 Em 2008, o Programa Territórios da cidadania, criado por meio de decreto em 25/2/2008, previa o investimento de quase R\$ 13 bilhões em mais de 180 ações coordenadas entre 18 ministérios em 60 áreas mais carentes do País, abrangendo 137 municípios com uma população de 23,9 milhões de habitantes. Foram executados 72% do orçamento de 2008. Para 2009 foram previstos R\$ 23 milhões para ações em 120 territórios.

## **Tradicionalis**

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais é coordenada pelo MDS e pelo MMA. Não foi visualizada a participação do Ministério da Pesca nesta política, além da distribuição de cestas básicas do programa Fome Zero.

Essa política assume a histórica invisibilidade dessas comunidades nas políticas públicas de modo geral e perante a sociedade. Os pescadores, representados pelo MONAPE participam da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto de 13/7/2006), órgão de caráter consultivo e deliberativo, paritário que possui representantes dos povos e comunidades tradicionais. Os representantes também se caracterizam por serem moradores e representantes de Resexs marinhas. A CNPCT propõe princípios e diretrizes para políticas relevantes ao desenvolvimento sustentável dessas comunidades no âmbito do Governo Federal. Desde sua criação essa Comissão teve 15 reuniões ordinárias até o final de 2010.

A política tem 4 eixos básicos: 1) Acesso aos territórios tradicionais e aos recursos naturais, interagindo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC; 2) Infra-estrutura; 3) Inclusão Social e 4) Fomento e produção sustentável.

### **d) Políticas de crédito:**

- **Subvenção econômica do óleo diesel marítimo para a pesca:**

Política criada com o objetivo de equiparar o preço do óleo diesel utilizado por embarcações brasileiras ao preço do óleo diesel internacional. Amparado na lei federal 9.445 de 23/12/2004 e regulamentado pelos decretos 4.969 de 30/1/2004, 5.320 de 23/12/2004 e IN nº 18 de 28/8/2006. Essa política surgiu a partir de uma demanda do setor empresarial porque os barcos arrendados pelo Brasil tinham mais competitividade em relação aos nacionais na medida em que pagavam preço internacional do óleo diesel, ainda na gestão do Ministério da Agricultura (Departamento de Pesca). Foi com a criação da SEAP que a política foi concretizada.

O preço a ser utilizado será o preço cobrado na refinaria, sem a incidência do ICMS, o que requer a concessão de isenção por parte dos governos estaduais. Em 2009 13 Estados tinham convênios com o MPA. As Secretarias de Fazenda estaduais são envolvidas tanto quanto o Ministério da Pesca e Aquicultura nessa política, além da Receita Federal, a qual compete a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.

Para os pescadores artesanais o processo é muito complicado e só as pessoas jurídicas tem acesso ao subsídio, o que permite apenas que colônias e associações possam adquirir o óleo diesel subsidiado. O desconto do ICMS (17%) é dado no ato da compra mas para o desconto do IPI (25%)

a instituição deverá enviar as notas fiscais para o MPA em Brasília, que envia para a receita federal.

Em Pernambuco o projeto de lei foi aprovado na Assembléia em 10/2/2009 e está seguindo os trâmites estaduais. A dificuldade de acesso a essa política é tão grande que, após 5 anos de lançada, Pernambuco ainda não conseguiu viabilizá-la.

- **Pronaf**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, pescadores e aquicultores. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.

Esses financiamentos são dedicados a pescadores profissionais que se dediquem à pesca artesanal e aquicultores familiares que desenvolvem atividades de cultivo de pescado com fins comerciais, detentores da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Para ter a DAP a renda familiar bruta do ano anterior não deverá ultrapassar os R\$110.000,00.

Os tipos de financiamento variam de acordo com o objetivo: investimento ou custeio, porte do financiamento, dependendo da representatividade da pesca na renda familiar (Pronaf Microcrédito), faixa de idade (Pronaf jovem), financiamento individual ou coletivo (Pronaf Agroindústrias Familiares e Pronaf cotas-partes).

Os valores, taxas de juros, prazos de pagamento e carência variam em cada uma das modalidades de financiamento, com limites de crédito variando entre R\$2.000,00 e R\$ 20 milhões, taxas de juros variando entre 0,5 e 4,5%, prazos de carência entre 0 e 3 anos e prazos de pagamento entre 2 e 12 anos, ou seja atingindo uma ampla gama de produtores com financiamento individuais e coletivos (cooperativas).

- **Revitaliza**

É um programa do Ministério da Pesca que utiliza recursos do Pronaf, em parceria com Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia. O objetivo é a reforma na embarcação, compra de equipamentos de segurança e navegação ou mesmo a troca do barco dos pescadores artesanais. Financia de R\$ 10 a R\$ 130 mil reais, com juros de 2% ao ano e carência de até 10 anos. O pescador tem que ser regularmente inscrito no RGP. Pernambuco ao final de 2010 tinha 10 propostas aprovadas para este tipo de financiamento. No estado o IPA – Instituto de Pesquisa Agrônômica é parceiro do MPA na elaboração dos projetos e tanto o Banco do Nordeste quanto o Banco do Brasil são os agentes financiadores

- **Financiamentos de infra-estrutura**

O governo federal (MPA) tem uma série de projetos para financiamento de infra-estrutura para a pesca artesanal, entre eles o CIPAR (Centro Integrado da Pesca Artesanal), financiamentos para fábricas de gelo, e outras estruturas de apoio a pesca.

Os CIPARs são projetos de estruturas físicas com espaço para estoque, fábricas de gelos, manutenção de equipamentos, comercialização de pescado e capacitação profissional. O CIPAR em Pernambuco será construído em Tamandaré-PE, por já existir a estrutura do CEPENE (IBAMA). A comunidade não foi consultada e a escolha se deu por critérios não técnicos. Se analisadas as necessidades do Estado, na região costeira o litoral Norte tem mais necessidade de uma estrutura como essa. Além de abrigar mais da metade dos pescadores artesanais do litoral, a área se caracteriza pela pesca estuarina, com a predominância da captura de mariscos, ostra, caranguejos e manjuba, espécies que necessitam de beneficiamento para serem comercializadas. Um CIPAR nessa região poderia capacitar e ajudar os pequenos produtores no beneficiamento e comercialização de seus produtos.

Os terminais pesqueiros públicos (TPPs) são as principais obras do MPA, as quais abarcarão metade do orçamento do Ministério da Pesca em 2011. Esses terminais são portos pesqueiros com estruturas em terra de beneficiamento e frio. Os terminais que estão sendo construídos pelo Brasil incluem cais, docas, galpão, salas de beneficiamento, câmaras frigoríficas e entrepostos comerciais. É certo que esses terminais vão servir também para alguns barcos de pesca artesanais mas serão estruturas mais facilmente utilizadas por barcos de grande porte. Em Pernambuco está sendo negociado com o governo estadual um TPP no bairro do Pina em Recife. Esse terminal será utilizado pela comunidade do Pina e talvez pelos barcos de Piedade porém, outras comunidades não irão utilizá-lo devido a distância geográfica. Diante das entrevistas realizadas as lideranças de pescadores veem esse projeto como um projeto para a pesca industrial.

O financiamento de fábricas de gelo é a ação mais direta do MPA na pesca artesanal. A estrutura de frio é um gargalo em muitas comunidades de pescadores do Brasil. O gelo tanto é necessário no processo da pesca visando a conservação do pescado a bordo quanto é utilizado na comercialização. Em Pernambuco o MPA está financiando três fábricas de gelo, sendo uma direcionada para o interior. Recife e a comunidade de Abreu e Lima serão as beneficiadas, sendo nenhuma delas na região da pesquisa.

Algumas considerações podem ser feitas em relação a estes projetos de fábricas de gelo ou câmaras frigoríficas em alguns casos: primeiro a maioria deles é realizado através das prefeituras. Como para receber recursos do governo federal as prefeituras precisam estar com as contas em dia,

poucas são as prefeituras em Pernambuco que conseguem dar segmento a esses tipos de projetos. A Prefeitura de Goiana, por exemplo, tenta há mais de 3 anos um financiamento do MPA para a construção de uma unidade de beneficiamento de pescado na comunidade de Carne de Vaca, sem nunca ter conseguido o financiamento.

Segundo após a implantação de uma fábrica de gelo é preciso que haja uma boa gestão do empreendimento, pois a fábrica de gelo implica em altas contas de energia e manutenção do maquinário. Em Pernambuco visualizamos vários exemplos de antigos projetos financiados pelo Banco do Nordeste, no final da década de 90 que estão abandonados e já sucateados por falta de gestão. Um exemplo é a colônia de Atapuz, Goiana, que possui toda a estrutura para frio, beneficiamento e comercialização de pescado que foi financiada pelo Governo do Estado (Programa Pró-renda) e nunca funcionou. Existe a possibilidade dessas experiências se repetirem.

#### **e) Políticas sociais (extensões de outras políticas de governo):**

- **Segurado especial (INSS):**

O pescador artesanal foi enquadrado como segurado especial<sup>15</sup> (assim como os produtores rurais e índios que exercem atividade rural) na Constituição Federal, em seu artigo 195, o que proporciona que sua contribuição social seja paga como um percentual (2,3%) da renda obtida com a venda do produto. São meios de comprovação do exercício da profissão da pesca com fins de inscrição no INSS: nota fiscal de venda realizada por pescador; declaração de sindicato de pescadores ou colônia de pescadores devidamente registrados.

Em 24/7/2006 o pescador perdeu o direito de se aposentar sem a obrigação de ter que comprovar os recolhimentos das contribuições previdenciárias. Existe um projeto de lei em tramitação para reverter essa situação. Atualmente ele precisa contribuir durante 15 anos.

- **Políticas para a pesca que seguem outras políticas do governo federal:**

Existem uma série de programas do Ministério da Pesca e Aquicultura que são aplicações de políticas do governo direcionadas para a pesca, em especial políticas sociais direcionadas para a pesca artesanal:

**Programa pescando letras** - O Programa pescando letras está inserido na política do direito de acesso à alfabetização promovida pelo Ministério da Educação – MEC por meio do Programa Brasil Alfabetizado. A diferença para este último seria a adequação ao modo de vida do pescador, modificando dias e horários das aulas e incorporando o conteúdo do seu modo de vida: pesca,

---

15 Leis no 8.212 e 8.213 de 24/7/1991

organização, meio ambiente, ao conteúdo tradicional da alfabetização de jovens e adultos.

O analfabetismo foi amplamente discutido na primeira Conferência de Aqüicultura e Pesca e o Pescando Letras foi a resposta da SEAP à demanda da Conferência. Apesar disso o programa tem dificuldades de ser implementado (na região estudada) visto a falta de demanda e a não adequação (na prática) dos horários e conteúdos. Foi observado que a SEAP procurou, em alguns momentos, vincular o seguro-defeso a alguns cursos, entre eles o de alfabetização. Os pescadores afirmam que os instrutores recebem menos (R\$ 250,00) que os do MEC, além de não serem pessoas da própria comunidade.

Diante dessas dificuldades o Programa em Pernambuco tem números pouco expressivos. Em 2009 foram capacitados 229 pessoas e, em 2010, 178.

**Programa peixe na merenda escolar** - A inclusão do pescado no Programa Nacional de alimentação escolar busca inserir a produção local da pesca e aqüicultura nos municípios costeiros, ribeirinhos e com produção da aqüicultura familiar. Foi feito um convênio entre a SEAP e o programa para a capacitação de diversos atores, visando inserir o pescado na merenda escolar.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>16</sup> do Ministério do Desenvolvimento Agrário tem o objetivo de garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

A dificuldade de se inserir o pescado na merenda escolar consiste na necessidade de qualidade do produto. Em Pernambuco o marisco produzido no Município de Igarassu, por exemplo, não foi aprovado para a compra pelo Programa Nacional de alimentação escolar dadas as condições de higiene e sanidade em seu beneficiamento. A retirada das espinhas e vísceras também é mais um complicador para a inserção do pescado na merenda escolar.

Em Pernambuco foi realizado apenas um projeto pela Universidade Federal, financiado pelo MPA para a capacitação de atores envolvidos na pesca e merenda escolar. Esse Projeto foi focado no Agreste e Sertão do Estado. Foram capacitados 262 pessoas entre merendeiras, pescadores, nutricionistas e gestores de 21 Municípios.

**Telecentro da Pesca** – O Projeto de Inclusão Digital para Pescadores e Pescadoras Artesanais – Telecentro da Pesca - Maré foi criado em 2004 e segue o projeto de Telecentros do Ministério das Comunicações. O Projeto é coordenado pelo Ministério da Pesca e atua por meio de parcerias com o Banco do Brasil e o Ministério das Comunicações.

Em Pernambuco existem apenas 4 unidades já instaladas: Igarassu, Jatobá, Itacuruba e

---

<sup>16</sup> Instituído pela Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, regulamentado pelo Decreto nº. 4.772, de 02 de julho de 2003, alterado pelo Decreto nº. 5.873, de 15 de agosto de 2006.

Abreu e Lima. Segundo o MPA estão atualmente autorizadas mais 4 unidades: Tamandaré, Recife, Goiana e São José da Coroa Grande.

Este programa também parece não ser efetivo em Pernambuco, algumas lideranças citam que os computadores são velhos, muitas vezes já chegam quebrados e que os telecentros não funcionam a contento.

**Programa Feira do Peixe** – O objetivo desse programa é fortalecer o mercado interno, fortalecendo o comércio em feiras livres e mercados públicos do país. Para tanto o MPA cede a pescadores e aquicultores familiares módulos equipados para a venda do peixe fresco ou vivo. Esse programa tem a parceria da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

Em Pernambuco foram 10 kits doados em 2010, sendo que a pesca artesanal marítima recebeu apenas 3 e o restante foi direcionado para a pesca continental e aqüicultura. Nas entrevistas realizadas foi verificado que esse programa não tem impacto para os pescadores artesanais e que o visualizam apenas como forma de “fazer propaganda do Ministério da Pesca”. Em Rio Formoso, por exemplo, foi cedido o kit para peixe vivo, mas no Município predomina a pesca estuarina.

**Semana do Peixe** – A semana do peixe é uma estratégia de aumentar o consumo interno de pescados através do marketing e informação sobre pescado, além de fomentar a diminuição dos preços. Durante uma semana são distribuídos materiais com dicas sobre compra, manuseio, conservação e benefícios do pescado. Os mercados e restaurantes participantes praticam preços mais baixos para aumentar o consumo. O projeto também inclui festivais gastronômicos, palestras, feiras e atividades culturais.

Em Pernambuco o projeto realizou três edições de Concurso de textos nas escolas públicas e duas de Curso de culinária nas comunidades de pescadores, o que pode ser avaliado como de muito baixa repercussão no Estado.

**Distribuição de cestas básicas** – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome tem um programa que distribui alimentos a grupos populacionais específicos, por meio do Programa Fome Zero. Essa distribuição de cestas básicas foi citada em várias entrevistas realizada com gestores públicos dos Municípios de Pernambuco e só então visualizada pela pesquisa, visto que não existe divulgação da referida ação pelo Ministério da Pesca.

As cestas básicas são distribuídas para mulheres selecionadas pelo MPA pelos dados do Registro Geral da Pesca. Em Pernambuco foram distribuídas 2.401 cestas no ano de 2010. A maioria das cestas básicas distribuídas ao longo dos últimos 3 anos foram para a região costeira. A Colônia de Itapissuma foi a grande beneficiada nesse programa em Pernambuco, recebeu 15,2%; 13,3% e 41,7% das cestas em 2008, 2009 e 2010 respectivamente.

A região do Canal de Santa Cruz é uma região com grande expressividade na pesca

artesanal, porém, podemos questionar a escolha por distribuir as cestas especificamente às mulheres cadastradas no MPA. Além disso, a distribuição poderia ter sido feita no Município de Goiana em 2010, comunidades também bastante expressivas em relação aos critérios do MDA.

Com a implantação dos Territórios da Pesca essas decisões deverão ser repassadas para o colegiado do Território visto este ter o objetivo de indicar políticas públicas e possivelmente seus beneficiários.

As políticas citadas acima fazem parte de um espectro mais geral de atuação do governo brasileiro em relação a pesca e sua análise em Pernambuco. A seguir iremos discutir políticas e relações entre as instituições com a participação dos atores dessa pesquisa: os pescadores artesanais, além de ações mais locais do estado e municípios pesquisados.

#### **f) Políticas de participação social:**

A partir dos anos de 1980, com o fim do regime militar no Brasil, surgem uma série de *políticas de participação social*, entre elas a criação de Conselhos e as Conferências Nacionais. Os Conselhos de Políticas Públicas são instâncias de poder criadas a partir da Constituição Federal de 1988. São uma ferramenta do Estado que, em tese, devem proporcionar a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.” (Constituição Federal, 1988). Os conselhos nacionais, estaduais e municipais se disseminaram pelo Brasil nas últimas décadas e hoje constituem mais de 27 mil instâncias destinadas à expressão da participação social (Ipea, 2005).

Em relação à pesca analisamos dois conselhos federais: o de meio ambiente (CONAMA) e o de pesca e aqüicultura (CONAPE).

- **Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA**

Sua primeira reunião aconteceu em 1984, como parte integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA<sup>17</sup>, mesmo antes da criação do Ministério do Meio Ambiente, sendo o primeiro conselho com minoria de participação do governo federal. IPEA (2010) cita que isso foi possível porque, na época, os militares ainda não dispensavam maior atenção à política pública ambiental. O cenário político era de campanha pelas eleições diretas e de emergência de movimentos sociais e ambientalistas.

<sup>17</sup> Criado pela Lei nº 6.938/1981 (Sisnama), regulamentada pelo Decreto 99.274/1990, alterado pelo Decreto nº 3.942/200.

Atualmente é composto por 108 conselheiros, sendo: 39 do Governo federal, 27 dos Governos Estaduais, 8 dos Governos Municipais, 8 de entidades empresariais, 22 da sociedade civil e de trabalhadores, 3 conselheiros especiais sem direito a voto e um membro honorário. Cada conselheiro possui dois suplentes. O Conama é presidido pelo Ministro do Meio Ambiente e gerido por um departamento técnico próprio no Ministério.

Nessa representação nota-se a desproporcionalidade entre governo e sociedade civil, sendo que a sociedade civil e de trabalhadores onde insere-se os pescadores artesanais representam apenas 20 do total dos conselheiros. Representante direto da pesca é apenas o Ministério da Pesca, não existe representantes dos pescadores artesanais, nem das empresas de pesca. As comunidades tradicionais estão representadas pelos seringueiros e dentre as entidades empresariais, além da CNA estão representados os madeireiros. A representação da região Nordeste também é muito baixa, se restringe a estados, Annama nacional, com o titular e a Annama região Nordeste, além da representação das ONGs da região Nordeste. Dentro de sua estrutura existe uma câmara técnica de Biodiversidade, Fauna e Recursos Pesqueiros.

Até o mês de março de 2011 foram realizadas exatamente 100 reuniões ordinárias, as quais acontecem a cada trimestre. Com relação ao conteúdo, atualmente a agenda marrom (poluição, lixo, licenciamento ambiental), devido ao processo de urbanização, ganhou espaço em relação a agenda verde e azul (proteção de ecossistemas), inicialmente objeto de atuação do Conselho.

Uma pesquisa do IPEA (2010) analisou o perfil dos conselheiros: 86% eram brancos, 94% com ensino superior, 46% católicos, 69% entre 41 a 60 anos, apenas 9% tem renda familiar abaixo de R\$ 4.000,00. Apenas 20% está a mais de 7 anos no Conselho, mais da metade também participa de outro conselho, corroborando com outras pesquisas que mostram a elitização dos conselhos nacionais (Jacobi, 2006; Kalikoski et. al., 2009; Fuks et al, 2004).

Foram analisados todos os processos que transitaram ou estão transitando na Câmara técnica de Biodiversidade, Fauna e Recursos Pesqueiros. Dos 8 processos que foram discutidos desde a instalação da Câmara (2003) todos tem interesse para a pesca artesanal, sendo apenas 1 de interesse direto. A Tabela 3 resume os processos:

Tabela 3– Resumo dos processos tramitados ou em trâmite na Câmara técnica de Biodiversidade, Fauna e Recursos Pesqueiros do CONAMA

<b>Processo</b>	<b>Data de início</b>	<b>Data de arquivamento</b>	<b>Entidades Interessadas</b>	<b>Grupo de Trabalho</b>	<b>No de reuniões até fim do processo</b>	<b>Resultado</b>
1) Licenciamento da Pesca Profissional	29/10/2003	30/06/2005	IBAMA/ pescadores	não	3	Arquivado por pedido do IBAMA
2) Licenciamento da Pesca Amadora	19/05/2004	30/06/2005	IBAMA/ pescadores	não	3	Arquivado por pedido do IBAMA
3) Proposta de moção solicitando a paralização da carcinicultura em Acaraú-CE	17/10/2003	10/11/2004	ONGs/pescadores	não	5	Terminou na indicação de um seminário nacional
4) Licenciamento da Aqüicultura	30/06/2005	28/05/2009	Sociedade/ aquicultores/ IBAMA	sim	9	Aprovada depois de muita discussão e pedidos de vista
5) Regulamentação da implantação de recifes artificiais em ambientes aquáticos	19/05/2004	ativo	IBAMA	sim	6	GT criado mas ainda não instalado
6) Controle da exploração de algas calcáreas	19/05/2004	ativo	IBAMA/ pescadores, empresas	sim	6	GT criado mas ainda não instalado
7) Revisão da resolução CONAMA no 312/02 que dispõe sobre licenciamento da carcinicultura	02/07/2004	ativo	IBAMA, carcinicultores, ambientalistas, pescadores	sim	8	Aguarda realização de seminários e resolução sobre restinga associada ao bioma mata atlântica
8) Definição legal dos ecossistemas manguezais no Brasil.	15/03/2006	ativo	IBAMA, carcinicultores, ambientalistas, pescadores	não	3	Aguarda realização de seminários e resolução sobre restinga associada ao bioma mata atlântica

- **Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE:**

O CONAPE foi criado pela lei no 10.683 de 28/5/2003 e regulamentado pelo decreto no 5.069 de 5/5/2004, é composto por 54 membros, mais o presidente, sendo um conselho consultivo e paritário. O Conselho é composto por 54 membros mais o Ministro da Pesca e Aquicultura e representa os sujeitos sociais interessados na área da aquicultura e pesca. O Conselho tem 27 representantes de órgãos e entidades do governo e 27 representantes de entidades da sociedade civil organizada, a seguir indicados: quinze titulares de entidades e organizações dos movimentos sociais e dos trabalhadores da pesca e aquicultura, dez titulares de entidades da área patronal e dois titulares da área acadêmica e de pesquisa. Os titulares e suplentes terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos. As reuniões ordinárias ocorrem a cada seis meses, no Distrito Federal, podendo realizar reuniões extraordinárias sempre que necessário. O Conselho delibera mediante resoluções e moções por maioria simples dos presentes tendo o Presidente o voto de qualidade no caso de empate.

As competências do Conape estão citadas na sua lei de criação e consistem basicamente no subsídio a formulação de políticas públicas de competência do Ministério da Pesca, no acompanhamento e avaliação dessas políticas, no estímulo da participação e controle social, inclusive propondo uma rede nacional de órgãos colegiados estaduais e municipais da pesca, promover e organizar as Conferências Nacionais do setor e propor e atualizar legislação do setor.

O Conselho foi criado juntamente com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, transformada em Ministério em 2009, como parte integrante de sua estrutura. Segundo seu decreto de criação:

“tem por finalidade propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate nos diferentes níveis de governo com a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades da aquicultura e pesca no território nacional.”

O contexto de criação desse conselho é completamente diferente do Conselho de Meio Ambiente analisado anteriormente. O CONAPE já nasce como parte de uma estrutura governamental, a SEAP e não como parte de uma política, como foi o caso do CONAMA que fez parte do SISNAMA. Essa diferença será crucial no funcionamento desse conselho que aqui é mais direcionado para as políticas de pesca e aquicultura e não para discussão de problemas e soluções

ligadas ao setor.

É importante também citar o caráter consultivo deste conselho, diferentemente do caráter deliberativo do CONAMA e o de Assistência Social (CNAS), entre outros, o que faz com que o conselho atue de forma mais próxima ao Ministério da Pesca, o qual utiliza o conselho mais uma vez como consultor sobre suas políticas.

A análise de sua composição mostra que mesmo sendo um conselho recente, com apenas 3 mudanças de composição do conselho, pode-se chegar a algumas conclusões: a composição dos membros do governo e das entidades empresariais é estável desde a sua formação, porém a composição dos representantes dos movimentos sociais e representantes dos trabalhadores da pesca teve uma dinâmica contrária ao fortalecimento da pesca artesanal no conselho.

A representação dos pescadores artesanais foi dinâmica entre a primeira e a última composição do colegiado. Em 2004 três instituições (Confederação Nacional dos Pescadores, Monape e CPP) possuíam 8 vagas no conselho. Em 2008, as nove vagas assumidas como representativas do setor estavam dispersas em 7 instituições, o que foi novamente centralizado para apenas duas instituições em 2010. A Confederação dos pescadores assumiu 5 vagas e o Monape continuou com duas. Conclui-se que a representação dos pescadores artesanais foi enfraquecida no conselho nessa última eleição de conselheiros, sendo a saída da Pastoral dos pescadores e a centralização das vagas na Confederação o motivador desse enfraquecimento. A CPP se retirou por não concordar com o andamento das ações do CONAPE e o posicionamento do Ministério da Pesca na coordenação do Conselho.

O chamado empoderamento é uma das consequências dessa forma de participação social. Para tal é necessário estabelecer um aprimoramento constante da formação de lideranças (Wagner Costa Ribeiro). Nas reuniões do CONAPE as propostas dos mais tecnicamente informados estão sempre tendo vantagem sobre àqueles com liderança política, porém com baixa argumentação técnica. Os primeiros, porém, têm baixa sensibilidade às demandas sociais. No tocante a pesca, são os pescadores de pequena escala os menos representados e mais afetados pelas decisões tomadas nos Conselhos.

Pelo CONAPE importantes discussões já foram realizadas, sendo a Nova Lei da Pesca o ganho mais expressivo relacionado a pesca artesanal. Além dessa, a nova legislação sobre o Registro Geral da Pesca também está sendo discutida no conselho por um GT do qual a representação dos pescadores artesanais teve importante participação. Foi realizada uma reunião em Pernambuco, organizada

pelo representante estadual do MONAPE para que os representantes das colônias e associações de pescadores do estado pudessem discutir o texto base dessa legislação (IN nº 6). Essa Instrução Normativa havia sido elaborada pelo Ministério, tendo sido inicialmente publicada com sérias modificações que impediriam muitos pescadores artesanais de se cadastrarem no RGP, como por exemplo, a necessidade de emissão de nota fiscal. Esse movimento por parte dos próprios representantes dos pescadores é um exemplo do crescimento no nível de organização da classe.

Por outro lado, por ser um conselho de pesca e aquicultura diversos embates já foram travados entre essas duas atividades, por vezes conflituosa, no âmbito do conselho. Os pescadores artesanais não têm força no conselho devido ao seu baixo número de conselheiros e também, a baixa representatividade desses em relação aos pescadores artesanais. Isso pode ser explicado porque vários representantes são do eixo Sudeste-Sul do país onde a pesca artesanal tem características diferentes das regiões Norte-nordeste, as quais congregam quase 80% do total de pescadores artesanais no país, segundo a estatística pesqueira oficial divulgada em 2010 (MPA, 2010).

Podemos citar a política da subvenção do óleo diesel, apoiada pelo setor artesanal como um exemplo de política que não pode ser utilizada como argumento de benefício para o setor artesanal por atingir uma pequena parcela desses pescadores (os que utilizam barcos motorizados). No orçamento do MPA de 2011 essa política prevê a utilização de quase 20% dos recursos destinados ao programa Desenvolvimento Sustentável da Pesca.

Sendo assim a representatividade dos pescadores artesanais ainda é menor se considerarmos essas diferenças regionais. A pesca artesanal das regiões Sul e Sudeste é uma pesca mais desenvolvida que nas regiões Norte-nordeste onde a pesca desembarcada e de barcos de pequeno porte movidos a vela é a característica mais representativa desses pescadores. Da atual composição do conselho, os representantes da Confederação dos Pescadores estão em sintonia com a pesca artesanal de maior porte, e são maioria nos representantes da pesca artesanal.

Além desses Conselhos analisados a pesca deve ser tratada em outros Conselhos como o de direitos humanos, Desenvolvimento Rural, entre outros, principalmente na escala municipal.

- **Conferências de Pesca e Aquicultura:**

As conferências sobre políticas públicas foram estabelecidas pela Constituição Brasileira de 1988 como mecanismos de democracia participativa. As Conferências Nacionais foram fortalecidas

no governo Lula, o qual facilitou o surgimento de diversas conferências, entre elas a da pesca e aquicultura.

Segundo Moroni (2006) são espaços institucionais de deliberação das diretrizes gerais de uma determinada política pública mais amplos que os conselhos, envolvendo outros sujeitos políticos que não estejam necessariamente nos conselhos, por isso, tem também caráter de mobilização social.

As conferências são precedidas de conferências municipais/regionais e estaduais e são organizadas pelos respectivos conselhos, em sua maioria, ou pelos Ministérios a quem competem.

A Conferência mais antiga no Brasil é a da saúde que irá acontecer em sua 14ª edição, seguida pela Conferência dos direitos da criança e do adolescente, em sua 9ª edição e da Conferência de assistência social, a qual irá acontecer pela 8ª vez em 2011. Durante a gestão Lula foram criadas as Conferências de Juventude, de Meio Ambiente, dos idosos, de segurança alimentar, da mulher e da pesca e aquicultura. Em 2011 irão acontecer pela primeira vez ainda as Conferências do Turismo, participação social, das águas e do emprego e trabalho decente, totalizando 13 Conferências Nacionais ao longo de 2011.

Na pesca a 1ª Conferência foi realizada em 2003 com a participação de 16.000 pessoas (somando-se as conferências municipais, estaduais e a nacional), a 2ª conferência foi realizada em 2006 com a participação de 27.000 e a 3ª Conferência foi realizada em 2009 com a participação de 30.000 pessoas. Essas conferências geram diretrizes para a política de pesca do governo federal.

Apesar do caráter participativo essas conferências estão sendo utilizadas como forma de institucionalizar os projetos elaborados no Ministério da Pesca. As duas últimas conferências tiveram como ponto de partida textos-base elaborado pelo MPA. Os textos não foram discutidos pelo setor artesanal prioritariamente, em parte pela dificuldade dos pescadores de entendimento dos textos, em outra parte pelo baixo grau de mobilização dos pescadores. Esse texto é discutido durante as conferências regionais e estaduais em grupos de trabalho.

Todo o descontentamento do movimento dos pescadores artesanais com as ações do MPA foi traduzido com a organização de uma Conferência da pesca artesanal paralela a Conferência Oficial. Essa conferência foi estimulada e organizada pela Pastoral dos Pescadores. Ocorreu nos moldes de um acampamento sem-terra e suas discussões geraram um documento com reivindicações. No documento as Reservas Extrativistas mais uma vez foram citadas como uma das necessidades dos pescadores artesanais e como uma das principais soluções para a solução da perda de territórios dessas comunidades tradicionais.

As Conferências estão se aprimorando e apesar dos problemas existentes citamos o processo de participação social como o ponto mais importante dessa política. O caráter federativo, ou seja, a junção das esferas federal, estadual e municipal é primordial para a pesca no país, pois essas instâncias não dialogam entre si no que concerne as políticas do setor. Caldeira (2009) cita ainda que o contato com autoridades políticas ligadas ao setor contribui para a sensação de maior visibilidade da classe e serve como estímulo à organização.

Souza et al (2009) que analisaram as Conferências de Pesca e Aqüicultura em Pernambuco citam que a primeira conferência referendou a alfabetização de jovens e adultos como prioridade para o setor, gerando o programa Pescando Letras; que a segunda conferência se destacou pela solicitação da criação do Ministério da Pesca e Aqüicultura e que a terceira conferência seria uma avaliação das políticas públicas do setor.

Como resultado da primeira conferência citamos ainda a realização dos encontros das trabalhadoras da pesca, os quais levantaram as questões de gênero no setor pesqueiro e proporcionaram a criação da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP). Pernambuco se destaca nessa questão tendo participação ativa na Articulação, além de se orgulhar pela antiga luta das mulheres na pesca. A primeira mulher presidente de colônias de pescadoras é pernambucana (Colônia de Itapissuma). Atualmente as mulheres tem tido um papel relevante na organização dos pescadores, sendo estas hoje presidente das principais colônias de pescadores no litoral de Pernambuco e de outras colônias de menor impacto: Pontas de Pedra, Atapuz, Baldo do Rio (Goiana), Itapissuma, Tamandaré e São José da Coroa Grande.

Em Pernambuco o processo de mobilização das conferências vem se aprimorando, apesar do baixo grau de mobilização do setor e da influência do Ministério da Pesca e Aqüicultura nessa mobilização. Em 2012 esta prevista a realização da 4ª Conferência de Pesca e Aqüicultura que terá como tema “O desenvolvimento da Aqüicultura e da Pesca – mais produção, mais trabalho, mais renda, mais alimento e mais inclusão no combate a pobreza”.

### ***3.2 Pescadores e instituições: a governança da pesca em Pernambuco***

De fato, é importante considerar que as diferentes esferas de governo podem atuar na concepção de políticas de pesca artesanal. Assim, tanto o governo federal quanto os estados e municípios devem ser considerados na análise das políticas para a pesca artesanal. Indo mais além,

considera-se o conceito de governança nessa análise. Na governança ampliamos o poder para a sociedade civil pois esta, representada na pesca pelas comunidades organizadas de pescadores artesanais, ONGs e outros atores interagem para a formulação e controle das políticas públicas.

É na esfera local, nos municípios e comunidades que o conceito de governança pode ser praticado em seu mais profundo aspecto. As comunidades de pescadores artesanais encontram-se com o exercício de políticas públicas diretamente em sua colônia (instituição de representação oficial dos pescadores), no seu Município e nos órgãos setoriais que cuidam da pesca, como é o caso das superintendências estaduais do Ministério da Pesca e Aquicultura. Nesse contexto, o conceito de governança reconhece a gestão pública compartilhada como um arcabouço participativo desejável que considere o cidadão e a sociedade civil organizada.

Na pesca ou mais genericamente em processos de gestão de recursos naturais, esse conceito torna-se ainda mais importante, visto a peculiar característica de bens públicos, ou recursos de acesso comum. Hardin (1968) analisou o processo de apropriação desses recursos, o que denominou de “tragédia dos comuns”, onde os estoques pesqueiros tenderiam a se extinguir devido à “corrida ao peixe”. A solução para o problema deveria tomar apenas dois caminhos: privatização ou controle estatal. Basurto (2009) mostra que, apesar da tragédia se aplicar a algumas situações, Hardin falhou ao universalizar sua teoria. Sobrepesca frequentemente ocorre quando os usuários dos recursos são anônimos, não têm fundamentos de verdade e reciprocidade, não podem se comunicar e não têm regras estabelecidas. O conceito de gestão compartilhada, onde os usuários participam da tomada de decisões mostra que estes podem atuar de forma a controlar a exploração dos recursos naturais (Ostrom, 2000).

Sistemas de gestão compartilhada na pesca permitem a descentralização do gerenciamento pesqueiro e o empoderamento dos usuários, sendo uma alternativa viável para a administração da pesca. Berkes (2006) cita que os sistemas de administração dos recursos devem ser múltiplos. Em nenhum dos casos por ele analisados a gestão comunitária sozinha foi suficiente para resolver os problemas dos recursos no nível local. A governança, então, é o conceito que vai abarcar esses sistemas múltiplos de gestão e a participação de todos os atores sociais na tomada de decisão. Kooiman et al (2005) afirmam que a boa governança é baseada em uma interação mais ou menos equânime entre o estado, o mercado e a sociedade civil.

A governança constitui um processo de aprendizagem e os espaços nos quais ela se realiza são espaços e oportunidade para os atores exercitarem novos valores, comportamentos, práticas e condutas. Esses comportamentos são ajustados a uma nova realidade que exige maior diálogo entre

os diferentes atores da sociedade e destes com o Estado (Arns, 2010).

Essas diversas instituições governamentais e não governamentais se conflitam, principalmente em relação as questões ambientais e pesca. Os Ministérios que tratam do desenvolvimento da pesca e da criação de Unidades de Conservação, por exemplo, não trabalham em conjunto na criação de unidades costeiras. Geralmente existe conflito nas esferas governamentais, principalmente nos estados e municípios.

As instâncias não governamentais também têm conflitos tanto com as governamentais quanto em relação a comunidades de atividades econômicas privadas. As comunidades de pescadores, então, são tratadas pelas instituições públicas, muitas vezes, da mesma forma como estas se relacionam, como informantes da realidade e de suas necessidades. A tomada de decisão, de forma participativa, ainda está sendo buscada na área da pesca no Brasil. Várias iniciativas podem ser citadas, experiências exitosas ou não, políticas que incorporam mais ou menos a participação dos pescadores no processo. É em cima desses relacionamentos que buscaremos discutir as políticas no estado de Pernambuco.

### **1 – A relação dos pescadores com o governo federal**

Como já foi citado anteriormente o poder federal no Brasil, historicamente, tratou os pescadores de forma paternalista e opressiva. Muito ainda se tem que caminhar, porém, após a Constituição de 1988 podemos citar algumas mudanças na relação entre os pescadores artesanais e o governo federal.

A principal mudança visualizada decorre da organização dos mesmos. Nos últimos dez anos observa-se uma maior cobrança pelos movimentos sociais em relação a participação dos pescadores na elaboração das políticas públicas e na busca de soluções para a solução de seus problemas.

Atualmente o Ministério da Pesca, como já citado anteriormente tem duas políticas que considera-se como muito importante para os pescadores artesanais em termos de relacionamento com as instituições: primeiro uma atenção especial precisa ser direcionada ao RGP, registro geral da pesca e também à política de territórios da pesca, por ser uma política de planejamento.

O Registro Geral é a base para o planejamento de todas as políticas do governo direcionadas à atividade da pesca artesanal. É com essa estatística e dados que o governo estima outras políticas, como as sociais, tão importantes para a manutenção de uma atividade com pouca geração de renda agregada. É por meio desse cadastro, intermediado em quase sua totalidade pelas colônias de pescadores que o Ministério da Pesca aplica suas outras políticas: seguro-defeso, políticas sociais,

planejamento de manejo pesqueiro e outras. Pode-se dizer que as colônias de pescadores ganham status de braços do governo, pois são elas que indicam se o cidadão é pescador, legitimizam àquela pessoa perante o governo.

A política de territórios da pesca, explicada anteriormente, seria a política de planejamento que mais permite a participação dos pescadores no processo de gestão da pesca na esfera federal. Em Pernambuco foram realizadas diversas reuniões nos territórios previamente traçados pelo governo. O litoral foi dividido em três territórios: litoral sul e norte e região metropolitana. O produto gerado por esses encontros está pronto e esperando a iniciativa do MPA de pô-los em ação.

As outras políticas analisadas que permitem uma maior aproximação entre os pescadores e o governo são as políticas sociais e de crédito, incluindo aqui o defeso da lagosta, considerado nesse estudo como uma política social e não ambiental, propósito teórico da política. Essa aproximação, porém, coloca os pescadores como meros sujeitos passivos, recebedores de políticas formuladas sem sua participação. Mais ainda, políticas de cunho social se misturam com a política partidária em grande parte dos projetos relacionados a pesca.

Em relação às políticas chamadas aqui de políticas de participação citamos a participação dos pescadores em conselhos e conferências, já discutidos anteriormente. Em Pernambuco a participação nesses conselhos tem um pouco mais de expressividade do que outros estados do Nordeste, por possuir dois conselheiros no Conselho da Pesca e aquicultura representantes dos pescadores artesanais. Em 2010 houve uma reunião para discutir uma instrução normativa do MPA relativa à paralisação da emissão de carteiras de pescador, organizada por esses conselheiros. Todos os representantes de colônias foram convidados e os resultados da análise levados à Brasília. Essa foi a única análise realizada no âmbito do Conape pelos pescadores artesanais. Mesmo assim, as críticas de baixa representatividade inviabilizam ações em prol dos pescadores no âmbito do conselho.

As relações entre os pescadores e o ICMBio, responsável pela administração de unidades de conservação como a Resex Acaú-Goiana, também é prejudicada pela distância da instituição em relação ao Estado. A sede do ICMBio que administra as UCs em Pernambuco é a Regional localizada no Município de Cabedelo na Paraíba. Além da distância, a estrutura administrativa do órgão, criado recentemente, não permite um maior contato com as comunidades. No início de 2011 a equipe, antes composta apenas por duas técnicas foi ampliada e conta hoje com cinco pessoas. A equipe está fazendo um trabalho informativo nas comunidades da Resex em 2011, tendo como objetivo a formação de seu Conselho Gestor ainda neste ano.

Além dessas relações entre pescadores e governo federal cita-se em Pernambuco uma baixa relação entre o governo federal e o estadual. Recentemente foi criado um Conselho estadual de Pesca e Aquicultura e segundo o representante do MPA no estado José Telino: “*Não sabemos a quem procurar no governo do estado de Pernambuco quando queremos discutir a pesca*”.

Na seção seguinte iremos apresentar como as políticas se estruturam em Pernambuco quando se pensa na pesca artesanal e como os pescadores artesanais se comportam em relação a essas políticas.

## **2 – A relação dos pescadores e a gestão em Pernambuco**

Em Pernambuco a gestão estadual da pesca está diluída em diversas secretarias. Se o governo federal assume as colônias de pescadores e suas diretorias como elo de ligação entre o Ministério a Pesca e os pescadores, no estado não encontramos políticas que busquem essa representatividade.

Nos Estados em geral a gestão da pesca geralmente está inserida nas Secretarias de Agricultura, como é o caso de Pernambuco, onde existe apenas uma Unidade de Pesca e Aquicultura ligada à Gerência de Produção Rural. Administrativamente essa é a instância estadual de gestão da pesca.

Outras secretarias, porém, também atuam no setor como é o caso da Secretaria de Desenvolvimento Econômico que hoje sedia o Conselho de Aquicultura e Pesca do estado de Pernambuco, a Secretaria de Juventude e Emprego, a qual intermedia algumas ações junto ao Mopepe (Movimento dos Pescadores de Pernambuco), além da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (em 2011 dividida e essas responsabilidades transferidas para a atual Secretaria de Meio Ambiente) que atua na criação de Áreas de Proteção Ambiental e sedia o Consema, Conselho Estadual de Meio Ambiente e da CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos), órgão executor da política ambiental, responsável pela fiscalização e emissão de licenças ambientais (Tabela 4).

A principal relação entre os pescadores e o estado nos últimos cinco anos foi a realização de uma barqueata cobrando ações do governo estadual em benefício dos pescadores. A principal reivindicação estava pautada na despoluição dos ambientes estuarinos da grande Recife. A barqueata será descrita posteriormente. Mais recentemente houve um movimento dos pescadores do Município do Cabo de Santo Agostinho, sede do Porto de Suape, também cobrando melhorias

ambientais em relação aos impactos negativos que o porto vem causando no ambiente de pesca na região.

A participação oficial dos pescadores é realizada por meio dos conselhos e comitês de gestão, os quais serão descritos posteriormente. Apenas um integrante do movimento dos pescadores representa a classe em todas as instâncias oficiais, o presidente da Federação dos Pescadores de Pernambuco. Ele é membro dos Conselhos de Pesca e Aquicultura e Meio Ambiente e dos Comitês de Bacia, além de estar presente como convidado nas oficinas de trabalho e seminários que discutem a pesca no Estado. Esta representação, apesar de ser oficial, não é concreta do ponto de vista das comunidades, pois o referido presidente não realiza ações de consulta ou difusão de informação com as colônias associadas.

**Tabela 4 - Secretarias de Estado com ações na pesca artesanal - Pernambuco**

Secretaria	Descrição
<b>Agricultura</b>	Existe uma Unidade de Pesca e Aquicultura ligada à Gerência de Produção Rural, a qual teoricamente deveria gerir a pesca e aqüicultura no Estado, é o único lugar no fluxograma estatal onde encontramos a pesca em alguma função específica. A gerência, porém, tem atuado no peixamento de açudes no interior. A pesca costeira não é objeto de atuação da referida gerência.
<b>Agricultura – Instituto de Pesquisa Agronômica (IPA)</b>	Contratou engenheiros de pesca em 2006, antes não tinha forte ação na pesca artesanal. Responsável pela extensão pesqueira no Estado, agente intermediário para financiamentos através do Pronaf.
<b>Juventude e Emprego</b>	Internalizou a demanda do MOPEPE após a barqueata de 2007. Sua ação foi patrocinar o Diagnóstico Socioeconômico da Pesca artesanal do litoral de Pernambuco, além de ter prometido outras ações que não foram executadas.
<b>Desenvolvimento Econômico</b>	Sedia o Conselho de Aqüicultura e Pesca do estado de Pernambuco, criado em 2009.
<b>Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente</b>	Atua na criação de Áreas de Proteção Ambiental e sedia o Consema, Conselho Estadual de Meio Ambiente. Atualmente também está com um projeto de capacitação e financiamento para a colônia de pescadores de Barra de Sirinhaém (arranjos produtivos, desde 2007).
<b>Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - CPRH</b>	A Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – CPRH é o órgão executor da política ambiental, responsável pela fiscalização e emissão de licenças ambientais.
<b>Planejamento e Gestão - Seplag – Programa Prorural</b>	Atua através dos Conselhos de Desenvolvimento Rurais municipais, financiamentos de atividades produtivas, entre elas a pesca. Além da atividade produtiva realiza ações de melhorias sociais como a doação de materiais de construção para a construção de residências. Tem realizado ações por mais de 10 anos.
<b>Desenvolvimento Social</b>	Iniciando na área de pesca. Projeto Inclusão produtiva PE no batente, financia material com recursos do MDS e capacita os produtores. Colônia de pescadores do Pina enviou projeto para edital.

Em 2010 a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco discutiu um planejamento estratégico para a aqüicultura e pesca e a gestão da pesca poderá migrar para esta secretaria, ou não, de acordo com novos direcionamentos que possam ser tomados no recém-criado Conselho de Aqüicultura e Pesca. Em Agosto de 2011 esta discussão ainda está acontecendo e não se sabe se o Conselho irá para a Secretaria de Agricultura.

A história recente da relação do governo de Pernambuco com a pesca mostra uma ação forte do governo estadual na década de 1990, onde alguns grandes projetos foram implementados como o Projeto Prorenda que realizou ações de capacitação e organização das comunidades, com a parceria da agência alemã de cooperação GTZ; além de uma série de financiamentos (a maioria a fundo perdido com recursos do Banco Mundial) para equipar colônias e associações de pescadores (Prorural).

Ainda nessa década citamos os Projetos do Banco do Nordeste que financiou barcos a motor, estruturas de frio, de beneficiamento e transporte para grande parte das colônias de pescadores de Pernambuco, com o apoio do governo do Estado. Esses projetos, na maioria superdimensionados, deixaram um passivo financeiro e moral que até hoje não foi absorvido pelas instituições de crédito. Ainda a nível estadual, com financiamento do Fundo do Amparo do Trabalhador cita-se o Projeto Peditec que realizou capacitações no setor pesqueiro ao longo de todo o estado de Pernambuco.

Em termos de participação social existia um fórum de pesca de Pernambuco que congregava governo, pesquisadores, ONGs e lideranças do setor pesqueiro para discutir e influenciar as políticas públicas.

Na década seguinte, durante o governo Jarbas, as políticas para a pesca foram esquecidas, o fórum de pesca que era organizado pela Secretaria de Agricultura extinto e o setor passou um período de estagnação com o sucateamento das estruturas antes financiadas pelo BNB. Apenas a ação do Prorural teve uma continuidade de forma bem menos expressiva.

Com a mudança da conjuntura no governo federal ocorrida após a implantação do DPA (1998) e posterior SEAP (2003) o estado responde à demanda social na segunda metade da década de 2000 e algumas ações começam a ser discutidas. Apesar disso, o fórum de discussão que havia anteriormente não foi reativado e os pescadores não foram consultados quando da implantação de algumas políticas como a implantação do Conselho estadual de Pesca.

Até 2007 o governo de Pernambuco vinha tendo um comportamento passivo em relação a pesca artesanal, além da reação contrária à implantação da Resex Acaú-Goiana que será abordado no capítulo específico a essa discussão. A demanda da criação de Reservas extrativistas ao governo

federal é um movimento que teve seu início já em 1998 na região do Canal de Santa Cruz, com o apoio da Pastoral dos Pescadores que aumenta suas ações no litoral com o objetivo de fortalecer a organização dos pescadores.

Em 2007 ocorreu uma barqueata e a criação do Movimento dos Pescadores de Pernambuco – MOPEPE. A barqueata foi uma iniciativa de algumas organizações e ONGs na região metropolitana do Recife que levou lixo, coletado por pescadores e ativistas ambientais no rio Capibaribe, ao Palácio do Governador. Neste dia os pescadores foram recebidos e suas demandas aceitas para discussão no governo.

Oceanário (2009) descreve esse movimento a partir de um texto escrito pelo Movimento dos Pescadores de Pernambuco:

*“O processo que originou a Barqueata se deu após 5 meses de observação e de acompanhamento/monitoramento feito por Pescadores da Ilha de Deus durante o ano 2007, tendo em vista a poluição química e sólida e o assoreamento dos rios e canais, acerca e as margens dos rios que correm e compõem a vida na cidade do Recife. Esta observação ocorreu sempre mesclada pelo medo de que se repetisse o quadro registrado há mais de 25 anos atrás, precisamente em agosto de 1983, quando toda vida ambiental dos rios, mangues e famílias de pescadores do Estado de Pernambuco sofreram impactos irreversíveis até hoje, de modo que muitas das espécies simplesmente sumiram do cardápio da exótica culinária, interferindo na identidade e na degustação de quem vivência, aprecia e sobrevive das iguarias do litoral da Capital Pernambucana.*

*Esse sentimento evidenciou-se durante todo o processo de organização da barqueata, nos momentos de troca com pescadores das diversas comunidades ribeirinhas que compõem a cidade do Recife e foi reafirmado pela inserção de outras comunidades que se identificaram no sofrimento e na resistência e aderiram a esta reivindicação que resultou na intervenção denominada Barqueata, no dia 20 de agosto de 2007 e conseqüentemente, no decorrer da peleja, criou-se o MOPEPE – Movimento dos Pescadores do Estado de Pernambuco.*

*A partir da Barqueata abriu-se um campo de discussão com o atual Governo do estado de Pernambuco, na ocasião representado pela Secretaria de Recursos Hídricos, que ficou na incumbência de agregar outras secretarias e providenciar a resolução das dificuldades apresentadas. Na sequência foram convocadas e apresentaram-se a Secretaria da Juventude, Emprego e Renda, a COMPESA, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, o IPA, a SEAP e, na esfera municipal a EMLURB, e ainda o Instituto Oceanário por ser referência de estudos e pesquisas no estado.*

*Da mesma forma, em paralelo a este momento, o movimento dos pescadores buscou se fortalecer ainda mais, através de encontros e visitas nas respectivas comunidades de pescadores, assim como na identificação das*

*entidades e representações legais dos profissionais da pesca e do desempenho do seu papel como representante. Dentre essas representações foi possível constatar que a grande maioria compromete e inviabiliza a organização e a supremacia, quando subestimam a inteligência e põe em risco a integridade física e moral dos pescadores, bem como do ambiente necessário e fundamental a sua existência.*

*Por outro lado essas visitas proporcionam reflexões e ideias inovadoras no anglo da continuidade das discussões e da elevação da autoestima, estimulando a criatividade pela certeza de que este movimento foi pensado e acontece pela determinação, insistência e resistência dos que anseiam mudança e prosperidade, com sua própria capacidade e potencial, os próprios pescadores. Como também propicia a oportunidade de conhecer representações comprometidas e dignas a integrar este universo.*

*Mesmo acompanhando ou tendo notícias da movimentação a respeito das intenções da discussão que propôs a eco 92, é possível perceber que após esta discussão foram criadas diversas instituições governamentais e não governamentais a ponto de se instituir anos depois o Ministério do Meio Ambiente e a SEAP – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca a nível federal, na intenção da proteção ao equilíbrio do meio ambiente e do reconhecimento dos profissionais da pesca, entretanto, o descaso no nosso estado é visível e alarmante.*

*Essa condição nos leva a concordar com o atual ministro do meio ambiente, Sr. Carlos Minc, quando afirmou publicamente que a discussão ambiental em Pernambuco sempre foi tratada de forma irresponsável e caótica e, discordar do Senador Jarbas Vasconcelos que desesperadamente tentou defender a imagem política e ambiental de Pernambuco. Em sua fala o mesmo tentou subestimar a inteligência e o censo crítico da sociedade pernambucana, acreditando ele que os esgotos do Palácio do Campo das Princesas, da sede da Prefeitura da Cidade do Recife e tantas outras instituições públicas, nas quais já foi representante, assim como de toda a cidade do Recife, que desembocam sem tratamento nos exuberantes e fundamentais rios e conseqüentemente nos mangues, maternidade natural de 60% de todas as espécies marinhas, não causam indignação a toda a sociedade.*

*Como se não bastasse a problemática até então apresentada, temos que nos deparar com a improbabilidade ética das ações promovidas por instituições representativas da pesca, que confundem, manipulam e ludibriam a classe que representam, no caso, os simples e honestos pescadores, bem como toda a sociedade, pelos seus próprios interesses pessoais e comerciais mercantilistas. Essa improbabilidade ética ficou registrada durante a reunião do CONAPE - Conselho Nacional de Pesca - com a informação de que uma área de 160 hectares localizada a cerca de 25 km da praia de Boa Viagem em Recife-PE foi privatizada pela SEAP. Trata-se de uma área utilizada efetivamente pelos pescadores artesanais que ali desenvolvem diversas modalidades de pesca. Esta área é de interesse da Empresa AQUALIDER que prevê a implantação de 48 tanques para criação de peixe beijupirá com capacidade inicial de produzir 8 mil toneladas voltadas para o mercado internacional, local este que tornou-se proibido a navegação e a pesca pelos pescadores locais.*

*Por estas e outras razões é que se faz necessário o fortalecimento e a continuidade de movimentos que de fato priorizem a dignidade e a cidadania, não apenas de setores específicos, mas de toda a sociedade, uma vez que o meio ambiente é a própria condição de Ser Humano por natureza.”*

*Movimento dos Pescadores do Estado de Pernambuco.*

Acredita-se que o fortalecimento dos movimentos sociais foi proporcionado pela abertura democrática e pela Constituição de 1988 a qual permitiu a livre defesa de direitos e a livre associação de grupos da sociedade civil como os pescadores artesanais. Na pesca verificamos os eventos do Movimento Constituinte da Pesca, nascimento do Movimento Nacional dos Pescadores, além do movimento ambientalista que apoiou a categoria na medida em que as pressões sobre o ambiente costeiro e seus impactos eram divulgadas na mídia e combatidas juntamente com as demandas sociais dos pescadores.

Na década de 90 essa participação foi pouco expressiva visto a pesca ter sido gerida pelo IBAMA, órgão com direcionamento ambientalista que geriu a pesca voltando-se para a gestão dos estoques pesqueiros, afastados dos atores sociais da atividade.

O processo de participação e controle social foi fortalecido na gestão do governo Lula, com a criação de órgãos diretamente envolvidos com o fomento da atividade, a criação do Conselho Nacional e as Conferências de Pesca realizadas a partir de 2003. Esse movimento na esfera federal gera uma demanda por políticas nas esferas estadual e municipal. Em Pernambuco, na pesca artesanal, essa demanda surge a partir das demandas pela criação de Unidades de Conservação, principalmente as Resex; e devido à degradação dos ecossistemas, principalmente pela poluição, como foi o caso da barqueata.

As demandas da barqueata se traduziram em ações de despoluição dos principais rios que cortam o Recife (Beberibe e Capibaribe), além de ações diretas direcionadas aos pescadores, as quais foram diagnosticadas em uma publicação do Instituto Oceanário em 2009. O governo de Pernambuco realizou 5.000 entrevistas com pescadores artesanais, divididos em 71 comunidades ao longo do litoral pernambucano. Várias ações foram sugeridas ao governo a partir dos trabalhos realizados e até o ano de 2011 não visualizamos ações no sentido de implementá-las.

A antiga Secretaria de Juventude e Emprego, atual Secretaria de Trabalho, qualificação e empreendedorismo realizou uma série de reuniões para discutir um projeto a ser implementado nos Municípios de Igarassu e Itapissuma, sem resultados expressivos até o momento. É importante citar que o projeto teve como alicerce o Diagnóstico da Pesca, porém não teve a participação de representantes de pescadores nessas discussões.

Mais recentemente a nova Secretaria de Meio Ambiente publicou em seu boletim a criação de um Programa Estadual da Pesca Artesanal. Quando entrevistados, porém, os responsáveis informaram não ter havido, ainda, contato com os representantes do setor e da academia.

O Conselho estadual de pesca e aquicultura, que será discutido posteriormente, foi criado por uma demanda do setor da piscicultura, é formado em sua maioria por esse segmento, e está implantado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico devido ao poder de exportação e econômico que esse segmento traduz, contrariamente ao setor da pesca artesanal com demandas prioritariamente sociais. Por outro lado, o Conselho de Meio Ambiente – CONSEMA, bastante atuante no Estado conta apenas com um representante da pesca artesanal e não realiza ações e discussões direcionadas ao setor.

Apesar de toda a demanda da pesca artesanal, a reação do governo estadual ainda é incipiente. As cobranças realizadas pelo Mopepe no ano de 2007 não foram atendidas. Existiam ações emergenciais como a limpeza do rio Beberibe que foram iniciadas, mas não finalizadas. A única promessa cumprida pelo Governo foi a realização do diagnóstico da situação da pesca do litoral (Oceanário, 2009), o qual foi publicado mas suas sugestões não implementadas por nenhuma instância.

A seguir citam-se algumas políticas estaduais para o setor e seus comentários e relações com os pescadores:

#### **a) Comitê de Bacia Hidrográfica (COBH) do Rio Goiana.**

Os comitês de bacia hidrográfica são estabelecidos pela lei das águas (lei no 12.984/05) e são instrumentos de gestão compartilhada dessas bacias. Em Pernambuco existem 6 comitês de bacia instalados: Pirapama, Ipojuca, Una, Capibaribe, Goiana e Jaboatão. Na área da pesquisa o único rio com comitê instalado é o rio Goiana.

O COBH do rio Goiana foi instalado no dia 2/6/2004, no município de Camutanga. A homologação foi concretizada através da Resolução nº 02/2004 de 3/9/2004, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Pernambuco. É constituído por 30 membros e representa os interesses diretos dos 25 municípios participantes da área da bacia hidrográfica, dos usuários de águas, da sociedade civil organizada, do Poder Legislativo, do Poder Executivo dos respectivos municípios, dos órgãos técnicos representativos do Poder Público Estadual. Os comitês são financiados pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos.

O COBH tem apenas um representante dos pescadores, a Federação dos pescadores de Pernambuco. Esta representação, porém, falha em sua articulação com as colônias de pescadores locais. As lideranças locais não têm informação sobre o comitê e suas decisões. Na pesquisa foi levantado que o comitê tem atuado apenas para o setor da agricultura, em particular da cana-de-açúcar. Os pescadores não se sentem representados nessa instância de decisão política que seria um ambiente muito importante para a pesca artesanal se fazer representar.

#### **b) Conselho de Aqüicultura e Pesca do estado de Pernambuco.**

O Conselho foi criado em 2009, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Decreto nº 32.966 de 29/1/2009). Fazem parte do Conselho 9 instituições de governo estadual, 1 federal, 1 instituição de pesquisa e 7 associações de classe. O Conselho é consultivo e não paritário.

Em 2009 só houve 2 reuniões e mais 2 em 2010. Não existe a participação de ONGs e a única instituição que representa os pescadores artesanais é a Federação dos Pescadores, mostrando um completo direcionamento em prol da aqüicultura. Esse direcionamento é explicado pela motivação da criação do conselho. O conselho foi criado por uma demanda dos piscicultores da região do rio São Francisco, foi encampado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico justamente por tratar da aqüicultura. O presidente do Conselho, ao ser questionado em reunião sobre a representatividade da pesca artesanal citou que provavelmente esse Conselho deveria estar na Secretaria da Agricultura. Atualmente a gestão do Conselho esta em discussão e provavelmente este será deslocado para a pasta da Agricultura visto ser esta, ainda, a responsável pela pesca no estado.

Foi elaborado um Plano Estratégico da Cadeia de Aquicultura e Pesca de Pernambuco (2009-2013) que tem uma série de metas, entre elas a de aumentar em 150% a produção de pescados do Estado, o colocando entre os dois primeiros produtores do Nordeste, meta muito difícil de ser atingida, visto a exploração já atingida na pesca marítima e as dificuldades de implantação de empreendimentos aquícolas para que se atinja essa meta.

O Plano tem um custo total de implementação de R\$1,8 milhões. Dentre as ações prioritárias do Plano constam todas as ações do governo federal para a pesca além de outras como a realização de vários diagnósticos e consultorias, campanhas publicitárias e formas de levantar resultados de pesquisas e transferi-las para os produtores. A maioria das ações são voltadas para a aqüicultura.

As poucas ações voltadas para a pesca artesanal é resultado do processo de formação do Conselho, da prioridade da Secretaria que abriga o mesmo e da baixa representatividade da pesca

artesanal (1 conselheiro). Apesar de existir o mérito pela criação do Conselho este está desvirtuado do setor da pesca artesanal. É preciso rever a composição do Conselho e suas prioridades para que este atinja os setores de pesca e aqüicultura de forma igualitária.

### **c) Conselho de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco - CONSEMA**

O Conselho Estadual de Meio Ambiente é um órgão colegiado, consultivo, deliberativo e paritário, formado por representantes de entidades governamentais e da sociedade civil organizada, vinculado à Secretaria de Meio Ambiente de Pernambuco a qual o preside. Foi criado em 1991 pela lei 10.560 de 10/1/2001, posteriormente alterado por diversas leis<sup>18</sup> é atualmente regido pela Lei 13.614 de 4/11/2008.

Os objetivos citados desse conselho são garantir a melhoria da qualidade ambiental, prevenir a degradação, compatibilizar o desenvolvimento econômico com o meio ambiente, incentivar as Agendas 21 e realizar a integração entre governo e sociedade civil.

Dentro de suas competências estão desde o acompanhamento do desenvolvimento do Estado e sua relação com o meio ambiente até o julgamento em segunda (após a CPRH) instância das multas e infrações ambientais. Também cabe ao CONSEMA legislar sobre assuntos importantes para o estado e gerir o Fundo Estadual de Meio Ambiente – FEMA<sup>19</sup>.

Fazem parte do CONSEMA 42 conselheiros votantes e 4 especiais. Fazem parte dos votantes, segmento governamental: 8 secretarias de governo, 5 representantes de Prefeituras representantes das meso-regiões do Estado e a Prefeitura de Recife, Ibama, ICMBio, SUDENE e 3 Universidades Públicas; dos 22 conselheiros representando a sociedade civil temos: 4 Conselhos profissionais, 2 conselheiros representantes das indústrias, 3 do Sistema S, 4 sindicatos e federações, entre elas a dos pescadores, único representante da pesca artesanal no conselho, 1 Universidade particular, 6 ONGs, 1 associação de classe e 1 sociedade de pesquisa. Dos conselheiros não votantes cita-se representantes do poder judiciário, Ministérios Públicos Estadual e Federal e Alepe.

Até o ano de 2010 o Consema já havia realizado mais de 60 reuniões ordinárias, as quase

---

18 Leis nº 10.678, de 17 de dezembro de 1991; nº 11.021, de 03 de janeiro de 1994; nº. 11.721, de 17 de dezembro de 1999; nº. 11.734, de 30 de dezembro de 1999; e nº. 12.750, de 18 de janeiro de 2005.

19 O Fundo Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco – FEMA foi instituído pela Lei Estadual nº. 11.516, de 30 de dezembro de 1997 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº. 20.586, de 28 de maio de 1998, e alterado pelo Decreto Estadual nº. 21.698, de 8 de setembro de 1999, com objetivo de dar suporte financeiro ao desenvolvimento de projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais no sentido de elevar a qualidade de vida da população do Estado.

acontecem trimestralmente. As reuniões aconteciam em Recife até o ano de 2008 quando o governo decidiu interiorizar as reuniões do Conselho.

Em relação a pesca artesanal podemos citar uma série de ações desse Conselho com interferências diretas na atividade: resolução sobre carcinicultura (2002), elaboração do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) em 2008, além de discussões importantes como o caso do aterro de manguezal em Suape (2010) que foi discutido no âmbito desse Conselho. A pesca artesanal é pouco representada, além da Federação dos Pescadores algumas ONGs discutem as implicações sobre o setor. O CONSEMA é um importante espaço de governança do meio ambiente que a pesca artesanal ainda precisa utilizar com mais intensidade para as suas demandas.

#### **d) Prorural – Programa estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural**

O objetivo do Programa é o financiamento dos pequenos produtores. O Programa é desenvolvido com recursos do Banco Mundial (BIRD) somados a uma contrapartida do Governo do Estado de Pernambuco. O montante do empréstimo é de US\$ 38.971 milhões, sendo 75% oriundos do BIRD, 15% do Governo do Estado e 10% das comunidades beneficiárias. Utiliza os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural como instâncias consultivas.

#### **e) Extensão rural**

O IPA é o órgão responsável pelo Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER de Pernambuco. Promove ações de crédito, educação profissional, técnicas de produção, organização e comercialização.

No que se refere ao fomento da produção da pesca artesanal, até o presente, as ações do governo que têm tido mais repercussão na área de estudo estão relacionadas com a abertura de novas linhas de crédito e financiamento pelo PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar - do governo Federal. O acesso a esses programas é realizado através do IPA, que conta com unidades em todos os Municípios litorâneos do estado de Pernambuco, exceto Olinda que é atendida pelo escritório de Recife. O litoral pernambucano é atendido por cinco engenheiros de pesca, além de outros profissionais.

A atuação dos técnicos do IPA é prioritariamente direcionada à emissão da DAP – Declaração de aptidão do produtor e a elaboração dos projetos. Para ter direito a DAP o candidato deverá

ser cadastrado como pescador profissional no RGP ou ter declaração de dois outros pescadores cadastrados, caso não o seja, se enquadrar nos critérios de renda anual estabelecidos pelo programa, ter a aprovação da colônia e não possuir multas pendentes. O acompanhamento da implantação do projeto também é realizado através de 1 ou 2 visitas e elabora um laudo para o Banco declarando que os recursos foram devidamente empregados. Além disso, os técnicos realizam a extensão pesqueira com visitas periódicas as comunidades, estímulo ao associativismo, realização de reuniões e capacitações.

Quanto ao financiamento mais acessado foi citado o Pronaf B, ou Pronaf microcrédito como o mais requerido. Os recursos são utilizados para compra e reforma de barcos, petrechos, ou qualquer outro material que sirva para aumentar e melhorar a produção do beneficiário. Os petrechos de pesca foram citados pelo IPA como a maior necessidade dos beneficiários.

É importante citar que diversos profissionais atuam na elaboração desses projetos, mesmo no IPA são diversos técnicos que emitem a DAP e elaboram projetos. Além do governo, profissionais liberais cadastrados no Banco também elaboram tais projetos. A taxa de pagamento da elaboração do projeto nesse caso é maior que a taxa do governo do estado (2%). Foi avaliado pelo IPA que os produtores preferem elaborar o projeto com os técnicos do IPA devido ao acompanhamento posterior do projeto e a segurança de que o IPA estará sempre presente em caso de necessidade.

## **2 – A gestão Municipal da Pesca e sua relação com os pescadores.**

Os Municípios do litoral Pernambucano têm a característica de estarem muito próximos uns dos outros devido a sua estreita faixa litorânea. O desenvolvimento da capital Recife fez com que esses Municípios sofressem forte pressão antrópica e urbana. Para se ter uma idéia dessa urbanização a Região Metropolitana do Recife estende-se por 14 municípios: Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Igarassu, Abreu e Lima, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, São Lourenço da Mata, Araçoiaba, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Moreno, Itapissuma e Recife.

A presente pesquisa, porém, localiza-se em Municípios mais afastados do Recife, de características rurais, sendo a pesca artesanal importante fonte de renda:

- a) Municípios na área da Resex Acaú-Goiana – Goiana em Pernambuco e Pitimbú e Caaporã na Paraíba.
  - b) Municípios das Resex de Sirinhaém e Rio Formoso – Rio Formoso, Sirinhaém e Ipojuca.
- Dos Municípios citados acima apenas Ipojuca foi recentemente incorporada a Região

Metropolitana do Recife devido à região de Suape. Além da industrialização, Ipojuca caracteriza-se pela forte atuação do turismo. Por outro lado, de todo o litoral Norte pernambucano apenas o Município de Goiana não se encontra na Região Metropolitana do Recife.

Em relação ao Município da Paraíba, com características fortemente rurais iremos fazer uma breve análise do setor da pesca artesanal a partir dos trabalhos de campo, sem, portanto, adentrar-se nas questões estaduais, visto sua baixa representatividade no estudo. É importante notar que por ser cidade limítrofe a Pernambuco ela tem uma relação muito grande com este Estado. A Tabela 5, a seguir, mostra alguns indicadores desses Municípios.

**Tabela 5: dados populacionais e importância da pesca nos municípios estudados**

Município	População	Nº de pescadores RGP/MPA	IDH	PIB per capita (R\$)	Produção Pesqueira
Caaporã	20.363	209	0,617 (54)	14.368,31	226,1 (4,4%)
Pitimbu	17.032	2.163	0,594 (101)	4.995,42	2.301,2 (44,8%)
Goiana	75.648	1.751	0,692 (24)	7.300,38	2.864,7 (20,5%)
Ipojuca	80.542	194	0,658 (44)	84.405,26	291,8 (2,1%)
Sirinhaém	40.306	557	0,633 (74)	4.817,34	409,5 (2,9%)
Rio Formoso	22.140	325	0,621 (89)	6.151,62	402,8 (2,9%)

Fonte: IBGE/ Ministério da Pesca

Nos municípios estudados, podemos dizer que, apesar dos pescadores artesanais consistirem em uma grande parcela da população, os pescadores geralmente tem pouco poder político e o poder municipal se relaciona com os mesmos de forma paternalista.

Os três municípios que compõem a Resex Acaú-Goiana têm Secretarias de Pesca, que buscam articulação da prefeitura com os pescadores, mas que não possuem receita nem pessoal suficiente para fazê-lo. Em Pitimbu existe um Conselho Municipal de Agricultura e Pesca que será posteriormente desmembrado em dois conselhos; em Goiana os pescadores têm uma cadeira no Conselho de Desenvolvimento do município.

A seguir discorre-se sobre os Municípios estudados e sua relação com a gestão da pesca e os pescadores a partir das entrevistas realizadas com gestores municipais e lideranças comunitárias:

#### **a) Pitimbu**

A Secretaria de Pesca de Pitimbu foi criada em 2009 a partir de um desmembramento da pasta da agricultura. Não tem estrutura nem recursos próprios. Realiza o contato entre o Ministério da Pesca e a comunidade. A secretaria citou ter 3 projetos em curso: CIPAR, cozinha industrial e

projeto das marisqueiras, além de ter organizados a Conferência Regional da Pesca com 350 pessoas. Também citou parceria com outras secretarias. Na verdade essa é mais uma estrutura criada para inserir a prefeitura no processo dos projetos federais, também citou parceria com outras instituições. Possui uma técnica que dá assistência duas vezes na semana (bióloga) mas é da Secretaria da Educação. Não foi visualizado nenhum projeto municipal dirigido aos pescadores (as).

O Município possui conselho de agricultura e pesca, todos os projetos são discutidos no conselho. A Secretaria de Meio Ambiente é atuante na organização da conferência de meio ambiente e na realização de seminários.

A pesca da lagosta é muito forte neste Município, o qual produz quase metade da produção pesqueira da Paraíba. Essa pesca é realizada, em sua maioria, por barcos vindos do Ceará devido a baixa fiscalização e as condições de porto mais propícias em Acaú. Além disso, existe um banco de reprodução de lagosta próximo. Devido a movimentação da economia local gerada por essa pesca a Prefeitura não se envolve nos problemas da pesca predatória e ilegal, pelo contrário, a Prefeitura já realizou duas Festas da Lagosta como forma de incentivar o turismo.

O Município é contra a Resex, segundo alguns de seus funcionários pois acredita-se que tem petróleo e a Resex inviabilizaria o recebimento dos royalties por parte da Prefeitura.

A Colônia de Pitimbu Z-4, tem mais de 1.000 sócios. A principal pesca realizada é a da lagosta. Não faz parte da área da Resex.

Associação de produtores rurais e aquicultores de Pitimbú – não foi visitada.

Associação de marisqueiras pobres de Acaú – Criada em 1997, tem apenas mulheres associadas, com 450 associadas. Recebe recursos da Secretaria de Ação Social, realiza ações sociais com as mulheres associadas. Seu foco principal não é a pesca e sim as mulheres, realiza trabalhos sociais e culturais. A motivação de sua criação foi a falta de espaço para as mulheres na colônia de pescadores. Realiza doação de alimentos da CONAB (programa de cestas básicas) e possui projeto de Telecentro do MPA. A diretoria participa de uma série de projetos: Resex Acaú-Goiana, Projeto Gente de Maré, Territórios da pesca. Não existe relação com a Secretaria Municipal de Pesca pois esta não tem projetos para as mulheres.

Associação dos pescadores pobres de Acaú – com apenas 21 sócios pareceu ter sido criada para firmar projeto com o BNB. Foram 9 barcos de fibra de vidro financiados. A dívida com o Banco estava em torno de R\$ 900.000,00 em 2010, o Banco fez acordo para que eles pagassem 10% e mesmo assim não existe o dinheiro para o pagamento da dívida. Pescam lagosta. A associação comercializa pescado e cada barco deixa 5% do resultado para a associação. Tem forte aproximação

com a empresa Netuno, a qual paga a manutenção dos barcos. Todos os sócios são sócios da colônia, recebem seguro-defeso.

Colônia Z-10 Acaú – maior porto de pesca de lagosta entre a PB e PE. Possui 41 licenças de barcos para pesca de lagosta. Colônia muito bem estruturada com prédio bem equipado, funcionário, secretária. 1.000 sócios, onde metade são mulheres. É importante citar que Acaú tem 7.000 moradores. A colônia foi fundada em 1995, desmembrando de Pitimbu, de onde veio o presidente que esta a 14 anos na presidência da colônia. Não tem ajuda da Prefeitura. O presidente citou que a arrecadação da colônia varia com a época do defeso, onde a arrecadação aumenta para R\$5.000,00/mês (a mensalidade custa R\$5,00) pois os pescadores têm que pagar os atrasados à colônia. Existe centralização de poder.

## **b) Caaporã**

A Secretaria de Agricultura e Pesca é precária, o único funcionário capacitado que trabalha na sala da secretaria é funcionário do estado (agrônomo). A Secretaria tem 250 pescadores cadastrados, no momento da pesquisa o cadastro era a única atividade da secretaria.

Após o cadastramento o objetivo da secretaria seria fazer projetos com o MPA e governo do Estado em busca de crédito para os profissionais da pesca.

A Secretaria de Pesca não apóia a Resex, apesar de já ter acontecido reunião com o ICMBio não existe entendimento entre ele e a Prefeitura.

O Município realiza pesca estuarina, em sua maioria pesca com rede utilizando baiteiras e pesca de caranguejo. Muitos pescadores de Caaporã vão pescar em outros locais. A comercialização é feita para 3 ou 4 atravessadores e foi citada como um problema no Município. A Prefeitura citou a necessidade de comprar freezers para que os pescadores possam negociar melhor seus peixes.

A poluição já foi um grande problema no Município por conta de uma indústria de papel. Entre 1979 e 1985 não se pescava por causa da poluição.

O município tem uma Secretaria de Meio Ambiente recente que realiza ações de fiscalização (poluição) e projetos de floresta e água. Sem atuação na pesca no momento das entrevistas.

No Município encontra-se duas entidades que congregam pescadores: a Colônia Z-12 e a Associação de Pescadores e Aquicultores de Caaporã - APAC, as quais são rivais. O presidente da APAC era tesoureiro da colônia e por dissidência criou essa associação em 2002 após sair o seguro-desemprego para o caranguejo. O conflito ocorreu com o presidente em relação aos beneficiários do

seguro. A APAC participa de diversas políticas como o territórios da pesca e comitês de bacia. No Município a representação dos pescadores parece ser bem dividida entre as duas instituições.

As discussões sobre pesca são realizadas no Conselho de desenvolvimento Municipal onde ambas as instituições tem assento.

### c) **Goiana**

O município de Goiana se caracteriza por ser o Município mais expressivo na atividade nos dois estados. Além de possuir o maior número de pescadores, é o maior produtor em quantidade de pescado de Pernambuco e ainda possui quatro Colônias de Pescadores, situação não usual no Brasil. Em Goiana encontra-se diversas modalidades de pesca, desde a pesca interior, representada pela colônia de Baldo do Rio, passando pela pesca estuarina, realizada por filiados as colônias de Tejucupapo e Carne de Vaca, até a pesca de mar de fora, com as comunidades de Carne de Vaca e Pontas de Pedra.

O Município tem uma Secretaria de Meio Ambiente, Pesca, Agricultura e Abastecimento que trata das questões relativas à Pesca. Seu representante para o setor indicou que a atividade é bastante expressiva no Município, abarcando aproximadamente 2.000 pescadores(as) e entre 10 a 15 mil pessoas dependentes da atividade, ou seja, 20% de toda a população municipal. Além disso, foi citado que muitos cortadores da cana-de-açúcar, principal atividade econômica do Município são pescadores na época da entressafra e não vistos, pelo estado, como pescadores.

Essa secretaria possui 30 funcionários são todo, porém as atividades de pesca são delegadas a apenas 3 funcionários. Existe uma bióloga que dá apoio à Secretaria na elaboração de projetos, porém ela não é funcionária da Prefeitura. O responsável participa de reuniões e fóruns sobre pesca, inclusive é representante da Prefeitura na Política de Territórios da Pesca do MPA.

Vários projetos foram citados como em andamento através de convênios entre a Prefeitura e outros órgãos ou ONGs: a instalação de um CVT Marisqueiras na comunidade de São Lourenço, o qual está sendo implantado pelo governo do Estado desde 2008, foi inaugurado e ainda não realiza ações. Existia um projeto de utilização de fornos de energia solar, também na Prefeitura, mas seus resultados não foram visualizados. Além desses, projeto com o MPA para beneficiamento do pescado não pode ser implantado por inadimplência da Prefeitura.

Em relação aos Conselhos apenas o Conselho de Desenvolvimento Sustentável foi citado como sendo o ambiente de discussão com a sociedade sobre as questões da pesca. O Conselho de

Meio Ambiente está em formação e não existe Conselho de Pesca. Em relação ao Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Goiana, a secretaria tem assento, mas não participa, assim como a participação dos pescadores foi citada como sendo insipiente. Em relação a esse Comitê citamos a fala do entrevistado Sr Edburgo:

*“O Comitê de Bacia é mais para os empresários, é para combater a Resex.”*

*“Os pescadores não se sentem contemplados no Comitê de Bacia do rio Goiana e ainda mostram um sentimento de que o comitê está contra a criação da Resex”*

Sr. Edburgo, presidente da Associação de pescadores de Carne de Vaca

Por ter diversos representantes dos pescadores no Município a gestão municipal se relaciona diretamente com esses representantes. Existe uma relação de política partidária entre o governo municipal e as colônias de pescadores, o que pode ser explicado por conta da alta representatividade dessa categoria profissional no Município.

#### **d) Ipojuca**

O Município de Ipojuca se caracteriza por estar envolvido em atividades econômicas relacionadas ao complexo portuário de Suape e ao turismo, tendo uma representatividade da pesca muito baixa. O Município é o segundo maior arrecadador depois os principais Municípios de Pernambuco (Olinda, Recife e Jaboatão), perdendo apenas para Petrolina em termos de arrecadação de ICMS, traduzindo assim seu direcionamento a atividades econômicas formais. O turismo da praia de Porto de Galinhas é considerado o mais expressivo do litoral do Estado, tendo essa praia sido eleita como a praia mais bonita do Brasil por vários anos consecutivos em algumas revistas especializadas.

As ações municipais que podem ser relacionadas ao setor são direcionadas a algumas questões de meio ambiente, mais direcionadas ao turismo. Mesmo assim, são ações aquém da necessidade do Município, estando bastante degradado mesmo em questões direcionadas ao turismo. Essa degradação, lógico, também é refletida na pesca, a qual não possui nenhuma ação direta da gestão municipal. A secretaria responsável pela gestão ambiental e da pesca é a Secretaria de Tecnologia e Meio ambiente, que apesar de realizar uma série de projetos de educação e

monitoramento ambiental não foca suas ações na melhoria da atividade pesqueira artesanal.

**e) Sirinhaém**

O Município de Sirinhaém tem uma pesca expressiva, sendo a lagosta uma das espécies-alvo capturadas pelos barcos que utilizam o porto de Barra de Sirinhaém. Em termos de resultados financeiros é o terceiro Município em rendimento pesqueiro do estado.

Na gestão municipal a pasta responsável pela pesca é a Secretaria de Agricultura, Comércio, Indústria e Controle Ambiental. Ao serem questionados sobre quais as atividades principais de Sirinhaém a pesca foi citada como não expressiva. Foram citadas as seguintes atividades: indústria metalúrgicas (ainda em instalação), usina de cana-de-açúcar, turismo e comércio, mostrando que a atividade pesqueira não recebe apoio da Prefeitura.

Neste Município ficou claro que a Prefeitura não possui ações direcionadas a pesca e aos pescadores, pelo contrário, ela é contra a instalação da Resex de Sirinhaém. Os motivos alegados são o impedimento ao turismo que lá está se instalando e que as pessoas envolvidas na briga entre a Usina Trapiche e os moradores das ilhas do rio Sirinhaém não são comunidade tradicional. Existem duas outras UCs: APAS de Guadalupe e Sirinhaém. A Prefeitura participa do Conselho da APA de Guadalupe e declarou apoiar integralmente as ações das mesmas.

Um fato único em todos os Municípios foi o emprego do presidente da colônia de pescadores de Sirinhaém até o ano de 2010, na própria Secretaria, tendo sido substituído em meados de 2010 pelo presidente da Associação Mangue Verde (de pescadores), mostrando mais uma vez a participação dos diretores das colônias nas gestões municipais.

A Prefeitura possui um projeto para fortalecimento das associações de classe, onde faz o estatuto e paga o registro do cartório para abrir as associações, promovendo a organização das categorias de profissionais.

O fórum de discussão existente no nível do município é o Conselho de Meio Ambiente. Este é formado por nove conselheiros (3 dos empresários, 3 do poder público e 3 da sociedade civil. A sociedade civil é representada pelos pescadores com duas vagas e pelos pequenos proprietários rurais, o que nos indica que a pesca tem uma participação expressiva na sócio-economia local.

## **f) Rio Formoso**

Em Rio Formoso a pesca é em sua totalidade estuarina, pois o Município está localizado no interior do complexo estuarino do rio Formoso. Por estar localizada em um grande manguezal a pesca é uma atividade que atrai não só pescadores exclusivamente dedicados a ela, como também pessoas que utilizam o manguezal como fonte de alimento e renda, principalmente na entressafra da cana-de-açúcar.

Mais recentemente teve início um movimento dedicado ao turismo, onde uma parcela significativa de pescadores está adaptando suas embarcações (baiteras) para realizar a travessia de turistas até a Praia dos Carneiros, na orla, percorrendo todo o manguezal. Paralelamente cita-se a atividade industrial como meta da Prefeitura, o Município foi incluído do Plano estratégico de Suape e possui 150 ha de área que estão sendo oferecidos às indústrias do Pólo de Suape. As áreas que a Prefeitura possui são oriundas da Usina Central Barreiros que faliu e as terras foram repassadas à Prefeitura. Essa industrialização foi citada como prioridade em relação ao turismo.

A gestão municipal da pesca não tem pasta específica. A Secretaria de Agricultura e Política Ambiental é o ambiente de relacionamento dos pescadores com a gestão municipal. Esta secretaria está dedicada a gestão do Programa Nossa Safra, cujos 12 funcionários são a ele dedicados.

Apesar do fraco apoio da Prefeitura a pesca, foi citado que a mesma possui uma relação muito boa com a colônia de pescadores e a apóia em todas as suas demandas. O Conselho de Desenvolvimento Rural e o Conselho de Meio Ambiente (Condema) contam com a participação da colônia como conselheira e são as instâncias de representação social do setor no Município. Fazem parte do Condema 18 conselheiros, sendo 9 da sociedade civil, representados pela colônia de pescadores, usina Cucaú, assentamentos, sindicato de produtores rurais e a igreja. Neste conselho não existe a participação do setor de ensino e pesquisa e nem de organizações não governamentais-ONGs, o que traria uma maior dinâmica para o debate das questões ambientais do Município.

O turismo no município se confunde com a pesca, pois grande parte dos “barqueiros” são pescadores. Existe uma Associação dos barqueiros, congregando 200 barcos, que foram beneficiados com projeto do Prorural em 2010. O Prorural doou 200 motores para a equipagem das baiteras.

Ainda em relação ao turismo e a pesca existe uma exigência citada tanto em Rio Formoso quanto em Sirinhaém. Para que estas pessoas que desejam apenas trabalhar com o turismo recebam a carteira da marinha, existe a exigência, por parte da Marinha, que sejam filiadas à colônia de

pescadores. Infere-se, portanto, que existem sócios da colônia de pescadores que realizam apenas o turismo. Essa atividade está atraindo uma boa parcela dos pescadores pois a rentabilidade é grande. Para realizar a travessia até Praia dos Carneiros é cobrado R\$20,00 por pessoa. É importante que a governança nessa região incorpore a questão do turismo paralela à gestão pesqueira e costeira.

### **3 – A organização dos pescadores e suas relações.**

Os pescadores têm uma forma peculiar de organização, o que os difere de outras categorias profissionais. Como já foi exposto anteriormente, o histórico da criação das colônias de pescadores, atreladas ao poder das forças armadas, imprimiu um caráter assistencialista e paternalista na relação com o Estado. Essa organização tomou rumo diferente com a constituinte da pesca e a equiparação das colônias de pescadores com os sindicatos, na Constituição de 1988. Mesmo assim, a antiga estrutura de organização anda se mantém: colônia, federação, confederação e em muitas localidades ainda se tem muito que evoluir para a quebra do antigo laço de dependência com o governo.

Em Pernambuco, juntamente com o Ceará, existe uma organização que parece caminhar em passos mais adiantados do que no resto do Nordeste. Aqui temos um representante do Movimento Nacional dos Pescadores, temos a sede nordestina da Comissão Pastoral da Pesca da Igreja Católica – CPP, a qual é responsável em grande parte pelo amadurecimento do Movimento dos Pescadores Artesanais e por toda a articulação hoje presente no Brasil, um movimento de mulheres “Articulação das Mulheres da Pesca” que tem mostrado força, além de uma série de instituições de pesquisa e ONGs trabalhando para o fortalecimento dessa organização. A Tabela 6 mostra as organizações sociais diagnosticadas nos Municípios da pesquisa. Além dessas, podemos citar associações de moradores que em alguns casos têm relação com os pescadores, porém em pequena proporção, e assim não foram consideradas na pesquisa.

**Tabela 6 - Entidades de representação dos pescadores nos Municípios estudados:**

<b>Município</b>	<b>Entidade</b>	<b>Filiados</b>
<b>Caaporã</b>	Colônia de Pescadores Z-12	-
	Associação de Pescadores e Aquicultores de Caaporã - APAC	200
<b>Acaú</b>	Colônia de Pescadores Z-10	1.000
	Associação das pescadoras pobres de Acaú	450
	Associação dos pescadores pobres de Acaú	21
<b>Goiana</b>	Colônia de Pescadores de Ponta de Pedras – Z3	1.000
	Colônia de Pescadores de Tejucupapo – Z17	800
	Colônia de Pescadores de Baldo do Rio- Z14	200
	Colônia de Pescadores de Atapuz – Z15	200
	Associação de pescadores e pescadoras de Carne de Vaca	200
<b>Ipojuca</b>	Colônia de Pescadores de Porto de Galinhas – Z12	420
<b>Sirinhaém</b>	Colônia de Pescadores de Barra de Sirinhaém – Z6	685
	Associação Mangue Verde	80
	Associação de moradores de A-ver-o-mar	60
	AMAR	80
<b>Rio Formoso</b>	Colônia de Pescadores de Rio Formoso – Z7	625

Foram feitas diversas idas a campo para entrevistas com as lideranças dos pescadores, além disso outras discussões foram realizadas em fóruns específicos. Algumas lideranças não puderam ser encontradas ou não disponibilizaram entrevistas como é o caso da Colônia de Pescadores de Caaporã. Nesse Município a Colônia de Pescadores conflitua com todas as outras entidades, tem uma sede fechada, estando seu prédio sem condições de funcionamento.

A Associação de Pescadores e Aquicultores de Caaporã foi criada como uma dissidência da colônia de pescadores. Em 2002 seu atual presidente era tesoureiro da colônia e criou a nova instituição por não concordar com a gestão do presidente. A associação facilita o crédito para os pescadores. A associação não tem sede própria.

A Associação de Pescadoras Pobres de Acaú foi criada em 1997. Na época havia muitos cursos na colônia para os homens e as mulheres sentiram falta do seu espaço. Seus principais projetos são: doação de alimentos da CONAB (principal benefício), instalação do Telecentro do MPA e participação nos projetos da Resex, GDM e Territórios da pesca. A metade das associação são donas de casa.

A Associação dos Pescadores Pobres de Acaú é uma pequena associação, criada em 1997 por conta dos projetos do BNB para financiamento de barcos. A associação possui 9 barcos de fibra que pesca lagosta. Os barcos contribuem com 5% do produto pescado para a associação, a qual tem uma sede organizada com freezers para a conservação de pescado. Os sócios se reúnem a cada 15 dias. Todos os sócios são associados a colônia.

A associação parece ter um funcionamento regular, com arrecadação de recursos, porém,

ficou claro na entrevista que a mesma não realiza o pagamento ao Banco. A dívida com o BNB em 2009 girava em torno de R\$900.000,00, os pescadores poderiam quitá-la com o pagamento de 10% do valor, o que ainda foi inviável para a associação. Os recursos arrecadados não são suficientes nem para pagar a manutenção das embarcações, a qual é paga pelos atravessadores das empresas de exportação de lagosta: Gildo e Demetrius (Netuno), André (Qualimar) e Ricardo (Atacado do Peixe).

A colônia de pescadores de Acaú- Z10 é bastante expressiva pois seus associados realizam a pesca da lagosta, considerada a pesca mais nobre e lucrativa do Nordeste. Nesta existem 41 barcos com licença associados, totalizando 192 pescadores apenas na pesca autorizada pelo MPA. A colônia tem cerca de 500 pescadores atuando na pesca da lagosta e 70 embarcações no total.

Não existe relacionamento da colônia Z-10 com a Prefeitura de Pitimbu. Foi citado que a colônia ajuda a Prefeitura em diversas ocasiões. Caso atípico no estudo, essa colônia possui uma estrutura administrativa robusta, com computadores próprios, secretária, salas de aula e independência da Prefeitura. Essa independência é auferida pela cobrança de R\$5,00 de mensalidade, cuja arrecadação atinge R\$5.000,00 na época do defeso da lagosta, pois o presidente atrela o seu recebimento ao pagamento dos atrasados de mensalidade.

Em Goiana a existência de quatro colônias em um mesmo Município pode ser explicada pela grande quantidade de pescadores e distância entre as diversas comunidades. A colônia de Pontas de Pedra é uma das colônias mais antigas do estado, fundada em 1931. Com tradição masculina devido à predominância da pesca de mar de fora, com captura de peixes e lagosta, tem atualmente em sua presidência uma mulher, eleita em 2006, mostrando o crescimento da presença feminina na diretoria das colônias e associações de pesca no estado. A colônia abrange as comunidades de Pontas de Pedra, Barra de Catuama e Carne de Vaca.

A Colônia de Tejucupapo se caracteriza pela pesca estuarina. É uma colônia antiga, tradicional, cujo presidente está no poder a mais de 17 anos. É uma colônia que congrega mais de uma comunidade que pescam desde uma localidade denominada Gambá até o distrito de São Lourenço. Tejucupapo é uma comunidade histórica que se destaca pela coragem das “mulheres de Tejucupapo”, cuja história do Brasil as define como guerreiras ao terem enfrentado os holandeses na batalha do dia 24 de abril de 1646 para defenderem suas vilas e seus filhos, pois os homens haviam saído para guerrear contra os holandeses.

As mulheres, além de realizarem a pesca estuarina, ainda são responsáveis por todo um

trabalho de beneficiamento dos moluscos capturados e os homens dividem a atividade pesqueira com o trabalho de corte da cana-de-açúcar no período da safra.

Em Atapuz, localidade pequena de difícil acesso, existe uma comunidade de pescadores de cerca de 200 pessoas. A pesca realizada é de pequeno porte com a utilização de baiteiras, na região do Canal de Santa Cruz. A colônia possui uma sede bem estruturada com capacidade para beneficiamento do pescado que foi financiada pelo Prorural. Essa sede, porém, nunca funcionou e a colônia tem um grande débito com a Concessionária de Energia – CELPE. Os motivos citados para o não funcionamento são a) a localização, pois o porto natural que os pescadores atracam suas baiteiras está do lado oposto ao da sede da colônia; b) super dimensionamento da estrutura, o que emana maiores custos operacionais, e c) Falta de demanda para a aquisição do pescado lá produzido. Atualmente a colônia funciona na residência de sua presidente Sra Lúcia.

A comunidade de Atapuz possui problemas de conflito com a atividade da extração de areia e carcinicultura, e com pescadores de outras localidades, que competem com os pescadores locais, além de problemas de saúde pública como a doença esquistossomose ou Barriga-D'água, causada pelo bacilo *Schistosoma mansoni*.

A Colônia de Baldo do Rio localiza-se na beira do rio Goiana, no centro do Município. É uma comunidade pequena, moradora de uma mesma rua (rua da Lama) que utiliza baiteiras para ir até a região estuarina pescar. Nesta comunidade foram citados problemas com poluição e desmatamento como sendo os principais. Essa comunidade também tem problemas com a esquistossomose.

A Associação de pescadores de Carne de Vaca é uma espécie de extensão da colônia de Pontas de Pedra na localidade, distante da sede da colônia. Seu presidente, Sr. Edburgo, participa da diretoria da colônia. A região tem um dos maiores bancos de marisco-pedra do Nordeste e pescadores do entorno vão pescar em Carne de Vaca gerando conflitos com os pescadores locais. Também existe problemas em relação a especulação imobiliária pois os pescadores vendem suas casas para os turistas e invadem regiões adjacentes ao manguezal. A sede física da associação esta em construção.

No litoral Sul as colônias e associações de pescadores têm uma relação mais próxima ao mercado, devido ao grande fluxo de turistas e veranistas, além da recente expansão industrial devida ao complexo de Suape.

Em Porto de Galinhas a colônia de pescadores tem vivido um enxugamento no número de pescadores ao longo do tempo. Desde a década de 70 com a transformação da praia em um

balneário turístico que a pesca vem perdendo sua mão de obra para o turismo. Os pescadores de mar de fora também utilizam seus barcos para o transporte de turistas o que gera uma renda extra às famílias.

A colônia de Barra de Sirinhaém tem uma história peculiar. O município tem uma grande frota de barcos a motor para a pesca de lagosta e peixes de mar de fora. A colônia foi presidida durante muitos anos pelo Sr. Aberlado, o qual deixou sua estrutura ruir após 16 anos no poder. Sua sede foi atualmente reconstruída com recursos de emendas parlamentares pela secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco. A pesca estuarina também é forte no Município e outras instituições reúnem pescadores estuarinos, principalmente aqueles que pescam no período da entressafra da cana-de-açúcar como é o caso da Associação Mangue Verde.

A associação AMAR nasceu da dissidência de alguns sócios da colônia, fundada pelo atual presidente da colônia e apoiada na década de 90 por programas do governo. Possui sede bem estruturada, estrutura de beneficiamento do pescado e frio financiada pelo Programa Prorenda Rural do governo estadual em 1998.

Apenas em A-ver-o-mar existem 3 associações: a de moradores, de barraqueiros e de artesanato. Nessa comunidade a pesca estuarina é em sua maioria pesca de mariscos e aratu realizada por mulheres. A associação dos moradores é composta em sua maioria por pescadoras, totalizando 30 pescadores na comunidade. Além de contempladas com projeto de crédito do Prorural (15 canoas) a associação já recebeu professores da UFRPE cujo projeto de extensão capacitou as mulheres para o artesanato. A relação das marisqueiras com o turismo é muito forte, elas pescam e vendem seu produto, aratu em maior proporção, na forma de caldinho ou ensopado na praia, agregando valor ao pescado (R\$25,00/kg).

A colônia de Rio Formoso é recente, tem apenas 13 anos. Anteriormente Rio Formoso fazia parte da colônia de Tamandaré, distrito que foi transformado em Município no mesmo período. Toda a sua pesca é estuarina, apoiada por pequenas embarcações como canoas e baiteiras. Atualmente muitos pescadores têm auferido renda com a atividade turística. Possui sede alugada, tem reuniões mensais ordinárias a funciona em harmonia com a Prefeitura.

As colônias e associações de pescadores de Pernambuco estão em um processo de mudança, o que se comprova com a atual dinâmica de mudanças nas eleições para as diretorias. Colônias como Barra de Sirinhaém, Pontas de Pedra, Baldo do Rio, apenas para citar as estudadas, já demonstram estar entrando em uma nova fase de gestão: mais democrática e orientada para a melhoria da qualidade de vida dos pescadores. O relacionamento dessas entidades com outras

instituições de governo e da sociedade ainda precisam, porém, evoluir bastante. A seção a seguir procura discutir as ligações entre essas instituições.

#### **4 – Um resumo sobre as relações existentes na pesca em Pernambuco**

Analisando a governança da pesca em Pernambuco a Figura 3 mostra as instituições e principais ligações entre elas, além de relacionar se essas ligações são fortes ou fracas.

O Ministério da Pesca tem uma forte ligação com a Universidade Federal Rural de Pernambuco e com as colônias de pescadores. A gestão pesqueira é baseada em pesquisas sobre os recursos, sendo o ministério um grande indutor e financiador das pesquisas realizadas no Brasil, as quais tem se mostrado bastante robustas. A relação com as colônias se traduz na representatividade destas quanto à emissão do documento de pescador, necessário para o acesso a programas sociais e crédito e ao próprio investimento do Ministério em programas para a pesca, os quais utilizam as colônias como link entre governo e os pescadores. As colônias, então, tem tido um importante papel político entre o governo e os pescadores. Já sua relação com estados e municípios é fraca, sendo as políticas aplicadas diretamente pelo governo federal. O MPA, porém, vem realizando esforços para estreitar esses laços através do fomento à criação de instâncias estaduais e municipais de gestão da pesca. Finalmente é importante ressaltar os conflitos existentes dentro da esfera governamental, principalmente o conflitos de competências entre o Ministério da Pesca e o do Meio Ambiente, atualmente co-gestores dos recursos pesqueiros.

As instituições de pesquisa tem uma ligação fraca com as instituições responsáveis pela extensão pesqueira, as quais atuam principalmente na elaboração de projetos com vistas a crédito para os produtores e muito pouco na difusão de tecnologias e boas práticas.

A representação dos pescadores nos diversos conselhos existente ainda é incipiente, mesmo no Conselho Nacional de Pesca, como foi visto anteriormente. Atualmente esse Conselho tem 54 membros, sendo 50% da sociedade civil. Destas 27 vagas os pescadores artesanais são representados por apenas 7 conselheiros (13%). É necessário que essa representação seja ampliada. Atualmente nenhuma ONG participa do Conselho nacional. A pesca artesanal do Estado de Pernambuco é representada por um conselheiro do Monape que atualmente também é presidente da colônia de pescadores de Porto de Galinhas (Ipojuca-PE).

As ONGs que executam projetos diretamente relacionados aos pescadores artesanais têm contato direto com suas lideranças. A Pastoral dos Pescadores é uma instituição ligada a igreja

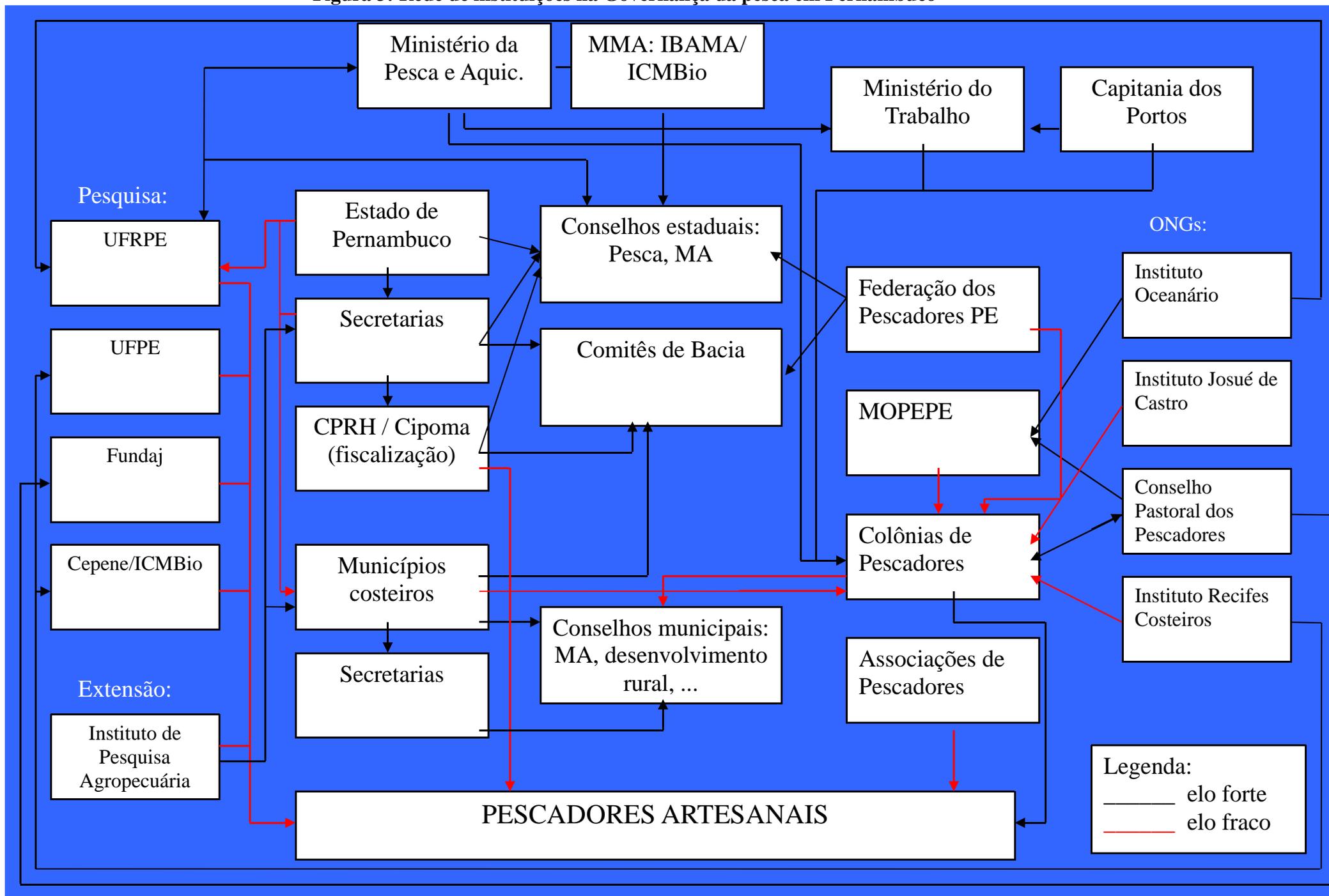
católica e tem papel principal na luta do reconhecimento dos pescadores artesanais nas políticas públicas. Sua atuação hoje é centrada na formação de lideranças, nas questões de gênero e meio ambiente e representação política dos pescadores na defesa de seus interesses. As seguintes ONGs tem atuação na pesca artesanal em Pernambuco: Instituto Recifes Costeiros, Instituto Oceanário e Centro Josué de Castro.

Além das ONGs citamos o Grupo de Apoio a Pesca (GAP), a Rede Mangue Mar e o Grupo Caranguejo Uçá da Ilha de Deus como redes que discutem e apoiam a pesca artesanal.

Os movimentos dos pescadores representado em Pernambuco pelo Monape (nacional) e Mopepe (Movimento dos pescadores) tem diferentes ligações com suas bases. Enquanto o Monape se baseia na representação nacional da classe, participando de diversas instâncias oficiais de representação (Conselhos de Pesca, Meio Ambiente, Comissão dos Povos e Comunidades Tradicionais), o Mopepe é um movimento estadual com representantes apenas da região Metropolitana do Recife.

Essa contradição entre as políticas públicas, tanto na base federal quanto nos Estados e Municípios (e entre eles) é um grande problema a ser enfrentado na pesca. O governo vem denominando essa necessidade de atuação coordenada como “gestão compartilhada”. Essa necessidade surge devido às diversas competências e sobre o objeto de gestão: os recursos pesqueiros e os ecossistemas que os suportam, justificando assim a dificuldade de coordenação do governo na gestão da pesca.

Figura 3: Rede de instituições na Governança da pesca em Pernambuco



## **5. As Unidades de Conservação de Uso Sustentável e as políticas da pesca: divergentes e ignoradas.**

A criação de Unidades de Conservação é uma das grandes demandas dos pescadores artesanais como possível solução para os conflitos existentes nos seus territórios, não só no Estado de Pernambuco, mas em todo o Nordeste, como veremos a seguir.

As políticas desenvolvidas pela SEAP/ MPA não citam a criação dessas unidades como benefício para a pesca. O maior exemplo é o Plano Mais e Pesca e Aqüicultura, o qual deverá nortear as ações da SEAP/MPA nos próximos anos que não cita as unidades de conservação em nenhum momento. A Política Territorial da Pesca e Aqüicultura, cuja proposta é concentrar políticas públicas sob uma ótica territorial, também não dialoga com a política de áreas de conservação. A maioria dos critérios estabelecidos considera investimentos em infra-estrutura, mostrando que a prioridade dessa política é equipar os territórios para a viabilização da atividade produtiva. Em 2008, quando do planejamento dessa política foram estabelecidos os seguintes critérios para a escolha dos primeiros territórios:

- a) Territórios com previsão de implantação de Terminal Pesqueiro Público;
- b) Territórios com previsão de implantação de Centro Integrado da Pesca Artesanal – CIPAR, com recursos oriundos da Agenda Social dos Povos e Comunidades Tradicionais (ASPCT);
- c) Territórios com previsão de implantação de Parque Aqüícola;
- d) Territórios com previsão de implantação de Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura;
- e) Áreas prioritárias da agenda social do Governo Federal (Territórios da Cidadania e Povos e Comunidades Tradicionais);
- f) Todas as unidades da Federação com pelo menos um território.

Fonte: SEAP, 2008.

As unidades de conservação foram citadas no texto da 3ª Conferência de Pesca e Aqüicultura em 2009, apenas como espaços que proporcionaram experiências positivas para o

manejo da pesca, sem citar, porém, a necessidade de proteção do território dos pescadores artesanais, sua real demanda:

Algumas experiências positivas de manejo da pesca, baseado na conservação e gestão participativa dos recursos pesqueiros, estão sendo desenvolvidas ao longo do litoral brasileiro e na Amazônia. . **Algumas dessas** experiências têm relação com as áreas naturais protegidas, especialmente aquelas de uso sustentável, como na Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais, em Pernambuco e Alagoas; na Reserva Extrativista de Corumbau, na Bahia, e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, no Amazonas; **Pará (Marajó)**. **Essas experiências ainda isoladas devem servir de ponto de partida para que novos processos participativos sejam estimulados em outros estados brasileiros e em áreas continentais e especialmente na região sul, em que quase não há experiências. Propostas de Síntese PA, PI, SC**

Fonte: Texto-base com propostas de síntese gerados na 3ª Conferência da Pesca (MPA, 2009). Os grifos foram propostas da plenária.

Além disso, quando da implementação das áreas protegidas, as instituições também não dialogam. Na Resex Acaú-Goiana, criada há mais de dois anos, até o momento não houve diálogo entre o ICMBio e o Ministério da Pesca, por exemplo. Esses órgãos tratam as políticas, muitas vezes, como excludentes entre si. Essa visão de “lados opostos” é notada em muitos eventos e reuniões técnicas quando por um lado, o ICMBio mostra um comportamento de protetor dos recursos e a SEAP/MPA sempre assume uma postura de incentivador da pesca (exploração dos recursos).

Não é difícil perceber que, a curto prazo, as necessidades de investimento na pesca artesanal tomam mais importância nas comunidades que a política (de longo prazo) de implantação de uma Resex. Quando a comunidade participa de eventos e oficinas que tratam de políticas de incentivos a pesca, como por exemplo, a Terceira Oficina da política de Territórios do Litoral Norte de Pernambuco, realizada em 10 de Novembro de 2009, a demanda pela implantação da Resex e a APA de Santa Cruz é tratada em segundo plano. No evento citado as áreas de conservação não foram consideradas em nenhum grupo de trabalho, não as visualizaram como ação, projeto, nem como parceiro.

O desconhecimento por parte dos técnicos das Prefeituras e mesmo pelos políticos parece ser um grave problema em relação às Resex. Em Pitimbu foi citado que a Resex inviabilizaria recebimento de royalties do petróleo e em Sirinhaém foi dito que futuros empreendimentos teriam que pagar 5% do valor do investimento ao Conselho Gestor da Resex. Esses são depoimentos graves que se por um lado mostram o total despreparo das Prefeituras em relação a questão ambiental, por outro incitam a desconfiança de que o desconhecimento é interessante como justificativa da negação a essa política ambiental (e social).

Essa contradição entre as políticas públicas, tanto na base federal quanto nos Estados e Municípios (e entre eles) é um grande problema a ser enfrentado na pesca. O governo vem denominando essa necessidade de atuação coordenada como “gestão compartilhada”. Essa necessidade surge devido às diversas competências e sobre o objeto de gestão: os recursos pesqueiros e os ecossistemas que os suportam, justificando assim a dificuldade de coordenação do governo na gestão da pesca.

A Constituição Federal, em seu artigo 23, estabelece que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a proteção do meio ambiente. Com o objetivo de fortalecer o Sisnama (Sistema Nacional do Meio Ambiente) foram criadas as Comissões Técnicas Tripartites, espaço de diálogo entre os órgãos ambientais dos Municípios, dos Estados e dos Municípios. Essas comissões têm se mostrado pouco efetivas, pois só são convocadas extraordinariamente. Em Pernambuco, após um período de estagnação, no ano de 2009, a comissão foi convocada pela Secretaria de Meio Ambiente estadual para discutir uma série de assuntos, dentre esses as unidades de conservação.

Após entendermos o contexto institucional e as políticas públicas para a pesca artesanal, passemos a analisar mais especificamente, no próximo capítulo, a questão das reservas extrativistas no litoral Pernambucano e sul da Paraíba.

## **Capítulo 4**

### **Reservas extrativistas no litoral pernambucano**

#### ***4.1. O litoral de Pernambuco como área conflitiva***

Pernambuco tem 187 quilômetros de costa, uma área pequena, se comparada ao perímetro do estado. A meio caminho entre o centro e o norte desta zona litorânea encontra-se a capital Recife, nono município mais populoso do Brasil, com 1.536.934 habitantes (IBGE, 2010). A região metropolitana do Recife, também segundo o Censo 2010, conta com 3.688.428 habitantes em 14 municípios, nove dos quais no litoral, o que significa que a região litorânea concentra por volta de 42% da população de Pernambuco.

As paisagens do litoral Pernambucano um dia foram formadas por vegetação de Floresta Atlântica, que na chegada ao mar dava lugar a vegetação de restinga. As margens dos rios próximas à sua desembocadura eram originalmente recobertas por manguezais. Grande parte das áreas de floresta foram removidas logo cedo no processo de colonização e substituídas por canaviais. Nos anos de 1970 ocorreu uma expansão das áreas de cana-de-açúcar face ao programa governamental de estímulo à produção de etanol, o Pró-Álcool, reduzindo ainda mais as paisagens florestais no estado (Tabarelli et al, 2007). Os manguezais, por sua vez, foram removidos em grande parte da Região Metropolitana do Recife face à expansão urbana, mas ainda restaram em diversos estuários, em especial nos municípios de Goiana, Ilha de Itamaracá, Suape, Sirinhaém e Rio Formoso (UFC, 2006). A cidade do Recife, de fato, foi assentada em grande medida sobre áreas de mangue aterradas.

A influência dos manguezais é expressiva em Pernambuco. Ao longo da costa há 14 zonas estuarinas formadas pela desembocadura de 27 rios (Braga, 2000; Quinamo, 2002). São áreas com uma enorme produtividade de peixes, moluscos e crustáceos (Schaeffer-Novelli, 1991). Além disso, o litoral tem uma plataforma continental estreita e colonizada por recifes de coral, que também são ambientes muito produtivos para atividade de pesca artesanal.

Temos portanto em Pernambuco uma costa em que se destaca a urbanização oriunda região metropolitana do Recife, uma paisagem rural onde predominam grandes propriedades ocupadas por plantações de cana-de-açúcar que abastecem as diversas usinas da região e, na porção marinha, praias com presença de recifes de corais e regiões estuarinas ocupadas por manguezais. Os municípios litorâneos, tais como Itapissuma, Goiana, Rio Formoso e Sirinhaém sofrem forte

influência da capital, e as principais ocupações da população são relacionadas ao setor público, de serviços, à pesca artesanal e o trabalho na agroindústria sucroalcooleira.

A ocupação turística também se faz presente no litoral pernambucano. No Litoral Norte<sup>20</sup> tem-se principalmente uma ocupação de segunda residência da classe média e alta urbana da região metropolitana, datada da segunda metade do século XX. No Litoral Sul, há também esta ocupação, ainda que mais recente, mas há também a implantação, principalmente a partir dos anos de 1990, de empreendimentos de turismo internacional, os chamados *resorts*, cujo caso mais exemplar é o da região próxima a Porto de Galinhas, principal destino turístico do Estado.

A partir dos anos de 1990 a ocupação do litoral passa a ser ainda mais complexa. Implantam-se em vários pontos empreendimentos de carcinicultura que, apesar de incentivados pelo poder público e levados a cabo por grupos empresariais poderosos, foram feitos sem as devidas ações de licenciamento ambiental, construídos em geral sobre manguezais, que legalmente constituem áreas de preservação permanente. Esse processo ocorreu por todo o litoral nordestino e gerou inúmeros conflitos com os pescadores artesanais (Leroy, 2004).

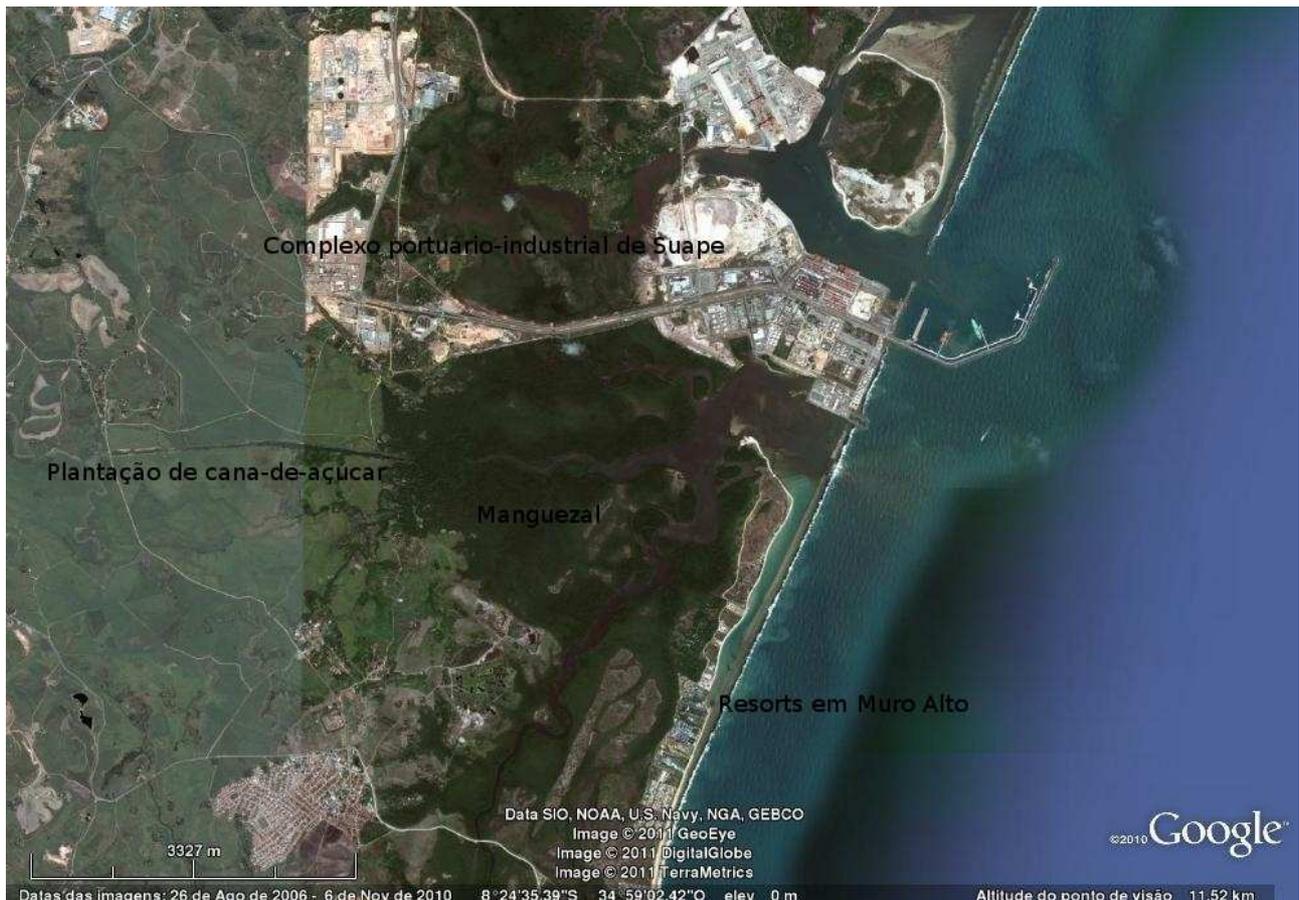
Outra questão relevante no que diz respeito à ocupação da costa pernambucana é o saneamento. Pernambuco tem quase nenhum tratamento de esgoto, gerando poluição nada desprezível nos estuários. Há uma tendência, por um lado, de que esta questão seja minimizada por conta dos investimentos recentes em programas de saneamento, mas isto deve ocorrer a médio e longo prazo<sup>21</sup>. Por outro lado, o estado passa por um surto de crescimento industrial em muito baseado na industrialização do litoral, cujo principal foco é o complexo industrial de Suape, no sul da região metropolitana de Recife, mas contempla também uma série de investimentos no Litoral Norte, como, por exemplo, um já criado polo farmacológico de hemoderivados no município de Goiana, e expectativas de estabelecimento de novas indústrias e de uma zona portuária no Canal de Santa Cruz.

Para entendermos um pouco mais a ocupação recente do litoral pernambucano, tomemos a Figura 4, uma imagem de satélite obtida por meio do site Google Earth em janeiro de 2011.

---

20 O litoral pernambucano é entendido administrativamente como parte de duas mesorregiões, a Região Metropolitana de Recife e a Zona da Mata. O litoral, por sua vez, é comumente referido como Litoral Norte (ao norte do Recife) e Litoral Sul (ao sul do Recife).

21 Em 2007 participamos de uma audiência pública sobre saneamento na Assembléia Legislativa Estadual, em que os dados apresentados projetavam que, mesmo com investimento massivo em saneamento, só seria possível resolver o problema no Estado em 50 anos.



**Figura 4: imagem de satélite da região de Suape, Litoral Sul de Pernambuco (Google Earth, 2011)**

A imagem mostra a paisagem a uma distância de aproximadamente 60 a 70 quilômetros a sul do Recife. A instalação de infra-estrutura na parte superior da imagem corresponde ao complexo portuário-industrial que está sendo instalado ao redor do Porto de Suape. O porto começou a ser estabelecido a partir de 1979, a partir da saturação do porto do Recife. O complexo portuário começou a funcionar em 1984, sob protestos do movimento ambientalista do período (Cavalcanti, 2008). Por conta da situação financeira do país, permaneceu uma década em estado de estagnação, sem atrair financiamentos estrangeiros. Suas atividades foram finalmente ampliadas nos anos de 1990, com o estabelecimento de mais de 40 empresas (Ramalho, 2006). Neste processo, uma enorme área de 13.500 hectares foi desapropriada, recifes de coral foram arrebatados, rios foram dragados e tiveram seus cursos modificados, mais de 500 hectares de mangue foram desmatados e reduziu-se aproximadamente 60% da produção pesqueira (Koenig, 2002; Ramalho, 2006; 2010).

Além do enorme impacto sobre os recursos pesqueiros e o deslocamento forçado dos pescadores, foi após as obras que desfiguraram o estuário de Suape que, pouco ao norte,

intensificaram-se os casos de ataques de tubarão nas praias de Jaboatão dos Guararapes, Recife e Olinda. De fato, os estudiosos da questão (Hazin, 2003) julgam que o desmatamento de manguezais e o fluxo intenso de grandes embarcações resultantes da construção do Complexo Portuário de Suape são os fatores mais significativos na explicação da onda de ataques de tubarão que praticamente interditaram parte as prais da região metropolitana do Recife.

Observando a figura, temos que sua terça-parte esquerda constitui uma imagem de 2006, enquanto os dois terços da direita são uma imagem de 2010. Percebemos que na imagem há um corte grosseiro nos limites da área construída do complexo industrial-portuário. Isto se dá porque justamente nos últimos anos Suape passa por uma grande ampliação, com o estabelecimento de estaleiros para construção de grandes navios, uma refinaria de petróleo da Petrobrás e dezenas de indústrias. O Complexo de Suape é sem dúvida a maior aposta do Governo Estadual para o crescimento econômico de Pernambuco, e constitui um dos principais eixos de investimento do Governo Federal no Nordeste neste período. Em 2010 as ampliações da zona portuária para construção dos estaleiros resultou na absurda autorização da justiça para desmatamento de mais 600 hectares dos manguezais da região, fato que gerou novos protestos de pescadores e ambientalistas. No final de 2010 o Ministério Público questionou a autorização, que se encontra em disputa no momento em que este relatório é escrito.

Continuemos a observar a imagem. Seguindo-se o litoral ao sul de Suape, há uma belíssima praia entre um paredão de areia com piscinas naturais e o manguezal. A paisagem deste trecho, que também constitui área de preservação permanente, nos indica a ocupação recente por *resorts* de luxo onde turistas passam suas férias em isolamento do restante da realidade do entorno. Muitos nem imaginam o potencial poluidor do complexo vizinho. Adjacente a Muro Alto há Porto de Galinhas, praia mais visitada de Pernambuco. Além das consequências da ampliação do complexo portuário-industrial para os ecossistemas marinhos e a pesca artesanal, podemos supor que a curto ou médio prazo a poluição causada tende a ser altamente prejudicial para o próprio modelo turístico implantado nas adjacências. Além disso é fatal a rápida urbanização da área, que aparecerá nas futuras imagens de satélite como uma mancha de ocupação urbana que se unirá a mancha formada por Recife.

Mostramos esta imagem pois ela resume bem alguns aspectos da pressão sofrida pelo territórios de pesca. A faixa de praia que se coloca entre o mar e a monocultura canavieira, espaço intersticial antes ocupado pelos pescadores, passa a ser ocupado por grandes empreendimentos que os excluem

da área e prejudicam a pesca. Os manguezais sofrem os impactos destes e outros empreendimentos, tais como projetos de carcinicultura estabelecidos de forma irresponsável.

A atividade de pesca, entretanto, prossegue. Mesmo com toda a destruição e poluição no litoral pernambucano, ela ainda segue fornecendo peixes, caranguejos, mariscos, camarões, lagostas e polvos. Isto se dá porque a costa pernambucana, com seus recifes de coral e manguezais, é extremamente favorável à pesca artesanal estuarina e de alto mar<sup>22</sup>.

No Recife e arredores, as questões que aparecem aos pescadores artesanais, cuja atividade é centrada na coleta de crustáceos e moluscos, está mesclada a questões de exclusão urbana: favelização, poluição dos rios, violência, entre outros. O extrativismo estuarino urbano, o ato de “ir para a maré”, muitas vezes aparece para os indivíduos como forma de obtenção de renda e alimento quando não há outra alternativa. Algumas lideranças de coletividades que reivindicam direitos estão ligadas, por exemplo, ao movimento cultural hip-hop. Bairros pobres como Brasília Teimosa e Ilha de Deus, no estuário do Pina, são referências de locais de pescadores na cidade. A partir das barqueatas contra a poluição dos rios da cidade, que ocorreram no final da primeira década do ano 2000, os pescadores da região metropolitana constituíram o Movimento dos Pescadores de Pernambuco- Mopepe. No restante do litoral, os problemas urbanos já aparecem, principalmente nos municípios mais próximos a Recife, reforçados de crescimento das cidades.

Os conflitos dos pescadores no litoral pernambucano historicamente eram relacionados à poluição dos estuários e desmatamento dos manguezais causada pela agroindústria canavieira. Os rios constituíam canais de escoamento da produção da cana-de-açúcar e tem-se notícia de mudanças nos cursos dos rios para dar passagem barcos a vapor que transportavam açúcar. A madeira do mangue era utilizada como lenha e o vinhoto, sub-produto da cana, era dispensado nos rios, causando eventos de mortalidade de peixes e prejuízos aos pescadores (Freyre, 1936). As praias e mangues ainda constituíam, grosso modo, espaços intersticiais onde podiam atuar os pescadores.

Nas últimas décadas, como mostramos, tais espaços intersticiais tem sofrido pressão de redução por conta da nova onda de crescimento econômico no Brasil do início do século XXI. Mangues e praias passam a ser cobiçados como área de empreendimentos diversos. Apesar das inéditas políticas para o desenvolvimento da pesca artesanal levadas a cabo pelo Ministério da Pesca, assegurar a garantia de uso e a integridade dos territórios pesqueiros continua a ser um desafio para

---

22. Um litoral com essas características é extremamente favorável à pesca artesanal, mas é inadequada para a pesca industrial, tanto pela dificuldade de uso de redes industriais quanto pela ausência de grandes cardumes, alvos desta modalidade de pesca (Ibama/Cepene, 1998). Deste modo, estima-se que 99% da produção pesqueira em Pernambuco é oriunda da pesca artesanal (Ibama/Cepene, 2006).

os pescadores.

Este cenário pode ser visto convenientemente de maneira fatalista, supondo-se a pesca artesanal como atividade em extinção, vítima do *progresso*. Podemos perceber entretanto que a noção de progresso envolvida nas práticas de re(des)ordenamento do território costeiro em Pernambuco cria seu próprio fatalismo. O discurso que vende a industrialização inconsequente do litoral como *necessidade* é o mesmo que em um passado recente assim vendeu a carcinicultura, e há 500 anos continua assim vendendo a agroindústria da cana-de-açúcar. Este mesmo tipo de discurso invisibiliza os pescadores e os exclui do processo decisório. Quinamo (2008) estima que no ano de 2005 quase metade dos domicílios do município de Itapissuma tinham pelo menos um pescador. Dados de 2009, ainda não publicados (ver Coutinho, Quinamo e Mesquita, 2010), apontam para uma estimativa de pelo menos um pescador em quase 40% dos domicílios em Goiana.

Vimos que os processos em curso no litoral pernambuco são extremamente desfavoráveis aos pescadores artesanais, em um período da existência de políticas públicas federais e verbas para apoio ao desenvolvimento desta atividade. Agora analisemos como a reivindicação por reservas extrativistas se insere neste contexto.

A delimitação de territórios litorâneos de propriedade da união sob uso de pescadores artesanais em Pernambuco insere-se no panorama mais amplo da pesca artesanal e da gestão da costa pernambucana. Nas expectativas do movimento organizado de pescadores, tem em potencial a função de mecanismo de empoderamento dos pescadores artesanais, com a promessa de ao mesmo tempo assegurar território e resguardar tais territórios de futuras ameaças aos pescadores artesanais, aos rios e mares que utilizam e aos animais que capturam; nas expectativas dos gestores e funcionários de órgãos ambientais e de profissionais de perfil socioambientalista, é uma chance de resguardar áreas marítimas e estuarinas da ação de grandes empreendimentos, ao mesmo tempo que permite disciplinar a pesca predatória. Para setores do Governo Estadual, surge como um impedimento a propostas de “desenvolvimento” para a região e como um perigosa perda de domínio da gestão do território para a esfera federal; para grandes empreendedores, aparece como perda de oportunidade de negócios e muitas vezes possibilidade de conflitos diretos, como no caso de áreas de carcinicultura e usinas de cana-de-açúcar que desenvolvem atividades de maneira irregular na área de entorno dos estuários a serem protegidos.

As reservas extrativistas entraram no cenário dos conflitos socioambientais no litoral Pernambucano no final dos anos de 1990. Ao longo dos anos 2000 as negociações das propostas levaram à criação, em outubro de 2007, da Reserva Extrativista Acaú-Goiana, que abrange os

estados de Pernambuco e Paraíba, após reivindicação das lideranças dos pescadores locais, com participação ativa de pesquisadores da região, técnicos do IBAMA e ONGs ambientalistas. No momento em que este relatório é escrito, circulam junto ao Governo Federal mais duas solicitações de Resex para o estado de Pernambuco (Rio Formoso e Sirinhaém) e uma solicitação de RDS (Canal de Santa Cruz), das quais falaremos a seguir. A Figura 5 situa as áreas estuarinas reivindicadas como Resex e RDS em Pernambuco e Paraíba.

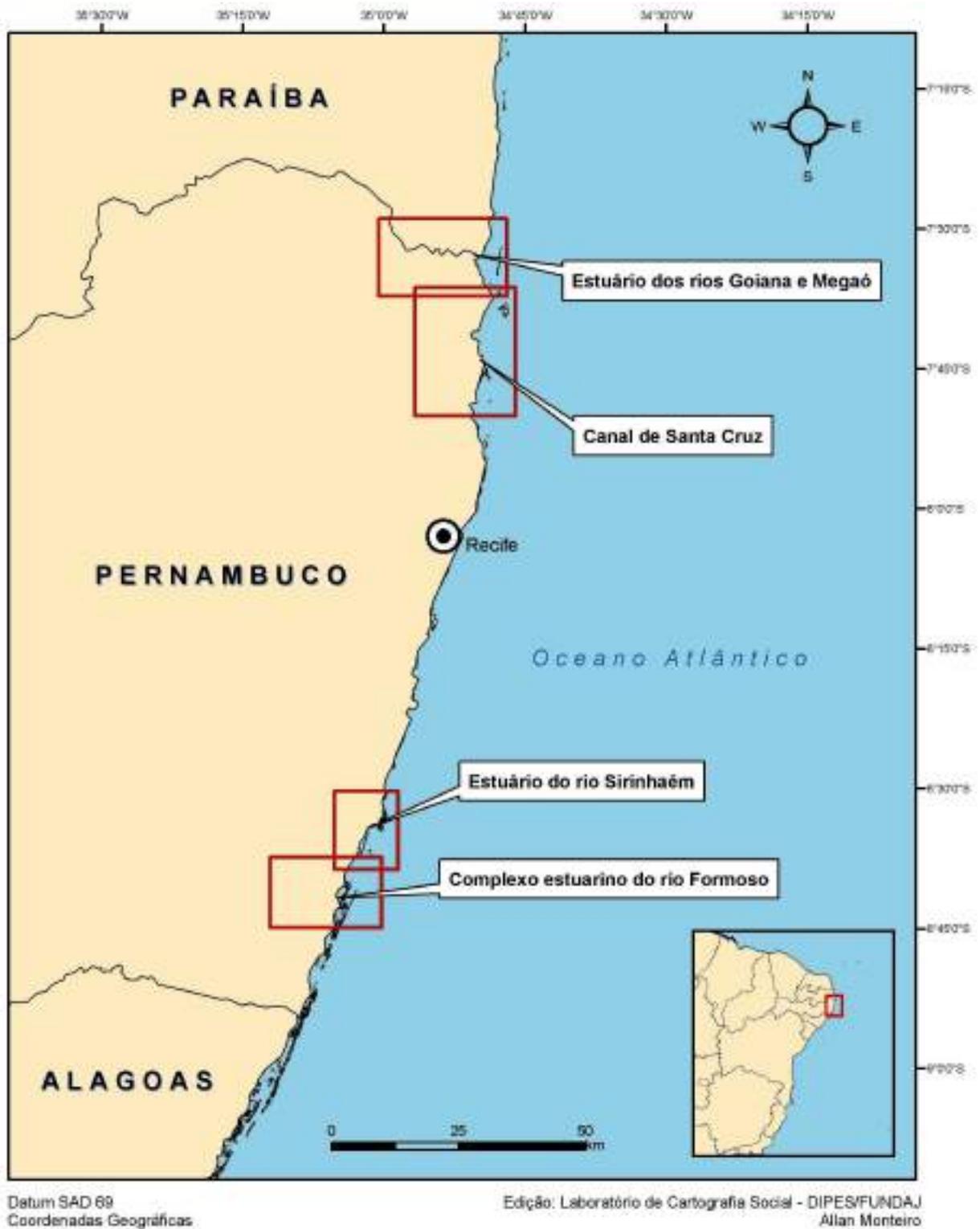


Figura 5: Áreas reivindicadas como Resex e RDS em Pernambuco

#### ***4.2. Da Resex da Mata Norte à Resex Acaú-Goiana***

Severino Antônio dos Santos (Bill) é nascido em Itapissuma, litoral norte Pernambucano, filho de pescadores. Sua mãe, Maria das Dores, foi uma grande liderança local e uma das primeiras mulheres a obter a carteira de pescadora. Bill foi membro da diretoria da Colônia de Pescadores de Itapissuma e é hoje membro do Conselho Pastoral dos Pescadores- Regional Nordeste, sendo um dos grandes articuladores regionais do movimento dos pescadores. Bill narra o histórico da relação entre pescadores artesanais e questões ditas ambientais a partir de acontecimentos ocorridos no Canal de Santa Cruz desde os anos de 1970. Segundo ele, neste período, empreendimentos industriais começaram a causar profunda poluição química no Rio Botafogo, no município de Igarassu. Nos anos de 1980 o caso ganhou os jornais, com a morte de mulheres e fetos devido aos resíduos industriais que ficaram conhecidos como “névoa branca”.

Bill conta ainda que ao longo dos anos de 1980 alguns empreendimentos de piscicultura proliferaram sobre áreas de manguezais na região e fracassaram, deixando como rastro uma série viveiros abandonados, onde o mangue regenerava. Em uma destas áreas de manguezal em regeneração, de oito hectares, um fazendeiro construiu o primeiro viveiro do estado a criar camarões. Nos anos de 1990 a carcinicultura ganhava fôlego no estado. Em 1994 a empresa Atlantis ocupou uma grande área de floresta e mangue no estuário do Rio Goiana, que anos antes havia sido desmatada por uma grande empresa, na divisa entre Pernambuco e Paraíba, para montar um empreendimento de carcinicultura, hoje semiabandonado. No Canal de Santa Cruz, o principal empreendedor de carcinicultura é a empresa Netuno.

Os pescadores atribuem às empresas de carcinicultura diversos problemas<sup>23</sup>, além do impacto direto do estabelecimento dos tanques, em geral em áreas legalmente determinadas “de preservação permanente”: um deles é a perda de áreas de pesca e de coleta de caranguejos e ostras nas áreas onde os empreendimentos são instaladas. Os tanques de carcinicultura e seus arredores são em geral guardados por vigias armados que não deixam os pescadores se aproximarem. A proibição de passagem de catadores de caranguejos pela área dos viveiros para alcançar as áreas de mangue

---

23 O registro de tais reivindicações remete, para além da pesquisa de campo já realizada, aos debates presentes entre os pescadores que participaram de uma série de eventos dos quais o grupo de pesquisa sobre pesca artesanal da Coordenação de Meio Ambiente da Fundaj organizou e participou desde 2007. Este grupo, sob coordenação do pesquisador Tarcísio Quinamo, conta com outros pesquisadores além dos envolvidos neste projeto e desenvolve o projeto “Dinâmicas ecológicas em ambientes estuarinos do Nordeste brasileiro”, que atua em sinergia com o presente projeto. Dentre os eventos, vale citar os dois seminários “Pesca artesanal e unidades de conservação” (2007 e 2009), realizados pela Fundaj em Itapissuma e Goiana, respectivamente; os dois Seminários “Pesca artesanal e sustentabilidade socioambiental”, realizado em 2008 e 2010 em Recife; e o ciclo de oficinas sobre problemas ambientais organizado por esta equipe em sete municípios da região do Canal de Santa Cruz e do estuário do rio Goiana (2009).

também causa diversos conflitos. Outro problema atribuído pelos pescadores à carcinicultura é o derramamento de efluentes da limpeza dos tanques nos estuários, que causa a mortalidade de peixes, mariscos e crustáceos. A carcinicultura aparece para os pescadores, portanto, ao lado dos empreendimentos industriais, da plantação de cana-de-açúcar e da poluição urbana, como os grandes causadores de impactos ambientais para a pesca artesanal.

Face a tais conflitos, os pescadores artesanais, apoiados pela CPP tinham, desde a “Constituinte das pesca”, uma agenda que já incluía reivindicações do tipo ambientalista. Em 1998 as reservas extrativistas passaram a fazer parte desta agenda. Informados por técnicos do Ibama, os pescadores do litoral norte de Pernambuco realizaram uma série de reuniões e formularam uma primeira proposta de resex para o estado, a “Resex da Mata Norte”. A reserva ocuparia os estuários do rio Timbó, do Canal de Santa Cruz e do rio Goiana.

Alexandre Cordeiro trabalhou no Ministério do Meio Ambiente, na implantação de Reservas Extrativistas Marinhas, de 1992 a 2008. Segundo ele, de 1998 a 2008, com pequenos intervalos em que trabalhou junto à SEAP e geriu a APA Costa dos Corais em Tamandaré-PB, participou diretamente da criação de aproximadamente 40 reservas extrativistas. Alexandre conta que em 1998 procedeu um levantamento, encomendado pelo Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável (CNPT- Ibama), de áreas com demandas de criação de reservas extrativistas. Participou, portanto, desde as primeiras discussões sobre a Resex da Mata Norte até a criação da Resex Acaú-Goiana.

*“Todos os estuários aonde havia manguezais e havia comunidades de pesca artesanal estavam sob conflito nessa história. E aí elencamos alguns lugares de destaque desses conflitos. (...) E nós passamos então a trabalhar a possibilidade da criação de unidades de conservação do tipo reserva extrativista (...) nestes ambientes. E o primeiro levantamento que a gente fez no estado de Pernambuco foi no Canal de Santa Cruz, que nós chamamos de Reserva Extrativista da Mata Norte. Esse processo ainda existe, é um processo aberto, que está parado, embora ele possa ser retomado a qualquer momento, inclusive já recebemos solicitação da Pastoral dos Pescadores para retomar esse processo, que é bastante antigo. Mas a dinâmica de reservas extrativistas é assim mesmo, elas flutuam no tempo. (Alexandre Cordeiro, entrevista em novembro de 2008)*

Os pescadores artesanais de Pernambuco não viram concretizadas suas pretensões sobre de criação da Resex da Mata Norte. O processo ficou estagnado por alguns anos em Brasília, à deriva nas mudanças de prioridades políticas. Paralelamente, o mesmo tipo de conversa a respeito das possibilidades de criação de reservas extrativistas ocorria pelo lado da Paraíba<sup>24</sup>, onde as

---

<sup>24</sup> Alexandre Cordeiro afirma que o processo de levantamento de áreas passíveis de implantação de reservas extrativistas, levado a cabo pelo CNPT no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, eram uma espécie de “oposição técnica” dentro do Governo Federal, na época.

marisqueiras buscavam assegurar a continuidade dos bancos de mariscos e obter melhores condições de exercer suas atividades extrativistas.

Assim, iniciou-se na praia de Acaú, localizada no município de Pitimbu, um movimento solicitando a criação de uma nova resex, que protegesse o estuário do Rio Goiana, na divisa entre Pernambuco e Paraíba, em especial os bancos de mariscos utilizados pelas marisqueiras. Esta solicitação partiu da Associação das Marisqueiras de Acaú, liderada por Luzia Brazilina dos Santos, em interação com os funcionários do Ibama da Paraíba, principalmente Marisanta Nóbrega, que conduziu o início do processo no lado paraibano e é, no momento de conclusão desta pesquisa, a chefe do escritório regional do ICMBio, na Paraíba.

Em 2004 o Ibama e a Universidade Federal da Paraíba articularam a produção de um diagnóstico da região. O convênio foi feito em 2005 e em 2006 foi finalizado um rápido “Diagnóstico socioeconômico, ambiental e biológico da região dos estuários do Rio Goiana e Megaó- PE-PB”, organizado por uma equipe de pesquisadores da UFPB coordenada por Gilson Moura, professor de ecologia da UFPB, e na parte socioeconômica, por Andrea Ciacchi, professor de antropologia da mesma universidade.

Durante este processo que incluiu a entrada em cena da UFPB, a reivindicação inicial das marisqueiras, que inicialmente incluíam apenas o lado paraibano do Rio Goiana, foi ampliada. Segundo o texto de apresentação do diagnóstico:

“Em abril de 2004, atendendo a uma solicitação oficial da então gerência Regional do Ibama na Paraíba, professores do Departamento de Sistemática e Ecologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) emitiram parecer sobre os limites que estavam sendo propostos pelos técnicos do CNPT para a implantação da RESEX em Acaú, parecer este que se encontra também no supracitado processo. No referido documento foi sugerida a ampliação desses limites, afim de contemplar também a margem direita do estuário do Rio Goiana, região onde a atividade extrativista é intensa, inclusive por muitos pescadores de Acaú, notadamente as marisqueiras..” (UFPB/ IBAMA, 2006)

A narrativa do relatório continua com a apresentação da proposta de ampliação dos limites à comunidade de Acaú, o que significaria envolver as comunidades do lado pernambucano no processo. Conta a seguir a manifestação de interesse do CPP na ampliação dos limites da resex para Goiana.

Lembremos que a reivindicação da Resex da Mata Norte incluía Goiana originalmente. Mesmo com início em Itapissuma e Canal de Santa Cruz, a mobilização para a Resex da Mata Norte também envolvia as comunidades da vizinha Goiana, que também utilizavam os rios Goiana e Megaó. A criação da resex do lado pernambucano não correspondia exatamente, portanto, a uma

novidade para as lideranças dos pescadores de Goiana. A novidade era a criação de uma Resex Marinha abrangendo dois estados, a única nesta condição até o momento, e que não incluía o Canal de Santa Cruz. Percebamos que a proposta de Resex bi estadual foi uma construção da universidade e dos técnicos do Ibama, acatado pelo movimento dos pescadores, observando a lógica de manutenção da unidade do estuário. A articulação das colônias e movimento dos pescadores dos estados vizinhos não estava no plano inicial dos pescadores e tornou-se posteriormente uma questão importante.

O movimento dos pescadores em Pernambuco, apoiado pelo CPP, viu-se então com novo fôlego para reivindicar as Resex. Começaram então mobilizações das colônias de pescadores para discussão da proposta de Resex. Neste momento o Ibama de Pernambuco voltou a participar do processo, por meio do Núcleo de Educação Ambiental, em especial Ana Virgínia Melo, que já participava da discussão inicial da Resex da Mata Norte.

Face ao processo em curso em Goiana, o movimento dos pescadores, apoiado pelo Ibama, optou por sugerir a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável no Canal de Santa Cruz.

Vimos que as Resex e RDS foram institucionalizadas na Lei do SNUC, em 2000, de forma diferente de como foram inicialmente propostas. No caso das RDS, que tinham características muito semelhantes das Resex, uma diferença acrescentada no processo de produção do SNUC foi a possibilidade de que haja empreendimentos privados dentro de sua área, sem que causem prejuízos ao uso pelas populações beneficiárias. No caso das Resex, o território é inteiro público (implicando desapropriações no caso de haver áreas privadas), cedido aos beneficiários.

Transformar o Canal de Santa Cruz em uma RDS separada da Resex Acaú-Goiana, ao invés de uma grande Resex da Mata Norte de Pernambuco separada da margem paraibana, foi uma dupla estratégia de, por um lado, assegurar o território dos pescadores na divisa dos estados, cujo processo já estava mais adiantado, e, por outro, viabilizar politicamente dentro do governo federal a criação de uma unidade no Canal de Santa Cruz, onde se localiza a Ilha de Itamaracá e já faz parte da Região Metropolitana de Recife, local que já sofreu uma série de impactos de resíduos industriais e de uma carcinicultura agressiva.

A definição da área proposta para a Resex Acaú-Goiana passou por processos surrealistas, em nome da viabilização política: o enorme viveiro de carcinicultura da empresa Atlantis, semi-desativado e totalmente incrustado nos manguezais do Rio Goiana, área de preservação permanente, fora declarado *área de exclusão* da Resex, não sendo sujeito a desapropriação, regulado apenas pelas regras futuras de *zona de amortecimento* da Resex Acaú-Goiana.

O primeiro contato de dois dos pesquisadores deste projeto com todos estes acontecimentos ocorreu em abril de 2007, quando participamos de uma reunião na sede do Ibama de Recife, em Casa Forte. A reunião fora convocada pelo Conselho Pastoral dos Pescadores, que estava presente na figura de Bill. Quem coordenava a reunião era Ana Virgínia, do Núcleo de Educação Ambiental do Ibama-PE. Estavam presentes, além de outros técnicos do Ibama, o Secretário de Meio Ambiente de Goiana, duas técnicas da Gerência Regional do Patrimônio da União-GRPU; um representante do Centro Josué de Castro e da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza- ASPAN, e três representantes de nosso recém-constituído grupo de pesquisa da Fundação Joaquim Nabuco sobre pesca artesanal, coordenado por Tarcísio Quinamo, pesquisador que realizara sua pesquisa de Mestrado sobre o Canal de Santa Cruz. Numa segunda reunião estavam ainda o professor Hernani Campos, da área de geografia da Universidade federal Rural de Pernambuco e Josenildo Souza e Silva, da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Pernambuco.

Reuniam-se entidades consideradas pelo CPP e pelo Ibama parceiros no processo de implantação da Resex. O principal ponto era o fato de o Governo do Estado de Pernambuco ter criado um Grupo de Trabalho para analisar a pertinência da criação da Resex Acaú-Goiana. A motivação da criação do GT, como apresentado na reunião, era a pressão que os empresários da cana-de-açúcar estaria fazendo junto a vários políticos visando pressionar o governo estadual a inviabilizar a Resex. O GT criado tinha 13 representantes, que de início incluíam três Secretarias de Estado, um representante de Universidade, Ibama, CPP, GRPU, Prefeitura de Goiana, representante da Federação das Indústrias, representante do setor sucroalcooleiro e outros. O CPP e o Ibama retirou-se da comissão após a primeira reunião por considerar que a formação do GT desconsiderava o processo anterior. O Ibama colocou-se não como participante, mas como ouvinte e à disposição para prestar esclarecimentos à Comissão.

A posição geral do Ibama, segundo o exposto na reunião, era que a criação do GT estadual seria um mecanismo de paralisar o processo em curso. Em correspondência, o órgão indicou outras entidades que deviam estar na composição do GT, diminuindo a representatividade exagerada do Governo do Estado e aumentando a representatividade de entidades federais (Fundaj, Seap, Oceanografia/ UFPE), ONGs (Centro Josué de Castro, ASPAN) e representações dos pescadores (Colônias). As reivindicações do Ibama não foram atendidas pelo Governo do Estado.

O Secretário de Meio Ambiente de Goiana afirmou que estava participando do GT e que havia um questionamento maior sobre qual seria a *zona de amortecimento* da resex do que propriamente a área da unidade em si. Isto se explicava da seguinte maneira: a zona de amortecimento da resex é

definida em seu plano de manejo, que é produzido após sua criação. Os usineiros recebiam a ingerência federal sobre o entorno da Resex que poderia prejudicá-los, já que um dos principais conflitos de uso alegados pelos pescadores na região é o despejo de efluentes da lavoura da cana-de-açúcar no rio Goiana. Outra preocupação de empresários da indústria, governo do estado e prefeitura de Goiana era a de saber da possível ingerência da Resex sobre o projeto do Polo Farmacoquímico de Goiana, que estava em planejamento. O grupo de trabalho criado no âmbito do Governo do Estado, apesar de questionar o processo de criação da Resex Acaú-Goiana, não foi suficiente para freá-lo. Ao final, ele nem mesmo chegou a produzir um documento com suas conclusões.

Durante o processo lideranças da Colônia de Pescadores de Baldo do Rio, bairro urbano de Goiana cujos pescadores que utilizam-se do estuário, também passaram a solicitar que a resex considerasse seu território. Por fim, uma Associação de Pescadores e Agricultores de Caaporã, a despeito do desinteresse da Colônia de Pescadores do município, decidiu assinar o pedido de ampliação da área, totalizando uma área de 6678 hectares, excluía uma área de 738 hectares do estuário onde se localizam os viveiros de carcinicultura da Atlantis.

Foram realizadas então, em 2007, duas audiências públicas, uma em Acaú, outra em Goiana, presididas por Alexandre Cordeiro, do então Ibama, que assim as narra:

*“Tivemos nessa empreitada do Acaú manifestações pesadíssimas contrárias do setor sucroalcooleiro. Procuramos da melhor forma rechaçar essas colocações na própria audiência pública. Se você tiver a oportunidade de rever os vídeos dessa audiência pública você vai ver claramente a manifestação do setor sucroalcooleiro. (...) E o problema é que essas oligarquias têm forte representação dentro do próprio Estado. Eu me lembro muito bem, eu mesmo conduzi pessoalmente a audiência pública em Acaú-Goiana, eu me lembro muito do bem do advogado representante do sindicato dos usineiros dizendo que eles eram responsáveis pela geração de mais de 500 mil empregos no estado, e eu falei para ele que era responsável pela manutenção de 500 mil subempregos e ainda rebati que a zona da Mata pernambucana tem um dos piores indicadores sociais do Brasil, de maneira que ele não podia justificar a atividade sucroalcooleira como uma atividade de desenvolvimento social. (...) Esse foi um embate muito forte. E eles sabiam que a criação de uma unidade de conservação federal naquela área ia comprometer principalmente os despejos ilegais de efluentes que eles fazem aqui”* (Alexandre Cordeiro, entrevista em novembro de 2008).

A Resex Acaú-Goiana (Figura 6) foi finalmente criada em 26 de setembro de 2007 . Neste período o Ibama de Pernambuco produziu os laudos para a RDS do Canal de Santa Cruz e o processo foi enviado para Brasília. O Governo do Estado, com a derrota política na criação da

Resex Acaú-Goiana, posicionou-se contrário à criação da RDS do Canal de Santa Cruz, como discutiremos a seguir.

Enquanto a Resex Acaú-Goiana era criada, ocorreu a divisão do Ibama e criação do Instituto Chico Mendes- ICMBio (agosto de 2007). A reorganização institucional na gestão das unidades de conservação federais demorou mais de dois anos. À divisão do órgão seguiu-se a entrega do cargo pela Ministra Marina Silva, em um contexto em que a Casa Civil pressionava o Ministério do Meio Ambiente pela liberação de diversos licenciamentos dos empreendimentos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), proposta desenvolvimentista do governo federal. Assim, o processo de implantação da resex recém-criada ficou paralisado até a segundo semestre de 2009.

Neste período constituiu-se a Rede Mangue Mar- Pernambuco, versão no Estado de uma rede da qual fazem parte movimentos sociais ligados à temática das áreas litorâneas, ligado por sua vez a uma rede internacional, a Red Manglar. O CPP procurou organizar esta rede, apoiada pelo grupo de pesquisadores que estudam pesca artesanal na Fundaj, envolvendo lideranças das colônias de pescadores e outras organizações da categoria como o Movimento Nacional dos Pescadores (Monape) e o Movimento dos Pescadores de Pernambuco (Mopepe), de caráter mais urbano. Além disso, envolveram-se na rede entidades como o Instituto Recifes Costeiros, ONG do Litoral Sul que atua junto à APA Costa dos Corais, e o Instituto Oceanário, ONG da qual participam ex-professores e alunos da Universidade Federal Rural de Pernambuco, entre outros.

A rede assumiu a agenda do Movimento dos Pescadores e, no período em que o governo federal não respondia às reivindicações sobre as resex no estado, a rede ocupou-se também de uma ampla agenda, que passava pelo contraponto à iniciativa do Governo Federal em dar cessão de águas públicas a empresas para a prática de aquicultura, em especial o cultivo-piloto do peixe beijupirá, por uma grande empresa, no mar da praia de Boa Viagem, no Recife. Pela agenda da Rede Mangue-Mar-Pernambuco passaram ainda debates sobre o processo de organização dos pescadores, a implementação dos seguros-defeso da lagosta e do camarão e denúncias de impactos ambientais diversos em todo o litoral, entre outros.

Durante o ano de 2008, a rede Mangue-Mar produziu um jornal informativo que incluía, entre outros, um texto do coordenador deste projeto sobre as unidades de conservação no litoral pernambucano. Realizou ainda uma série de debates nos municípios de Itapissuma, Igarassu, Itamaracá e Goiana, sobre a implantação de unidades de conservação no Canal de Santa Cruz. O que estava em questão naquele momento era a resposta do Governo do Estado à proposta de criação da RDS do Canal de Santa Cruz.



Figura 6: Estuário do rio Goiana e Resex Acaú-Goiana

### ***4.3. A dança das categorias: o Canal de Santa Cruz- A APA Estadual e a RDS Federal***

Ao longo de 2008 os técnicos do Ibama de Pernambuco envolvidos na criação das Resex e RDS no litoral pernambucano não sabiam se continuariam lotados no órgão, que perdia a atribuição de administrar as unidades de conservação, ou se seriam transferidos para o recém-criado ICMBio. Não se sabia, ainda, se o ICMBio teria escritórios regionais ou se responderiam diretamente a Brasília. Não se tinha, em verdade, organograma no instituto que fora criado às pressas, para surpresa de seus servidores. Não havia nenhuma previsão da criação do conselho, da elaboração do plano de manejo ou da designação de um técnico para administrar a resex Acaú-Goiana. Além disso, os representantes dos pescadores não obtinham muitas informações sobre o andamento do processo de criação da RDS do Canal de Santa Cruz.

O Conselho Pastoral dos Pescadores solicitou então uma reunião com a diretoria do Ibama-regional Pernambuco, para verificar o andamento dos processos, em que participaram os técnicos envolvidos e também nosso grupo de pesquisadores da Fundaj. Na primeira reunião, em que o diretor do Ibama não estava presente, contou-se ao grupo que o processo estava em Brasília. Na segunda reunião o diretor informou que havia uma resistência do governo do estado na criação da RDS e que era nova praxe do governo federal consultar os governos estaduais quando da criação de unidades de conservação federais, e que o governo do estado de Pernambuco estava propondo a criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) estadual na região, a APA de Santa Cruz, abrangendo os municípios de Itamaracá, Itapissuma e parte de Goiana.

Assim, a criação da APA neste contexto consistiria em uma resposta do governo estadual à iniciativa dos pescadores em criarem uma RDS estadual, no sentido de inviabilizá-la. E o Ibama acataria a decisão da Casa Civil federal. Os técnicos do Ibama envolvidos no processo de criação das unidades mostraram-se insatisfeitos com a resposta do diretor com a notícia de que o processo estaria fadado à paralisação.

Desde então, mesmo após a estruturação do ICMBio, até o momento da redação deste relatório, não há notícias da RDS do Canal de Santa Cruz. A APA estadual de Santa Cruz, entretanto, começou a ser discutida em maio de 2008 e em outubro de 2008 ela já estava criada<sup>25</sup>. Até o início de 2011, entretanto, não temos notícia de nenhuma medida para a implantação da APA de Santa Cruz.

Alexandre Cordeiro comenta esta situação da seguinte forma:

*“Antes nós não consultávamos governo do estado em absoluto. Era um a questão federal. (...) Hoje a Casa Civil da Presidência da República não faz nada sem consultar a Casa Civil dos estados, e se você não tiver uma boa costura no estado, uma*

---

25 Decreto 32488, de 17 de outubro de 2008.

*mobilização social forte que aponte que naquele estado a comunidade está mobilizada, a influência das oligarquias locais vence. Daí dá para você entender que tem 10 processos represados lá [na Casa Civil]. É comum os governos do estado virem como contra-proposta a criação de alguma unidade de uso sustentável para contrapor a questão federal que está sendo envolvida ali. A criação de APAs é uma dessas estratégias. Mas isso para nós não influencia de forma nenhuma a criação da unidade. Se o governo do estado criar uma APA lá, para nós é indiferente, nós implantamos sobre a APA uma unidade de conservação federal mais restritiva sem nenhum problema, estamos acostumados a fazer isso inclusive em esfera federal. (Alexandre Cordeiro, entrevista em novembro de 2008)*

Mas o que significa, na prática, a criação de uma ou outra unidade de conservação? Uma unidade de conservação Federal é gerenciada pelo ICMBio, de Brasília via escritório regional; uma unidade de conservação estadual em Pernambuco é gerida pela Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH). Estava em jogo aí em que esfera de governo estaria a competência para administrar o território. No caso das Resex e RDS, o ICMBio daria a competência de administração do território ao Conselho Deliberativo com maioria dos pescadores artesanais. A APA estadual, por sua vez, é gerida pela CPRH. O Conselho da APA é apenas consultivo e é colegiado, não tendo maioria dos pescadores. O que estaria em jogo, do ponto de vista do governo estadual, era a perda do poder sobre o ordenamento do território do litoral, o que na prática significava um risco de não ter concretizados os grandes projetos de desenvolvimento industrial pensados para o litoral pernambucano.

Para o Canal de Santa Cruz, que já foi um grande destino turístico e hoje sofre as mazelas da poluição e declínio econômico, há planos de ativação de um circuito náutico, que é foco de muitos conflitos com os pescadores artesanais (ver Quinamo, 2007) e da criação de infra-estrutura turística na forma dos *resorts* que se multiplicam pelo litoral nordestino, principalmente após o processo, em curso, de retirada dos presídios da região. A pesca no Canal, que emprega grande parte da população da região e é responsável por 50% da pesca do estado de Pernambuco, não seria a prioridade da APA que, apesar de certas restrições, pode permitir a instalação de todo tipo de empreendimento privado.

A partir de 2010 o Governo Estadual divulga a notícia, estampada nos jornais de maior circulação, de que há um grande plano de desenvolvimento para o Litoral Norte, que incluem a construção de um porto na região do Canal de Santa Cruz, além de um aeroporto e um complexo industrial em Goiana, ao norte de Itamaracá.



#### **4.4.. O Litoral Sul de Pernambuco: Rio Formoso e Rio Sirinhaém**

Em outros dois estuários do litoral sul pernambucano, o do rio Sirinhaém e do rio Formoso, há solicitações de criação de reservas extrativistas (Figura 4). No estuário do rio Sirinhaém o processo é mais antigo (final dos anos de 1990) e remonta a um conflito entre posseiros ilhéus e a Usina Trapiche, cujas plantações envolvem o estuário. O processo no complexo estuarino do Rio Formoso, nos municípios de Rio Formoso, Tamandaré e Sirinhaém, é mais recente. A Colônia de Pescadores de Rio Formoso, uma das três que representa pescadores do estuário, liderou a solicitação de criação da reserva enviada em 2009 ao ICMBio. O interesse dos pescadores da região é resguardar o estuário das práticas predatórias de pesca que se multiplicam na região, assim como evitar os conflitos com embarcações turísticas e de lazer que vêm ocorrendo no Rio Formoso. Em ambos os casos a ampliação do Complexo de Suape prenuncia riscos para a integridade dos estuários e da pesca artesanal. Vejamos agora as especificidades destes dois casos.

#### **Sirinhaém**

O estuário do rio Sirinhaém (Figura 7) localiza-se nos municípios de Sirinhaém e Ipojuca, pouco ao sul de Suape e Porto de Galinhas. A foz compõe-se de um meandro de canais que aparecem ou desaparecem conforme o nível da maré, em que se unem os rios Trapiche, Arrumador, Aquirá e o próprio Sirinhaém<sup>26</sup>. Esta malha hídrica meândrica, emoldurada por vegetação densa de manguezal, forma 17 ilhas de terra firme, sujeitas às marés, difíceis de se identificar por imagem de satélite. Tais ilhas foram historicamente habitadas por pescadores que as utilizavam como moradia e nelas plantaram fruteiras e criavam pequenos animais. Esses ilhéus extraíam seu sustento do manguezal, tendo alguns deles relações de trabalho informal com a usina. O diagnóstico socioeconômico do Ibama sobre a área assim descreve o histórico de sua ocupação:

Por volta de 1959, quatro famílias residiam nas ilhas Grande, Clemente, Macaco e Porto Tijolo. Em períodos de entressafra da cana-de-açúcar, outros grupos familiares instalavam-se nas ilhas, subsistindo da exploração do mangue. A partir de meados da década de 1960, um número maior de famílias passou a residir nas ilhas e o processo de ocupação tornou-se mais intenso, devido ao fato dos filhos dos moradores casarem-se e construírem suas novas residências nos sítios dos pais. Tais moradores sentiam-se verdadeiros proprietários das ilhas em que viviam e, dessa forma, permitiam que algumas pessoas construíssem casas em “suas terras”, utilizando-as para subsistência através da criação de animais, plantio de lavouras, cultivo de árvores frutíferas e, mais

---

26. Destes, o rio Sirinhaém é o único que nasce há alguma distância, no município de Camocim de São Félix, no agreste pernambucano.

intensamente, dedicando-se à pesca artesanal.” (Ibama, 2008:3).

Segundo esta narrativa, temos que as ilhas fluviais consistiam num espaço de uso comum de recursos, ocupado por grupos familiares aparentados, cujos laços sociais e familiares regulavam o acesso de outros à ocupação da área. As ilhas eram também utilizadas por outras famílias dependentes do trabalho precário e sazonal no plantio de cana-de-açúcar. Apesar dos moradores exercerem posse empírica e legítima, nunca tiveram qualquer direito de propriedade da área. Áreas fluviais como a das ilhas de Sirinhaém fazem parte do Patrimônio da União, podendo ser aforadas a particulares.

Os manguezais de Sirinhaém são cercados de canaviais que fazem parte, em sua maioria, à Usina Trapiche, agroindústria sucroalcooleira que já foi de propriedade da família oligárquica pernambucana Brennand e hoje pertence a um grupo empresarial alagoano, a Usina Serra Grande. A Companhia Agrícola Mercantil de Pernambuco, antecessora da Trapiche, possuía o aforamento da área de manguezal junto ao Patrimônio da União desde o final do século XIX.

Este aforamento antigo provavelmente se justifica pelo fato de que, antes do transporte do açúcar e outros gêneros ao Recife ser feito por estrada, era feito quase que exclusivamente pelo rio, por barcaças, que alcançavam o estuário e iam ao Recife por mar, como bem descreve Evaldo Cabral de Mello:

“Veja-se o caso do Sirinhaém, que drenava um dos importantes distritos açucareiros. Sua barra permitia apenas a navegação por barcaças e canoas. Mesmo no verão, que era a época de moagem, elas podiam descer desde o porto da vila, três léguas acima da foz, com carregamento de quinze caixas de açúcar, de 40 a 60 arrobas cada uma. (...) Não só os engenhos ribeirinhos, mas também os vizinhos, os vizinhos de seus vizinhos e outros mais afastados valiam-se destas facilidades, ou alternativamente expediam seus açúcares por terra à povoação existente na barra do Sirinhaém, de onde “muitas barcaças viajam para o Recife (...), pelo que é mui freqüente a comunicação com esta cidade”. Na barra, existia “estaleiro de fazer barcaças, sob a direção de um carpinteiro hábil”. Entre os afluentes do Sirinhaém, o riacho do Trapiche, designação reveladora, era muito procurado, comunicando-se também com o Sirinhaém através de camboa, da preferência dos barcaceiros” (Mello, 2002:209).

Com o desenvolvimento da malha rodoviária, a Usina continuou a possuir o aforamento do manguezal mas não tinha mais interesse em utilizá-lo como via de transporte. Interessava, de forma tangencial, para outros fins. Ainda segundo o diagnóstico socioeconômico do Ibama:

“Até a década de 1980, os antigos moradores das ilhas relatam que a Usina Trapiche nunca exerceu efetivamente a posse das terras e nem colocou qualquer empecilho à permanência dessas famílias no local. Ao contrário, alguns eram pagos pela empresa para produzir carvão com a madeira do mangue, a fim de abastecer as caldeiras, e cuidar da produção de coco-da-baía, em algumas ilhas” (Ibama, 2008:4).

A relação entre moradores e usina era ambígua, como não podia deixar de ser em um contexto em que consistia no poder econômico (que influía no poder político) do município, sendo responsável por prover ocupação de parcial dos moradores com a mão-de-obra necessária para o processamento do açúcar.

Os conflitos entre os moradores e a usina iniciaram no final dos anos de 1980, mas se acirraram em 1998, com a venda desta para o grupo alagoano. A Usina Trapiche possuía o aforamento da área de manguezal junto ao Patrimônio da União, repassado aos novos proprietários. O Grupo Usina Serra Grande tem em Alagoas ações do tipo ambientalista. Acionando um discurso preservacionista, teve na conservação ambiental um argumento para advogar a retirada dos moradores das ilhas. Ainda segundo o relatório do Ibama:

“[O Manguezal] despertou grande interesse em seus novos proprietários, que vislumbraram a possibilidade de implantar na área ações de conservação ambiental. Sob a alegação de que a presença das 52 famílias, que habitavam as ilhas na época, estava degradando o manguezal, os usineiros tomaram medidas para que a região fosse desocupada. A partir de então, segundo depoimentos de ex-moradores das ilhas, uma série de conflitos foram patrocinados pela empresa, havendo denúncias de queima e demolição de casas, destruição de lavouras, substituição de espécies frutíferas, fechamento da escola local, emprego de várias formas de ameaça e abertura de processos judiciais, além de condutas lesivas ao meio ambiente, como derramamento de vinhoto em riacho que deságua no rio Sirinhaém, inclusive tendo sido a empresa multada pela CPRH, e introdução de espécies exóticas nas ilhas (Tramita no Ministério Público Federal procedimento administrativo contra tais denúncias). A empresa, por sua vez, garantiu que a desocupação das ilhas foi negociada com cada família, sem qualquer tipo forma de ameaça ou violência. E explicou que, quando circulou a notícia de que estaria disposta a indenizar os moradores, houve um aumento populacional nas ilhas e outras casas foram construídas, apesar de haver decisão judicial que proibia a construção de qualquer benfeitoria” (Ibama, 2008, p.5).

Constituíam-se aí uma séria situação conflitiva, que foi acompanhada pela Comissão Pastoral da Terra e pelo Conselho Pastoral dos Pescadores. Esta situação ganhou contornos interessantes, do ponto de vista da ecologia política, pelo fato de que usina e assessoria dos moradores passaram a comunicar suas intenções no conflito pela gramática ambientalista. O fato é que os moradores das ilhas foram, por diferentes estratégias, retirados das ilhas onde viviam e, ao final desta pesquisa, viviam em áreas periféricas de Sirinhaém, Barra do Sirinhaém e Santo Amaro, em condições completamente diversas das que viviam nas ilhas. A Figura 8, produzida por nós a partir de dados do pesquisador Plácido Júnior, mostra a migração dos moradores das ilhas para a área urbana.

## Estuário do rio Sirinhaém - residência atual dos antigos moradores das ilhas

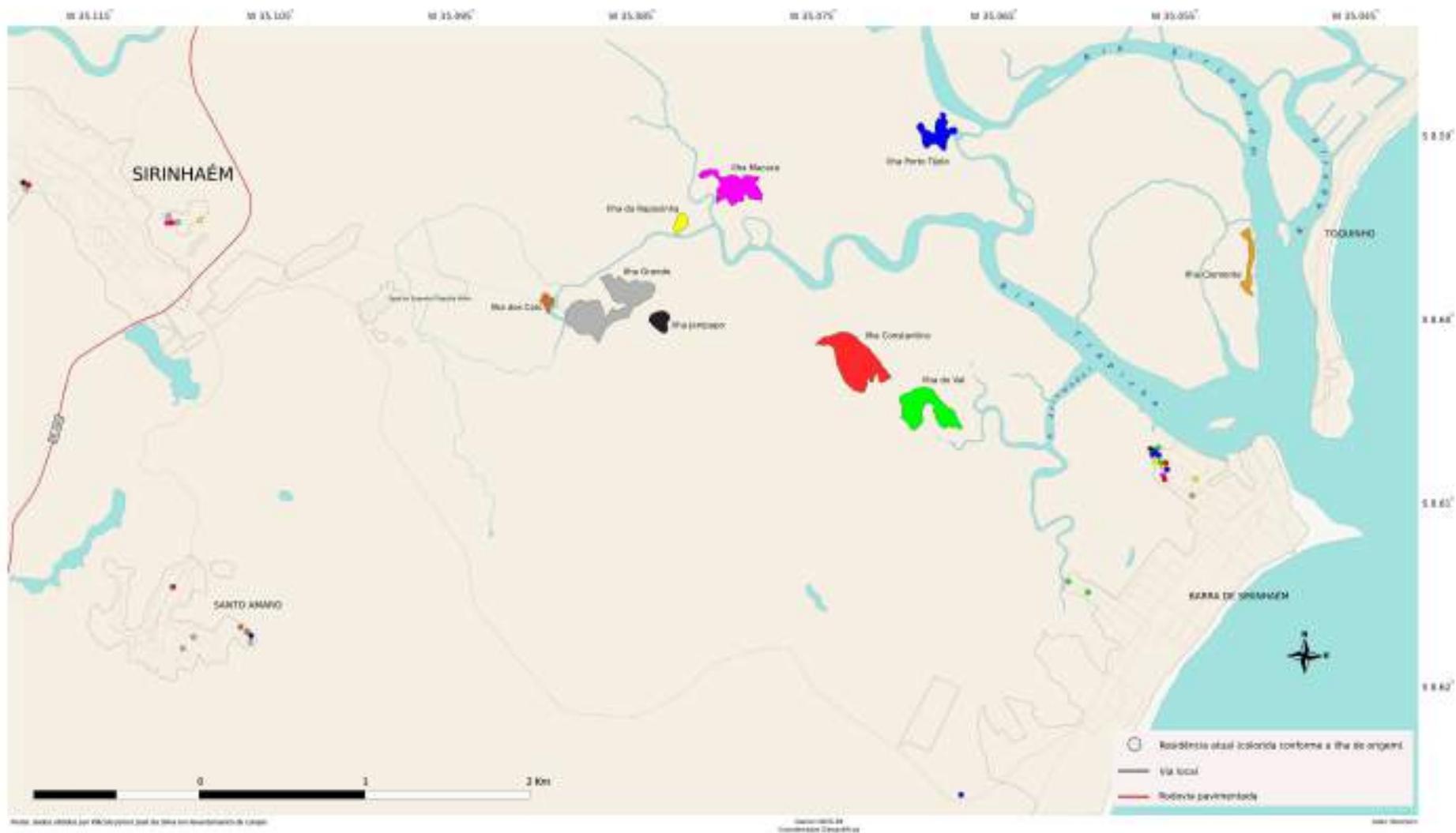


Figura 8: Estuário do rio Sirinhaém- residência atual dos antigos moradores das ilhas

Em correspondência enviada em abril de 2009 ao ICMBio<sup>27</sup>, os representantes da usina procuram demonstrar com cartas de apoio do eminente botânico Marcelo Tabarelli (professor da UFPE) e da ONG Conservação Internacional, seus projetos de gestão privada da conservação nos fragmentos de mata nas terras de sua usina em Alagoas, além de proclamar esforços para a proteção dos manguezais de Sirinhaém. Estão ainda presentes nos argumentos da empresa o perigo de que a usina fosse responsabilizada por novas ocupações irregulares no manguezal. Estão aí claramente presentes o argumento de que a degradação ambiental é causada pela pobreza, de modo que os moradores das ilhas, enquanto vítimas da pobreza e agentes da degradação, não teriam capacidade de ser agentes no processo de conservação. Sob esta argumentação, o agente mais indicado para proceder a conservação do manguezal seria o grupo empresarial.

As prefeituras de Sirinhaém e Rio Formoso, manifestando um claro apoio aos interesses da usina, enviaram ao ICMBio, em novembro e em dezembro de 2008, respectivamente, ofícios manifestando-se contrários à criação da Resex. O ofício da Prefeitura de Sirinhaém afirma que “o manguezal vem sendo explorado de maneira sustentável, não havendo restrição de acesso imposta pela Usina Trapiche à população, que nele pode circular e desenvolver atividades de pesca e turismo ecológico, mas não degradar, desmatar ou morar”. Já o ofício da prefeitura do município vizinho de Rio Formos vai mais longe, afirmando que “a Prefeitura Municipal vê o pedido da referida Resex com muita restrição, pois os assentamentos do Incra na região tem se revelado improdutivos e danosos ao meio ambiente”. Diz ainda que o manguezal já está resguardado do ponto de vista ambiental pela criação em 1998 da APA de Sirinhaém. Em seguida, entretanto, sugere, como também o faz a prefeitura de Sirinhaém, a criação, nos manguezais, de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) de propriedade do grupo Usina Serra Grande.

Já os moradores da ilhas e seus assessores apostaram na proposta da Resex como forma de cessar a ingerência da Usina sobre o manguezal, permitindo a presença das famílias de moradores de forma não subserviente ao grupo empresarial e tendo a área gerenciada por pescadores. Como afirma a carta da prefeitura de Rio Formoso, em 1998 o Governo do Estado de fato criou uma Área de Proteção Ambiental que abriga as ilhas de Sirinhaém, como resultado de reivindicação dos pescadores junto ao Governo do Estado, face ao acirramento dos conflitos. A criação desta APA deu-se no apagar das luzes do governo Miguel Arraes, e ela nunca foi implantada. Existindo apenas no papel, a Usina Trapiche, com a condescendência dos órgãos ambientais estaduais, passou a sentir-se fiscal da área a ela aforada, colocando-se assim contra os moradores.

---

<sup>27</sup> Os documentos citados nesta seção estão presentes no Processo Ibama 02019000307/2006-31, referente à criação da Resex de Sirinhaém, que foi gentilmente disponibilizado pelo ICMBio.

Além das cartas contrárias à criação da reserva já citadas, encontram-se no processo de criação diversas cartas de apoio à reivindicação dos pescadores, provenientes de entidades internacionais ambientalistas e de direitos humanos. Isto se deu porque, com a ação da CPT, o tema ganhou destaque internacional, tendo o Governo Federal recebido pressões para que esta Resex fosse criada.

A solicitação oficial de criação da Resex de Sirinhaém foi feita em 2006. Em 2007, o ICMBio solicitou à Gerência Regional do Patrimônio da União, face à solicitação da Resex e aos conflitos existentes, o cancelamento do aforamento da área do manguezal à usina. Neste período, ainda na situação institucional confusa da divisão do Ibama e criação do ICMBio, foram realizados os estudos técnicos, coordenados pelo analista do Ibama-PE, Luiz Otávio Corrêa, técnico sensibilizado com as questões dos pescadores. Finalmente, em 2009, foi realizada audiência pública que selaria a concretização da Resex.

Antes de passarmos à audiência, vale a pena explicitar o contexto da organização dos pescadores de Sirinhaém. Além dos moradores das ilhas, há um expressivo número de pescadores na vila de Barra de Sirinhaém (Figura 7). Dentre estes, há um grande número que pesca em mar aberto, o *mar de fora*, e outros que utilizam-se do estuário. Ao lado da pesca de peixes, tem grande importância econômica a pesca da lagosta, que é capturada com uso de barco a motor cuja tripulação passa dias no mar. Há grandes conflitos, não só em Sirinhaém, entre pescadores de lagosta e Ibama, por conta das restrições legais a esta modalidade de pesca, em termos de período de defeso e técnicas de pesca permitidas<sup>28</sup>. Apesar da reprodução das lagostas estar intimamente ligada às áreas estuarinas, sendo sua pesca realizada fora dos limites propostos para a Resex, esta não despertou mobilização por parte da maioria dos pescadores de Barra do Sirinhaém. Contribuiu para isso o fato de que a colônia teve por 16 anos um presidente que, ao final de seu mandato, deixara a colônia, inclusive sua estrutura física, ruir. Esta gestão, vista pelos atuais participantes da Diretoria da colônia e pelas organizações assessoras dos pescadores, como não-representativa dos interesses dos pescadores, gerou dissidência, ocasionando a criação, nos anos de 1990, de uma associação de pescadores, a AMAR, que revelou novas lideranças. O atual presidente da Colônia de Barra de Sirinhaém foi presidente desta associação, que hoje atua em parceria com a colônia. A AMAR possui sede bem estruturada, estrutura de beneficiamento do pescado e frio financiada pelo Programa Pró-renda Rural do Governo Estadual em 1998. Hoje a colônia de Barra do Sirinhaém trabalha junto com a AMAR. Há ainda a Associação Mangue Verde, presente na vila de Santo Amaro, que abriga muitos pescadores estuarinos e marisqueiras, que utilizam principalmente o estuário do Rio Formoso.

---

<sup>28</sup> Ver conflitos sobre a pesca da lagosta no próximo capítulo.

Outra questão importante em Sirinhaém é o histórico de cooptação de lideranças dos pescadores durante os conflitos. Esta cooptação se dá pela contratação de lideranças das colônias e das associações pela Prefeitura Municipal de Sirinhaém e, no caso das ilhas, pela contratação de assessores dos pescadores pela usina.

Assim, seja pelo desinteresse de parte dos pescadores de *mar de fora*, seja pelo poder simbólico da usina, seja pela cooptação de lideranças, seja pelo histórico de pouca representatividade passada da colônia de Barra de Sirinhaém, o debate sobre a Resex teve muitos ruídos em Barra do Sirinhaém. O próprio presidente da Colônia considerado legítimo, quando pressionado pelos pescadores, manifestava-se a favor da criação da Resex; quando pressionado pela prefeitura, dizia-se contrário.

Por outro lado, a Comissão Pastoral da Terra tem acompanhado de perto os conflitos desde os anos de 1990 e o Conselho Pastoral dos Pescadores reaproximou-se da questão no período de reorganização da colônia de Barra do Sirinhaém. Apesar de haver divergências nas atividades dos dois grupos assessores católicos, ambos consistem em grandes articuladores dos pescadores em prol da reivindicação do território.

Dadas estas breves explicações, voltemos ao processo de criação da Resex. No dia 5 de junho de 2009, o Jornal do Comércio, de Recife, publicava a seguinte notícia:

Pela segunda vez o governo do Estado é contrário à criação de uma reserva extrativista federal em Pernambuco. Moção aprovada anteontem, em reunião do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), critica a convocação de audiência pública pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) sem que a proposta tenha sido apresentada ao governo. A audiência será dia 15, às 18h, na escola estadual de Barra de Sirinhaém. O presidente do Consema, Aristides Monteiro, alega que o governo estadual e o Consema desejavam contribuir com a proposta de criação. “Até para um empreendimento na área de entorno de uma reserva extrativista é preciso a autorização do comitê gestor da unidade de conservação. Isso deixa o governo estadual engessado”, alega Aristides, titular da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectma). A primeira reserva extrativista criada em Pernambuco pelo governo federal, em 2007, foi a Acaú-Goiana, na divisa com a Paraíba. Na época, a Sectma foi contra a proposta e enviou ofício ao Ibama pedindo a suspensão do processo, sob a alegação de que era necessário discutir “os reflexos nas atividades econômicas ora estabelecidas e também nas pretendidas para a região”. A proposta encaminhada pelo Ibama ao ICMBio indica uma área de 2.600 hectares no estuário entre Toquinho (Ipojuca) e Barra de Sirinhaém (Sirinhaém). Cerca de 8 mil pescadores atuam no local. (Jornal do Comércio, 5/6/2009)

O Consema, em sua 24ª reunião ordinária, em 3/6/2009, emitiu moção de protesto contra o ICMBio pela forma como a proposta de criação da Resex estaria sendo encaminhada, conseguindo inclusive adiar a realização da reunião do dia 15/6 para o dia 21/8/2009. Esta moção era endossada pelo próprio Secretário Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e com forte apoio dos conselheiros ligados ao agronegócio e à indústria.

Dois meses depois a audiência ocorreu em Barra de Sirinhaém, com todos os ingredientes que eram prenunciados: manifestações contrárias por parte da Prefeitura de Sirinhaém, posição ambígua do Presidente da Colônia, duramente criticada por outros representantes dos pescadores, postura dúbia também da nova Secretária Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, recém-empossada, falas da AMAR a favor da Resex, assim como de pescadores de Sirinhaém, de representantes do Movimento dos Pescadores, de políticos com base eleitoral entre os pescadores. Houve também falas que demonstravam desconhecimento sobre o que significaria a criação de uma Resex. Apareciam algumas faixas contrárias, que eram empunhadas por pessoas que claramente não estavam a par da questão. Posteriormente, representantes dos pescadores acusaram a Prefeitura de Sirinhaém de terem pago pessoas para empunhar as faixas.

Um ponto que causou uma certa polêmica na audiência foi que na proposta de limites apresentada pelo ICMBio havia uma ampliação dos limites da proposta inicial: Considerando os limites da bacia do Rio Sirinhaém, incluiu-se um trecho do município de Ipojuca. Por um lado resguardava-se a integridade do estuário, mas por outro lado os pescadores Ipojuca não estavam mobilizados para a Resex e mesmo os apoiadores da proposta não tinham conhecimento sobre estes novos limites.

Realizada a audiência pública, os representantes do ICMBio se deram por satisfeitos e decidiram encaminhar o processo à Casa Civil da presidência da República. Ao mesmo tempo, o Governo do Estado repetiu a estratégia utilizada no caso do Canal de Santa Cruz: no momento da realização da audiência pública em Sirinhaém, a CPRH, órgão ambiental do Governo Estadual, tentou iniciar a discussão da implantação da APA estadual de Sirinháem, que ficara inerte desde sua criação oficial.

Assim, da mesma forma que as categorias Resex e RDS, apropriadas pelo movimento dos pescadores, vemos a categoria de Área de Proteção Ambiental, a menos restritiva entre as unidades de conservação, apropriada pelo poder público estadual para contrapor-se ao que é considerada uma ingerência federal no território do estado e que, em última instância, eleva a questão dos pescadores artesanais no ranking de prioridades de gestão do território.

A situação da Resex de Sirinhaém continua inalterada- e indefinida- desde então. Após a audiência pública, Ricardo Braga, militante ambientalista histórico em pernambuco e ex-Secretário Executivo do Meio Ambiente (2007-2008), procurava articular no Conselho Estadual do Meio Ambiente a proposta de uma RDS estadual extensa que abrangesse todo o litoral sul de Pernambuco. Braga posicionou-se contrário à criação das Resex federais quando era Secretário. Esta proposta, que manteria a figura legal da RDS, subordinando-a ao governo estadual, foi malvista por parte dos representantes do Consema quando apresentada em reunião, no segundo

semestre de 2009.

A Comissão Pastoral da Terra continuou a fazer repercutir a situação de injustiça das famílias retiradas das Ilhas. Em novembro de 2010, as duas últimas moradoras das ilhas do Rio Sirinhaém, Maria de Nazareth e Maria das Dores foram obrigadas judicialmente a se retirar da Ilha do Constantino, onde viviam.

Ao mesmo tempo, os pescadores de Barra do Sirinhaém passaram a se articular mais consistentemente em torno da reivindicação da Resex, capitaneados pela Colônia, pela AMAR e pelo Conselho Pastoral dos Pescadores. Assim, as organizações dos pescadores passaram a cobrar do Governo Federal a criação da Resex, ao mesmo tempo em que recusavam-se a participar das tentativas do Governo do Estado em implantar a APA Estadual. Vejamos o depoimento de um pescador de Barra do Sirinhaém:

“Eu vejo a diferença entre uma APA e a Resex porque a APA está aí implantada há muito tempo e nada feito, vive parada. Então eu acho que eles estão correndo agora para implantar essa APA para abafar a Resex, a APA vai ficar na mesma coisa, porque a usina é o braço direito da prefeitura (sic). Então o que ela quer é isso, é abafar a Resex. (...) E a gente quer uma Resex Federal por que (...) se for uma reserva estadual (...) vai ficar a mesma coisa. A usina vai mandar e desmandar e a prefeitura não vai fazer nada.” (Pescador de Barra do Sirinhaém, entrevista a Luclécia da Silva em 8/10/2010)

O processo permaneceu parado na Casa Civil Federal, as tentativas de diálogo do ICMBio com o Governo de Pernambuco não se concretizaram. Em junho de 2011 o Conselho Pastoral dos Pescadores enviou comunicação ao ICMBio cobrando uma posição sobre a Resex. Segue um trecho da resposta:

“Em resposta a sua manifestação que trata das questões relacionadas as Reservas Extrativistas, cujos os processos de criação estão em andamento neste ICMBio, cabe informar que este Instituto vem trabalhando no sentido de dar andamento ao processo de criação da RESEX Ilhas do Sirinhaém, sendo esta proposta uma das prioridades na pasta de criação de unidades de conservação desta instituição.

O ICMBio solicitou formalmente, por duas vezes (2010 e 2011), ao órgão ambiental estadual de Pernambuco manifestação sobre a continuidade dos trabalhos referentes ao processo de criação da referida RESEX, não respondidos até o presente momento.

Paralelamente, o ICMBio oficiou a Secretaria do Patrimônio da União devido a questão do aforamento de boa parte da área proposta para criação da unidade de conservação à Usina Trapiche. Cabe esclarecer que o SPU vem mantendo o aforamento da área. O ICMBio, em seu ofício, manifestou ao SPU interesse pela área, Até o momento, aguardamos manifestação da SPU.” (ICMBio, cópia de mensagem eletrônica de enviada ao Conselho Pastoral dos

Pescadores em 15/7/2011).

Até a redação deste relatório, portanto, a situação da Resex de Sirinhaém permanecia indefinida indefinição põe a perigo a solicitação de uma Resex no estuário do Rio Formos, vizinho, ao sul, do estuário do Rio Sirinhaém. Vejamos brevemente como se deu o processo de solicitação de mais esta Resex.

### **Rio Formoso**

O Complexo Estuarino do Rio Formoso é formado por três rios principais: o rio dos Passos, que vem de Sirinhaém; o rio Ariquindá, que vem de Tamandaré; e o rio Formoso, que vem de Rio Formoso. O estuário é utilizado por pescadores provenientes de diferentes locais: das sedes dos municípios de Rio Formoso e, Tamandaré, e de Barra de Sirinhaém, Santo Amaro e A Ver o Mar; (Figura 9)

Lá a pesca artesanal compreende a captura de peixes e camarões no estuário, a coleta de crustáceos nos manguezais e a pesca de polvo e peixes nos recifes existentes na desembocadura do rio. Os pescadores da região desenvolvem 11 técnicas distintas voltadas à pesca (MELO, 2008). Parte expressiva dos pescadores tem se voltado também para o transporte de turistas em passeios pelo estuário, já que o trecho da desembocadura do Rio Formoso, em sua margem direita, pertencente ao município de Tamandaré, consiste na chamada Praia dos Carneiros, que inclui áreas de praias fluviais privadas com bares frequentados por turistas, em especial aqueles hospedados nos *resorts* presentes entre Suape e Sirinhaém.

A Colônia de Pescadores de Rio Formoso possui grande representatividade, graças à grande atividade de suas últimas diretorias, tendo inclusive o presidente da colônia sido eleito vereador nas últimas eleições municipais. Já a Colônia de Tamandaré encontrava-se, no período da pesquisa, em fase de reestruturação. Partiu da Colônia de Rio Formoso a proposta de solicitação de uma Resex, que começou a ser discutida nos primeiros anos de 2000, sendo formalizada em 2009.

No rio Formoso os conflitos que geraram a solicitação se referem à regulação da pesca no estuário. A solicitação da Resex vem, portanto, no sentido de manter técnicas de pesca consideradas pelos pescadores como adequadas e coibir técnicas consideradas predatórias. A regulação se refere ainda aos conflitos entre os barcos dos pescadores e as lanchas particulares de turistas que costumam desrespeitar as áreas de pesca, destruindo as redes, a exemplo do que ocorre em Itamaracá.

Há, nos municípios que fazem parte do Complexo Estuarino do Rio Formoso, duas Áreas de Proteção Ambiental: uma delas, APA Costa dos Corais, é federal, inclui apenas áreas marinhas e

tem o objetivo de proteger o extenso recife de corais que vai de Tamandaré até o litoral norte de Alagoas. Esta APA é próxima ao CEPENE e é acompanhada de perto, em sua porção pernambucana, pelo IBAMA e por ONGs. A APA Costa dos Corais não tem área sobreposta à área imaginada pela Colônia de Rio Formoso para a Resex. A outra APA é a de Guadalupe, estadual, criada em 1997 e gerida pela CPRH. Possui 44.799 ha, sendo 32.135 ha de área continental e 12.664 ha de área marítima, abrangendo todo o estuário do Rio Formoso. Está implantada, ainda que de modo precário, e contém nela uma Reserva Biológica florestal, a Rebio de Saltinho.

Sendo a solicitação da Resex de Rio Formoso recente, ainda nem tendo passado, no período estudado, pela vistoria do ICMBio requerida por lei, ainda não houve tempo para posicionamentos públicos dos agentes envolvidos. Pode-se prever, entretanto, que caso a proposta seja efetivamente encaminhada, surgirão resistências dos agentes privados do turismo na região. Estando os municípios de Rio Formoso e Tamandaré inscritos no perímetro do pólo industrial de Suape, é possível que a resistência à criação desta Resex por parte do Governo do Estado seja grande, não só pelo projeto de intensificação do turismo na região, como também por receio de que esta proporcione restrições de impactos ambientais dos empreendimentos.



Figura 9: Complexo estuarino do rio Formoso

**Tabela 6: Alguns eventos relevantes para o processo de criação das Reservas Extrativistas em Pernambuco**

<b>Ano</b>	<b>Evento</b>
<b>Anos de 1970</b>	Conflitos relativos à poluição por soda cáustica do Rio Botafogo, em Igarassu
<b>Anos de 1980</b>	Proliferação de empreendimentos de piscicultura no Litoral Norte
	Constituinte da Pesca
<b>Anos de 1990</b>	Proliferação de empreendimentos de carcinicultura no Nordeste
	Ampliação do Porto de Suape
<b>1998</b>	Proposta da Resex da Mata Norte
	Acirramento dos conflitos entre a Usina Trapiche e os moradores das ilhas de Sirinhaém
	Criação da APA Estadual de Sirinhaém
<b>2000</b>	Editado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação
<b>2004</b>	Mobilização das marisqueiras de Acaú
<b>2005</b>	Início da Construção da Refinaria de Abreu e Lima, em Suape, marcando o início de megainvestimentos no Complexo Portuário Industrial
<b>2007</b>	Criação da Resex Acaú-Goiana
	Proposta da RDS do Canal de Santa Cruz
	Divisão do Ibama e criação do ICMBio
<b>2008</b>	Criação da APA de Santa Cruz
<b>2009</b>	Designada Chefe da Resex Acaú-Goiana
	Audiência Pública sobre a Resex Sirinhaém
	Solicitação da Resex Rio Formoso
	Editado o Sistema Estadual de Unidades de Conservação de Pernambuco
<b>2011</b>	Anúncio de grandes investimentos de infraestrutura industrial em Goiana

**Tabela 7: Síntese das propostas de criação de unidades de conservação em Pernambuco**

<b>Unidade de Conservação</b>	<b>Principais motivações</b>	<b>Municípios</b>	<b>Número de Colônias/ Associações envolvidas</b>	<b>Ano de solicitação</b>	<b>Sobreposições com outras UCs</b>	<b>Situação em 2010</b>
<b>Resex Acaú-Goiana</b>	- Regulação de empreendimentos - Regulação da pesca - Poluição do rio	- Pitimbu-PB - Caaporã-PB - Goiana-PE	4 colônias 3 associações	2006 (1998*)	nenhuma	- Criada em 2007 - Chefe designada em 2009 - Sem conselho ou plano de manejo
<b>RDS Canal de Santa Cruz</b>	- Regulação de empreendimentos - Ordenamento do turismo - Regulação da pesca - Poluição do canal	- Itapissuma-PE - Ilha de - Itamaracá-PE - Igarassu-PE - Goiana-PE	5 colônias (sem dados para associações)	2007 (1998*)	APA Estadual Santa Cruz (2009)	- Estudos técnicos realizados - Processo em Brasília
<b>Resex Sirinhaém-Ipojuca</b>	- Expulsão dos moradores das ilhas - Poluição do rio por usina canavieira	- Sirinhaém-PE - Ipojuca-PE	2 colônias 2 associações	2006	APA Estadual Sirinhaém (1998)	- Estudos Técnicos realizados - Audiência Pública realizada - Processo em Brasília
<b>Resex Rio Formoso</b>	- Regulação da pesca - Poluição do rio - Ordenamento do turismo	- Rio Formoso-PE - Sirinhaém-PE - Tamandaré-PE	2 colônias 2 associações	2009	APA Estadual Guadalupe (1997) APA Federal Costa dos Corais (	- Ainda sem estudos técnicos - Processo em Brasília

#### ***4.5. . O que nos dizem os processos de criação de Resex em Pernambuco?***

A Tabela 6 informa os principais acontecimentos envolvendo o processo de criação das reservas extrativistas em Pernambuco. Nele podemos identificar um processo conflitivo em que os pescadores artesanais reagem na forma de solicitação de reservas extrativistas quando são destinados a arcar com o ônus do processo de *desenvolvimento* do litoral. Este ônus relaciona-se à poluição das águas e à exclusão territorial provocados pela agroindústria sucroalcooleira, pelos por empreendimentos turísticos, de aquicultura e industriais.

Percebe-se que, dentro de uma conjuntura geral, em cada uma das situações temos processos conflitivos particulares que motivam a solicitação da Resex. A Tabela 7, por fim, resume as propostas de Resex feitas pelos pescadores em Pernambuco.

Atualmente, com o súbito furor industrializante no estado, cujo principal alvo de investimentos é o litoral, vislumbram-se dias mais difíceis para os pescadores artesanais. Se a Resex Acaú-Goiana foi criada a duras penas e a Resex de Sirinhaém pode vir a ter um desfecho favorável, o futuro da RDS do Canal de Santa Cruz e da Resex de Rio Formoso são incertos, face à força simbólica que o discurso da industrialização a qualquer custo tem trazido e a forma como as Resex tem sido dispostas nos discursos oficiais como obstáculo ao desenvolvimento do estado.

Temos aí uma situação histórica complexa plena de situações de exclusão dos pescadores de suas áreas de vida e trabalho para dar lugar a empreendimentos privados, muitas vezes desastrosos. Vemos uma disputa por controle da gestão do território entre pescadores e grupos privados, cujo arbitramento é disputado, no âmbito do Estado-nação, entre a esfera estadual e a esfera federal. O resultado é que o Estado, influenciado por diferentes interesses, desempenha papéis reguladores contraditórios. A paisagem que se constrói é a de um ambiente costeiro bio e sociodiverso, mas mas ameaçado por processos iminentes de degradação e poluição. Anuncia-se uma nova geografia do litoral, na qual há muito pouco espaço para pescadores artesanais. Mais do que uma disputa por controle da gestão do território, trata-se por uma disputa por projetos de território, seja um território do extrativismo pesqueiro, da lavoura canavieira modernizada, seja do litoral industrial de Pernambuco.

No próximo capítulo traremos o foco para a área da Reserva Extrativista Acaú-Goiana, a única já criada em Pernambuco, para enfim tecermos algumas conclusões.

## Capítulo 5

### O estuário do rio Goiana: pescarias numa reserva extrativista

#### *5. 1. Pescarias, pescados pescadores no rio Goiana*

A bacia do rio Goiana tem aproximadamente 2.878 km<sup>2</sup>, compreendendo 26 municípios (CPRH, 2009). Drena uma boa área da Zona da Mata Norte de Pernambuco (e parte do Agreste), corta o município de Goiana e deságua na divisa dos estados de Pernambuco e Paraíba, aproximadamente equidistante de Recife e João Pessoa. O rio Goiana ganha esse nome no encontro dos rios Capibaribe-mirim (93 km de extensão) e Tracunhaém (127 km de extensão), e daí são mais 17 quilômetros até o mar (CPRH, 2009). Os formadores do rio Goiana, em seu curso, margeiam canaviais e recebem descarga de efluentes domésticos urbanos. Após passar pelo centro urbano de Goiana, o rio segue um caminho tortuoso formando canais e ilhas cercadas por vegetação de manguezal até receber as águas do rio Megaó, quase em sua foz, e encontrar com o Oceano Atlântico (Figura 5). A rodovia BR-101 passa por Goiana e dela partem duas estradas vicinais, uma do lado pernambucano, outra do lado paraibano, que correm paralelas ao rio Goiana e dão acesso a núcleos urbanos formados principalmente por pescadores artesanais. Do lado pernambucano a estrada leva ao povoado de São Lourenço e desemboca na praia de Carne de Vaca. Do lado paraibano passa pelo centro do pequeno município de Caaporã, dá acesso ao porto de Gongaçari, neste município, e chega à costa na praia de Acaú, localizada no também pequeno município de Pitimbu.

Os pescadores que habitam esses núcleos urbanos, mais aqueles que vivem em Goiana, habitando principalmente o bairro ribeirinho de Baldo do Rio, utilizam-se do manguezal, dos canais estuarinos, da foz e do mar aberto para suas pescarias. Coletam-se caranguejos, siris, guaiamuns e aratus no manguezal; pescam-se camarões e peixes estuarinos em pequena escala nos canais; extraem-se mariscos nos bancos localizados na foz. Pesca-se peixes e lagostas em mar aberto.

Há uma espacialização dos tipos de pescaria. A Tabela 8 apresenta as técnicas de pesca utilizadas em cada localidade e as Figura 10 a 13 mostram os deslocamentos no estuário e os tipos de pescados em cada localidade. Os pescadores de Baldo do Rio se deslocam rio abaixo em pequenas embarcações tripuladas, chamadas caícos, utilizando o Porto de Gongaçari e outros portos no caminho. Pescam peixes estuarinos com redes, sejam as de camboa, que se aproveitam da variação da maré e dos movimentos de entrada e saída dos peixes dos braços dos rios (camboas), sejam as redes de caçoeira, de fundo, que emalham os peixes atravessando um canal principal. A

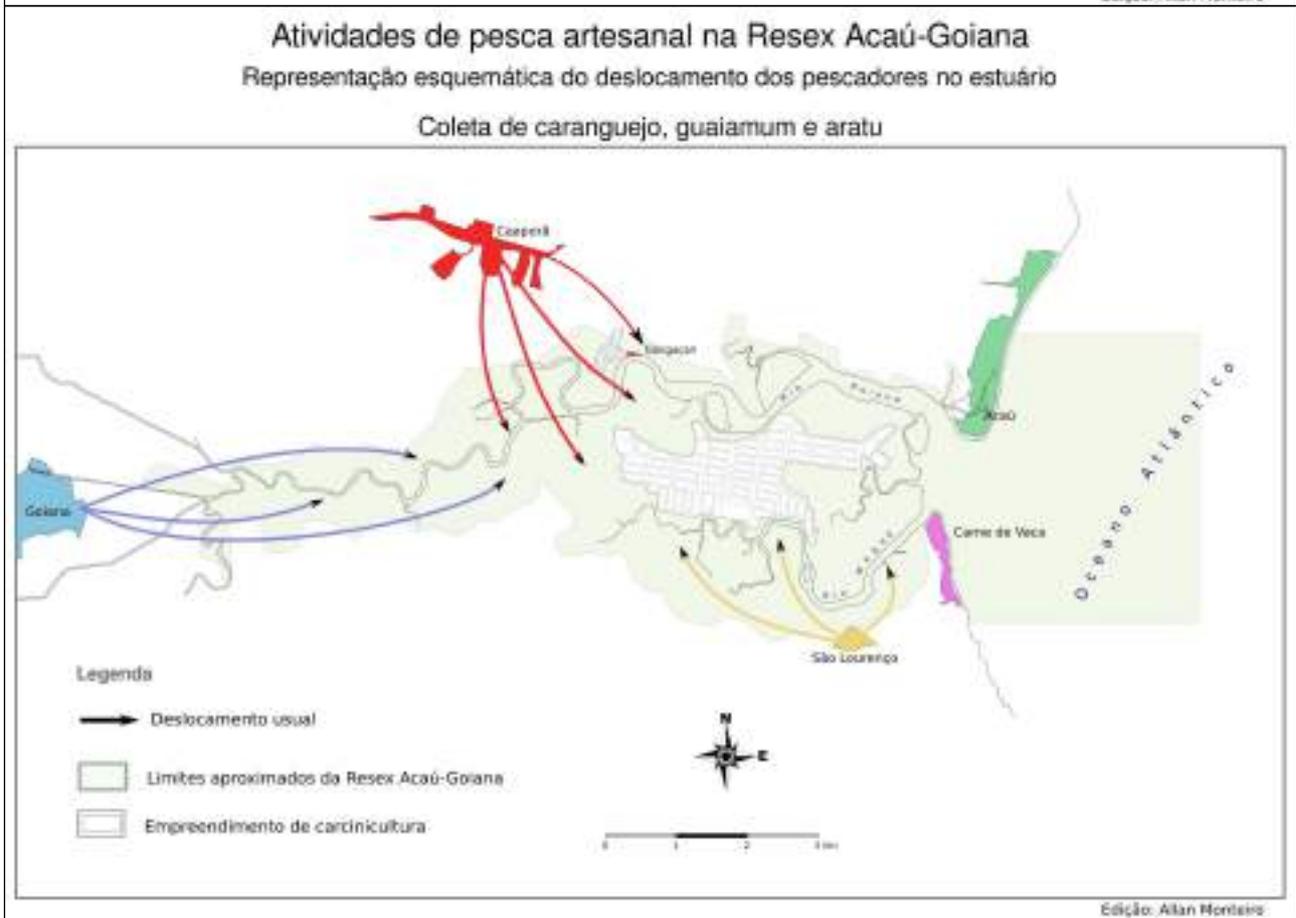
pesca de camarão já foi muito importante para os pescadores de Baldo do Rio, que era realizada de forma simples utilizando-se redes ou pequenos balaios (jererés) com iscas, mas hoje os camarões estuarinos são muito menos abundantes. Há também na cidade de Goiana catadores de caranguejos que utilizam-se do estuário, deslocando-se com pequenas canoas até uma certa região do mangue e lá coletando os crustáceos.

Os pescadores do município de Caaporã também pescam no estuário, se utilizando do porto de Gongaçari. Há também muitos catadores de caranguejo em Caaporã.

São Lourenço fica já próxima à desembocadura do estuário, às margens do rio Megaó, último grande afluente do rio Goiana antes da foz. Do alto da vila vê-se o manguezal abaixo, cercado por canavial. Para acessar o rio Megaó de São Lourenço desce-se uma íngreme trilha e alcança-se o porto, formado por uma grossa camada de conchas de mariscos. Considerada a localidade mais pobre do estuário do rio Goiana, há lá um número grande de catadores de caranguejos e aratus, e também de marisqueiras, que se utilizam dos mesmos bancos de mariscos (croas) usados pelos catadores de Carne de Vaca e Acaú. A prática da mariscagem, tendo como principal alvo o marisco-pedra (*Anomalocardia brasiliiana*) é desenvolvida tanto na praia de Carne de Vaca como também em bancos de areia no estuário chamada Ilha dos Cachorros (croa localizada na desembocadura dos rios Goiana e Megaó). Além do marisco coleta-se ostra, sururu e caranguejo.

Carne de Vaca e Acaú localizam-se na foz do rio Goiana, a primeira do lado, pernambucano, a segunda do lado paraibano. São praias que tiveram grande influência da especulação imobiliária, tendo um número grande de casas de veraneio. Em Carne de Vaca há, além da catação de marisco, em menor escala, a catação de caranguejos, aratus, guaiamuns e a pesca de peixes e camarões no estuário. Em Carne de Vaca, entretanto, é bem importante a pesca de peixes no “mar de dentro”, área marinha próxima à praia. Em Acaú uma atividade pesqueira de grande importância econômica é a pesca da lagosta, realizada em alto mar por homens embarcados por até 10 dias.

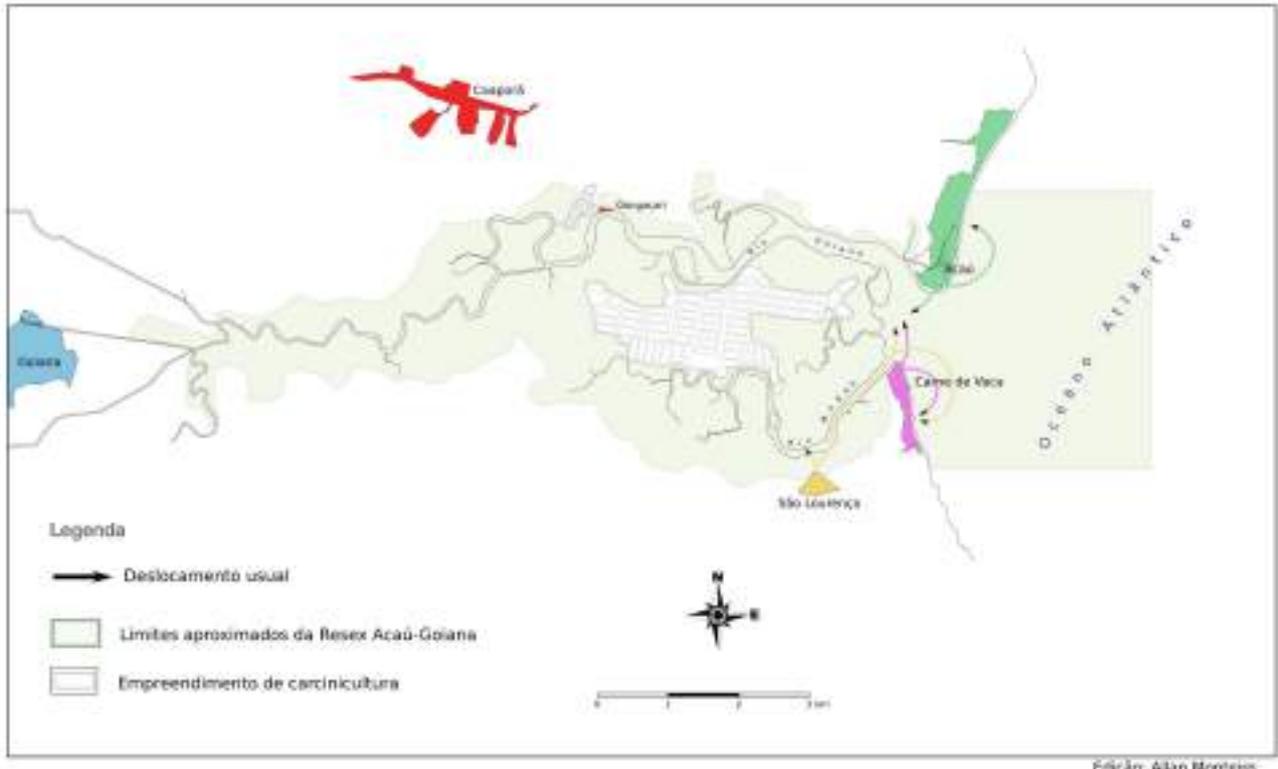
Além dos pescadores que vivem nas localidades citadas, utilizam-se também do estuário do rio Goiana catadores de caranguejo e marisco de outras regiões do litoral pernambucano. Isso se dá de forma mais acentuada no período em que os caranguejos-uçá encontram-se vulneráveis à captura ao saírem para reproduzir, o chamado período da *andada*. Apesar de ser um período em que os pescadores da região tradicionalmente coletam os caranguejos, é um período de captura proibida por lei, proibição esta que tem muitos defensores dentre os pescadores. Presenciamos, por exemplo, em Gongaçari, a chegada de caminhões e vans com muitas pessoas de municípios do Litoral Norte de Pernambuco como Itapissuma, Itamaracá, Abreu e Lima e Paulista capturando e levando caranguejos em grandes sacas para serem comercializados.



**Figuras 10 e 11:** Atividades de pesca artesanal na Resex Acaú-Goiana: pesca estuarina (Fig.10) e coleta de caranguejos (Fig. 11)

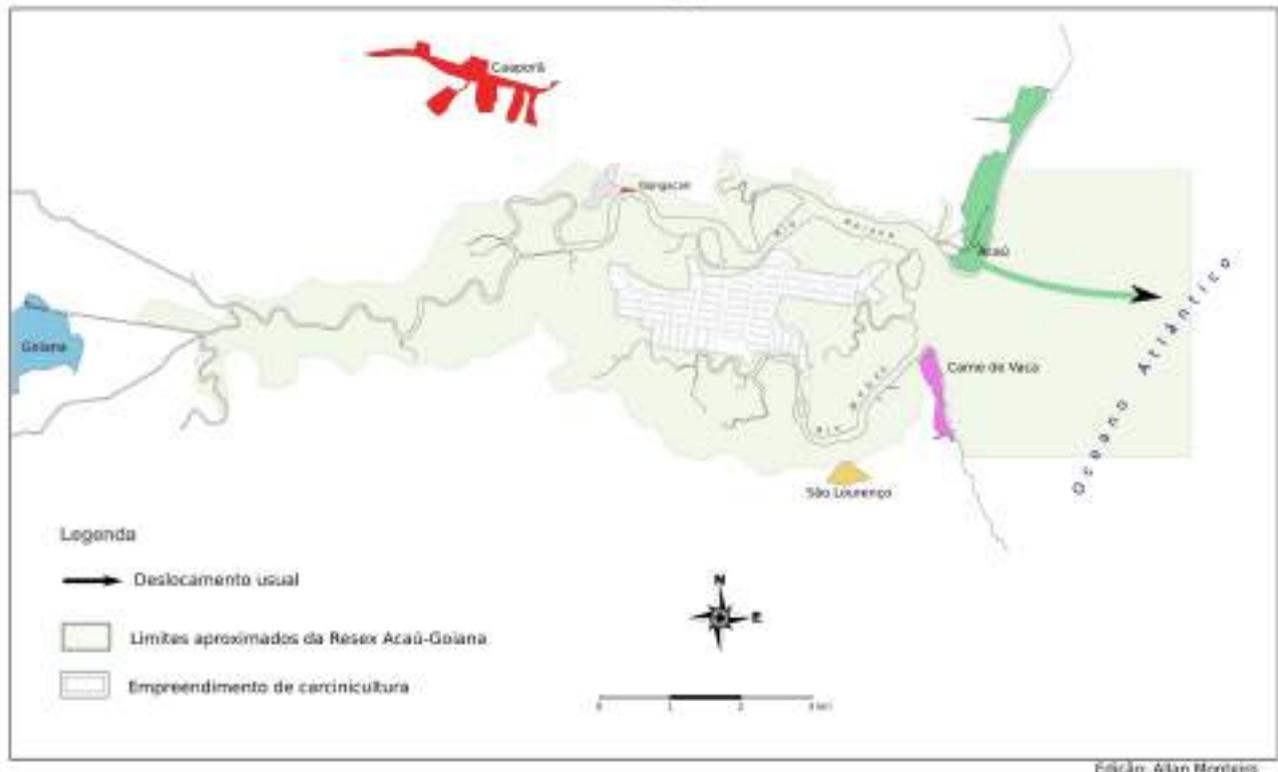
Atividades de pesca artesanal na Resex Acaú-Goiana  
Representação esquemática do deslocamento dos pescadores no estuário

Coleta de marisco



Atividades de pesca artesanal na Resex Acaú-Goiana  
Representação esquemática do deslocamento dos pescadores no estuário

Pesca de lagosta



Figuras 12 e 13: Atividades de pesca artesanal na Resex Acaú-Goiana: coleta de mariscos (Fig.12) e pesca de lagosta (Fig. 13)

<b>Tabela 8 - Petrechos utilizados e modalidades de pesca realizadas na Resex Acaú-Goiana</b>		
<b>Localidade</b>	<b>Artes de pesca</b>	
	<b>Pesca de rio e estuarina</b>	<b>Pesca marítima</b>
<b>Gongaçari</b>	- Redes de emalhe (caçoeira, sauneira, tainheira) - Redes de Camboa, de alagado, mangote, tarrafa - Pesca de linha de mão e de vara - Covos de camarão, jereré com isca (camarão e moréia)	--
<b>São Lourenço</b>	- Coleta de mariscos e caranguejos - Redes de emalhe (caçoeira, sauneira, tainheira)	--
<b>Baldo do Rio</b>	- Rede de caçoeira, camboa, alagado, mangote, tarrafa - Covos de camarão, jereré com isca (camarão e moréia)	--
<b>Carne de Vaca</b>	- Redes de emalhe e tarrafa Coleta manual de mariscos e caranguejos	- Redes de emalhe - Mangotão - Redes de arrasto
<b>Acaú</b>	- Coleta manual de marisco, ostra, sururu e caranguejos Redes de emalhe, tarrafa Currais	- Covos de lagosta - Compressor - Caçoeira para lagosta

Percebemos, por esta breve explanação, que o que se chama pesca artesanal no estuário do rio Goiana compreende uma série de atividades diferentes relacionadas à captura de animais aquáticos. Esta diversidade relaciona-se a uma variedade de animais presentes no ambiente marinhos, distribuídos de forma heterogênea ao longo do estuário, ao desenvolvimento de diferentes técnicas para captura de destes animais, e à aquisição de habilidades do pescador para operar experientialmente uma relação específica organismo-técnica-ambiente (Ingold, 2000).

Ramalho (em preparação) identificou entre os pescadores de Carne de Vaca o uso dos termos *pescaria*, *pescador*, e *pescado* ao se referirem ao seu trabalho. O *pescador*, nas falas analisadas pelo autor, é a pessoa que desenvolveu habilidades para capturar um certo *pescado*, que por sua vez é um organismo aquático que contém características (*affordances*, no dizer de Ingold) para serem pescados. A *pescaria* é a ação experiential que transforma organismo humano em pescador e organismo aquático em pescado. Consiste numa atividade, um conjunto de ações, bem como um conjunto de técnicas e um conjunto de conhecimentos associados. É a *pescaria*, enfim, que produz o *pescador* e o *pescado*. Diferentes modalidades de *pescarias*, portanto, produzem diferentes *pescadores* (Sautchuk, 2007).

## **Mariscos**

Vejamos o trabalho das marisqueiras. Ao chegarmos à foz do rio Goiana em horário de maré

baixa, veremos uma série de pessoas paradas sobre as croas, dentro da água, revolvendo o sedimento, com as mãos, com o auxílio de uma colher ou outros instrumentos. O provável sol quente é resolvido com o uso de bonés e panos amarrados na cabeça. É uma atividade de paciência que dura turnos de 5 ou 6 horas, realizada principalmente por mulheres, muitas vezes com a ajuda das crianças mais velhas, que, após a subida da maré, levarão o produto de sua coleta para beneficiar em casa, o que envolve outro tipo de trabalho. O beneficiamento ocorre em duas etapas, o cozimento e o debulhamento. Ambos duram em média dez minutos para cada dez quilos de mariscos brutos (com conchas) coletados. Depois de debulhados, os 10 quilos dos moluscos são pesados e empacotados para a comercialização. Observamos em campo que apenas 800 gramas de carne são revertidas para cada 10 kg de mariscos debulhados. O valor cobrado por quilo do molusco variável de acordo com o período. No período da pesquisa estimavam-se entre R\$ 6 no verão e apenas R\$ 2 reais inverno, onde a procura também é muito baixa.

O principal molusco coletado é o marisco-pedra (*Anomalocardia brasiliiana*), que ocorre na foz de estuários do Caribe ao sul do Brasil. De hábito alimentar filtrador, vive enterrado nos primeiros centímetros de bancos de areia em profundidades de 0,5 a 1,5 metros. O marisco-pedra reproduz-se uma vez por ano e é sensível às variações de temperatura e às chuvas, que provocam mudanças na salinidade (Silva-Cavalcanti, 2011).

O termo *marisqueira* é utilizado no feminino, mas é comum atualmente vermos muitos homens nesta prática<sup>29</sup>. A mariscagem e a catação de caranguejos, são considerados entre as pescarias como a de menor status social. Se a catação de caranguejos é historicamente realizado por pessoas pobres de ambos os sexos, a mariscagem é historicamente tarefa feminina. Há catadores de caranguejo e marisqueiras que desenvolvem a atividade com orgulho profissional e em tempo integral. Muitas marisqueiras e catadores de caranguejo, pelo baixo status social da profissão e o baixo retorno econômico, entretanto, afirmam que desenvolvem a profissão por falta de opção.

Como é tarefa que requer pouco subsídio tecnológico e relativamente simples de se aprender, é utilizada também como alternativa econômica de pessoas que não se consideram profissionais da pesca. Ou seja, na falta de recursos, *vai-se para a maré*. Assim explica-se a existência de muitos homens no trabalho da mariscagem em Acaú e Carne de Vaca, atualmente. Em ambas as localidades há ocupações urbanas precárias, recentes, de áreas de manguezal, em que convivem moradores mais empobrecidos das famílias da região com migrantes de áreas urbanas, especialmente da periferia de Goiana. Em Acaú este tipo de ocupação precária é mais evidente, com o crescimento da chamada Rua do Povo, com características de favela urbana.

Dessa forma, há uma grande heterogeneidade presente mesmo na pescaria de mariscos. Essa

---

29 Utilizaremos também o termo no feminino, sem desconsiderar a parcela de homens na atividade.

heterogeneidade reflete-se em disputas pela definição de pertencimento à categoria *marisqueira* e também ao debate sobre a adequação das técnicas utilizadas. É consenso a afirmação de que hoje há muito mais marisqueiras do que há algum tempo atrás.

Silva-Cavalcanti (2011), em 165 entrevistas com marisqueiras em Acaú e Carne de Vaca, encontrou 82,4% de mulheres na atividade e 17,6% de homens. Metade das mulheres declarou ter aprendido a atividade com as próprias mães, enquanto crianças, enquanto menos de 10% dos homens declarou ter aprendido as técnicas de mariscagem na família.

As técnicas antigas de mariscagem presumem o uso apenas das mãos ou de uma colher ou instrumento semelhante. Os mariscos são inspecionados a cada captura e dispensam-se os que tem tamanho considerado menor que o adequado. O motivo desta dispensa pode estar numa estimativa de rendimento de carne em função do volume e peso de concha, bem como numa atitude deliberadamente conservacionista, partindo-se do princípio que aqueles mariscos menores precisam crescer para serem futuramente capturados. Silva-Cavalcanti (2011) afirma que 46% das marisqueiras entrevistadas em Acaú e Carne de Vaca utilizam apenas as mãos na cata de mariscos.

Atualmente muitas das marisqueiras, em especial aquelas que realizam a atividade de forma mais esporádica, usam técnicas consideradas pelas próprias marisqueiras como inadequadas. Essas técnicas consistem no uso de instrumentos também simples como puçás, grades, telas metálicas, enxadas ou caixas para revolver e peneirar o substrato. Com o uso destes equipamentos, afirmam algumas marisqueiras, os mariscos pequenos são quebrados e os mariscos recusados na seleção são descartados *a posteriori*, vindo a morrer.

### **Lagosta**

Contrastando com a mariscagem, que supõe permanência na croa e é compatível com afazeres domésticos, sendo considerado trabalho feminino e de baixo status social, há a pesca de lagosta, que dentre as localidades estudadas no estuário do rio Goiana é desenvolvida apenas em Acaú<sup>30</sup>, e, da forma como é feita hoje, é atividade relativamente recente. Até alguns anos atrás, os pescadores de Acaú não dispunham de embarcações que os levassem a grandes distâncias em mar aberto, como é o caso dos pescadores de Carne de Vaca.

As lagostas vermelha (*Panulirus argus*) e costa verde (*Panulirus laevicauda*) são as espécies de lagosta mais capturadas no Brasil. Quando jovens, são encontradas nas formações bênticas do infralitoral, habitando as regiões já próximas ao estuário. As lagostas adultas, por sua vez, vivem a profundidades médias de 40 metros, encontrando abrigo nos fundos de algas calcárias vermelhas

---

30 Na praia de Ponta de Pedras, ao sul de Carne de Vaca, mas fora do estuário do rio Goiana, há também uma frota pesqueira de lagosta.

onde permanecem entocadas durante o dia. No início da noite os indivíduos se dispersam pelos bancos de algas calcárias vermelhas e verdes. São carnívoras, consumindo animais marinhos sésseis ou com movimentos limitados, e são gregárias, formando grandes agrupamentos.(Ivo e Pereira, 1996)

A pesca da lagosta é uma das modalidades mais conflituosas de pesca artesanal<sup>31</sup> A pesca comercial da lagosta no Brasil se desenvolveu a partir dos anos de 1960, com incentivos governamentais da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe). Nos anos 60 e 70 criaram-se diversas empresas de pesca de lagosta, localizadas principalmente no Ceará. Dos anos de 1970 a 1990, devido à sobrepesca, os estoques de lagosta no Ceará rapidamente decaíram e as empresas se endividaram. Foi então a partir dos anos de 1980 que a grande frota lagosteira cearense passou a procurar outros estados do Brasil para realizar a atividade. Foi assim que, nos anos de 1990, instalou-se em Acaú uma frota de barcos lagosteiros provenientes do Ceará, que passou a incorporar tripulações de jovens pescadores locais.

A lagosta era inicialmente pescada, no Ceará, utilizando-se um petrecho chamado manzoá ou covo<sup>32</sup>, que consiste numa armadilha retangular de madeira, bambu ou revestida com tela. Os covos são lançados à noite em uma área propícia à pesca de lagostas adultas, cada covo com uma isca. As lagostas penetram na armadilha e não são capazes de sair. É um método seletivo de tamanho e que captura o animal vivo, prestando-se ao retorno do animal ao mar, se for uma fêmea ovada, por exemplo.

Com a sobrepesca, as empresas, pressionadas pelo alto custo fixo de produção em decadência, principalmente se considerarmos o alto custo de sua frota, formada em sua maioria por grandes barcos, passaram a adquirir a lagosta de terceiros e abandonaram os grandes barcos super dimensionados. Essa nova frota foi composta por barcos de madeira de menor porte e posteriormente por jangadas (apenas no Ceará e Rio Grande do Norte) pertencentes aos pescadores artesanais.

As quase falidas empresas de pesca de lagosta, então, focaram-se no beneficiamento e exportação da lagosta, estimulando a pesca ilegal da lagosta, porém sem envolvimento direto na captura. Além de repassar o risco da captura para a pesca artesanal a indústria não sobreviveria se continuasse capturando visto o alto custo fixo com o pagamento dos pescadores, os quais eram empregados formais. Os barcos da pesca artesanal são capazes de praticar baixíssimos custos de produção e ainda utilizam o sistema de parceria, onde os pescadores recebem partes do faturamento

31 Dependendo do conceito de pesca artesanal utilizado, a pesca da lagosta operada por relações patrão-empregado pode até não ser considerado como tal. No contexto estudado os pescadores de lagosta consideram-se pescadores artesanais.

32 Antes mesmo do covo utilizou-se no Ceará como armadilha o jereré, mas o princípio de captura é o mesmo.

da pescaria, dividindo o lucro, mas também o prejuízo com o dono do barco.

Além de modificarem a profundidade da pescaria, cada vez mais perto do litoral incidindo sobre espécimes mais jovens, essa nova frota passou a utilizar covos menos seletivos, impactando ainda mais as populações de lagostas. Daí passaram a utilizar redes de caçoeira ao invés dos covos. Este mostrou-se um método mais eficiente a curto prazo, mas altamente impactante: as redes varrem e destroem todo o substrato onde vivem as lagostas, destruindo seu habitat e capturando animais de todos os tamanhos, muitas vezes já mortos. Pressionado pelos pescadores e apesar dos protestos de ambientalistas, o Governo Federal liberou o uso desta técnica por alguns anos.

Paralela ao uso de redes de caçoeira, uma terceira técnica de captura de lagostas passou a ser utilizada, o mergulho. Para se capturar lagostas mergulhando, mantém-se um compressor no barco fornecendo ar a um pescador ligado a ele por um tubo. O mergulhador desce, durante o dia, dezenas de metros e captura facilmente os animais em suas locas, seja com o auxílio de um arpão, seja com o uso de uma pequena rede. A pesca de lagosta por mergulho é também considerada altamente predatória.

Além do impacto ambiental, a pesca de mergulho mostrou-se devastadora para a saúde dos pescadores. O mergulho em profundidade sem o uso de técnicas adequadas de descompressão causou e tem causado mortes e invalidez em centenas de pescadores, o que faz com que tal técnica passe a ser temida entre os lagosteiros.

Já nos anos 2000 formou-se em nível federal um Comitê Gestor da Lagosta, que proibiu novamente o uso de redes e compressores, por meio de uma desastrosa política que indenizou os lagosteiros pelas redes e compressores recolhidos, mas não teve uma posterior contrapartida eficiente de fiscalização e de diálogo. O resultado foi que as indenizações serviram para os pescadores de lagosta renovarem seus equipamentos de pesca proibida.

Tentando mitigar a tragédia da lagosta que ele mesmo incentivara, o Estado brasileiro procura, com pouco sucesso, controlar a pesca da lagosta. Além da tripulação portar carteira de pescador, hoje os barcos lagosteiros precisam ter uma autorização para operar. Há desde os anos de 1990 o defeso da lagosta, chegando até a durar seis meses (dezembro a maio), período em que os pescadores autorizados recebem um seguro-defeso.

O estuário do rio Goiana ficou à margem do processo de pesca comercial da lagosta até os anos de 1990. Havia, portanto, um grande estoque quase que inexplorado de lagosta na região do estuário do rio Goiana que, junto com o canal de Santa Cruz, é considerada uma das mais importantes áreas criatórias de lagosta do país<sup>33</sup>.

---

33 A portaria IBAMA 43/1995 define esta região e mais duas no Nordeste brasileiro como principais criadouros naturais de lagosta, a serem protegidos.

Até alguns anos atrás lagostas eram capturadas em Acaú, em pequenas quantidades, em geral indivíduos jovens, como fauna acompanhante dos pescados de maior interesse, e não eram exploradas como recurso pesqueiro de alto valor. Assim conta D. Marinalva, antiga marisqueira de Acaú:

*“Papai ia pra maré. A gente tudo garota, tudo já moça. Papai ia pra maré, quando vinha arriava aqueles balaios grandes, cheio de peixe, camarão e lagosta. As lagostas saiam pulando, pra detrás: Pá, pá, pá, pá! Porque elas batem, quando se arriam [os balaios] elas saem. Agora, eram aqueles camarões brancos grandes e as lagostas saltando. Papai enchia um cesto todo de lagosta, e naquele tempo se chamava “lagostinho”. (...) A gente chamava “Olha o lagostinho!”, A gente fazia aquela festa, rodeávamos... Quando papai chegava da maré, à boca da noite, ou maré da manhã, a gente rodeava, ia pegar... Aquilo ali papai dava ao povo. Era. Aquelas lagostas, aqueles lagostinhos todos, papai dava. Dividia com os pescadores e dava às pessoas que chegavam.*

*- E pegava como? – perguntei.*

*- De mangote. Hoje tem mangote de arrasto que eu já pesquei muito com minhas meninas – de mangotão – a gente já pescou muito. Mas papai pescava tirando “chumbo de pé”. Não sei como era. Assim mesmo, dentro d’água. Como eu não sei. Mas antigamente era assim. Hoje ninguém faz mais isso. Hoje você chega à praia, mas só vê o povo pescando de mangotão (Marinalva Brazilina, 84 anos, Acaú).*

Os pescadores de Acaú vivem até então da pesca estuarina e no mar de dentro, pescando peixes e camarões. Nos anos de 1990 instalou-se em Acaú uma frota de barcos lagosteiros provenientes do Ceará, que passou a incorporar tripulações de jovens pescadores locais<sup>34</sup>. A abundância e altos lucros trazidos pela lagosta, em comparação com outras formas de pescado, eram ostentados pelos pescadores recém-inseridos na região. Com o tempo mais barcos entraram na região, outros foram construídos inclusive com financiamento do Banco do Nordeste. O porto de Acaú permite boa logística para os barcos, a fiscalização do Ibama na Paraíba é mais branda que em Pernambuco e a atividade tornou-se tão importante economicamente que passou a ser protegida pelo poder municipal.

Assim, a pesca de lagosta chegou a Acaú em um momento de crise no setor, já utilizando os métodos predatórios da rede e do compressor. Os ganhos acima da média, o uso de equipamentos e técnicas proibidas e os conflitos com o poder público deram à atividade um ar de clandestinidade, que é sentido ao se chegar a Acaú. Os pescadores de lagosta são, de fato, desconfiados para conversas com pesquisadores. Vê-se ainda na comunidade vários pescadores com problemas de saúde pelo uso de compressor. As lagostas são compradas principalmente por três empresas de Recife, uma delas com uma sede em Acaú.

A representatividade dos pescadores de Acaú informa algo sobre como se articulam métodos de

---

<sup>34</sup> Os barcos lagosteiros percorrem grandes distâncias para realizar pescarias. Antes de haver uma frota sediada em Acaú, havia na região a presença de barcos cearenses e de empresas sediadas no Recife que circulavam pelo litoral pernambucano.

pesca, gênero e as reivindicações dos pescadores. Existem duas organizações com representatividade entre os pescadores. A primeira é a Colônia Z-10, que tem há vários anos o mesmo presidente e que, apesar de ter muitas mulheres associadas por conta de benefícios de aposentadoria, entre outros, é basicamente gerida pelos homens, cuidado dos temas relacionados à pesca da lagosta e às políticas do Ministério da Pesca. Segundo o presidente da Colônia, há aproximadamente 500 pescadores de lagosta cadastrados na colônia, sendo que destes 380 recebem o seguro-defeso. Ele estima que apenas 20% dos pescadores de lagosta desenvolvem também algum outro tipo de pesca.

A colônia apoiou formalmente a criação da Resex, mas acompanhamos uma postura ambígua do presidente nos anos em que desenvolvemos a pesquisa. Isto se dá porque os pescadores de lagosta, de forma geral, portaram-se com desconfiança com relação à proposta da Resex, que foi uma bandeira levantada fortemente, na margem paraibana do rio Goiana, pelas mulheres marisqueiras.

A segunda entidade representativa de pescadores, neste caso de marisqueiras, é a Associação das Marisqueiras Pobres de Acaú. O “pobres” do nome da associação foi emprestado de uma outra associação existente em Acaú, menos representativa, a Associação dos Pescadores Pobres de Acaú, mas hoje é tratado com reservas pela diretoria. A Associação é dirigida principalmente por um grupo de parentesco de Acaú e agrega, segundo sua diretoria, aproximadamente 130 mulheres, estimando-se em aproximadamente 100 o número de marisqueiras que não são associadas. Todas as mulheres marisqueiras também são associadas à colônia. Além de mobilizar as mulheres com relação à Resex e outras questões, a Associação era sede de um telecentro obtido por meio do MPA e era responsável, no período da pesquisa, pela distribuição de alimentos da agricultura familiar do programa de distribuição de alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Vemos portanto, que no contexto específico de Acaú, há uma série de contrastes entre a situação das marisqueiras e dos lagosteiros. Esse contraste, entretanto, não resulta numa oposição de fato. Na verdade, muitas marisqueiras são esposas, filhas e irmãs de lagosteiros. O debate está no ar, com muitas nuances de conflitos de gênero. Por exemplo, é comum ouvir reclamações das mulheres de que os homens, que se ausentam de casa por dias para a pesca de lagosta, não disponibilizam a maior parte do dinheiro ganho para o orçamento doméstico, gastando-o com bebidas e outras mulheres. A diferença nas posições de marisqueiras e lagosteiros, entretanto, determinaram que as primeiras fossem protagonistas da solicitação da Resex Acaú-Goiana.

### **Peixes e crustáceos**

O oposição marisqueiras-lagosteiros delineada acima é específica de Acaú, onde há a pesca de

lagosta. Em São Lourenço e Carne de Vaca, por exemplo, marisqueiras (e marisqueiros) e catadores de caranguejos tem baixo nível de adesão a associações ou outras formas de organização do tipo formal. Os pescadores de São Lourenço são filiados à colônia de Tejucopapo e os de Carne de Vaca à colônia de Ponta de Pedras, mas também à Associação de Pescadores de Carne de Vaca. Essas colônias e associações tiveram uma boa participação na solicitação da Resex, estando o campo livre dos debates sobre a pesca de lagosta.

Os catadores de caranguejo de Goiana, Caaporã e São Lourenço também tem questões socioambientais específicas a enfrentar. Nos anos de 1990, coincidindo com a implantação de projetos de carcinicultura no litoral nordestino, uma grande epidemia viral dizimou a população de caranguejos-uçá (*Ucides cordatus*) de uma vasta área da costa nordestina, incluindo Pernambuco. Os catadores de caranguejo, já prejudicados no acesso ao mangue em diversas regiões onde a carcinicultura foi implantada, tiveram, com a epidemia, que parar a atividade ou passar a explorar outros crustáceos aparentados do caranguejo. Assim aumentou a pressão sobre a coleta do siri (*Callinectes sp.*), do guaiamum (*Cardisoma guanhumi*) e do aratu (*Goniopsis cruentata*), que são capturados com técnicas ligeiramente diferentes da do caranguejo-uçá. No período da pesquisa, encontrava-se no porto de São Lourenço basicamente desembarque de aratu, além do marisco.

No período da pesquisa a população do caranguejo-uçá começava a se restabelecer no estuário do rio Goiana. Mas uma nova questão se colocava, que trazia também os catadores de caranguejo para uma condição de marginalidade: a introdução da *redinha*, uma nova técnica de captura do caranguejo-uçá. É amplamente conhecido que a captura de caranguejo tem como método tradicional a coleta manual, sem o uso de qualquer ferramenta. Nos anos de 1990, também coincidindo com a doença do caranguejo-uçá, a redinha foi sendo adotada em grande parte do litoral nordestino. Esse método consiste no uso de um emaranhado de finos fios de náilon ou plástico obtido de sacolas comuns. Na maré seca essas armadilhas são postas nas entradas de muitas tocas de caranguejo. Por possuírem muitas saliências, articulações simples e membros rígidos, os caranguejos se aprisionam nestes entrelaçados de fios no momento em que saem das suas tocas ou desejam retornar a elas. Como o tamanho dos caranguejos entocados não é sabido, muitos dos capturados não são aptos à comercialização e consumo. Muitos caranguejos são capturados mas não são recolhidos, quando o trabalho do catador atrasa e a maré sobe antes do fim do trabalho. Os caranguejos que foram abandonados presos morrem e as redinhas que não foram recolhidas ficam soltas no ambiente recapturando caranguejos e aumentando a incidência de mortes.

Atualmente é muito difícil encontrar um catador de caranguejo no rio Goiana, e no litoral pernambucano em geral, que use o método tradicional. Os catadores de caranguejo usuários da redinha colocam-se em condição de clandestinidade, usando uma técnica proibida pelo órgãos

ambientais e considerada muito predatória entre os próprios pescadores.

A pesca de peixes e camarões no estuário, que já foi a principal atividade de pesca na região, hoje se encontra enfraquecida. Um dos motivos é a poluição do rio, outro parece ser a sobrepesca. A poluição é fato antigo, antes exclusividade das usinas de cana-de-açúcar, como mostra este fragmento de *Nordeste* de Gilberto Freyre:

Na semana do Natal de 1936, o rio Goiana, em Pernambuco, recebeu tanta calda que a quantidade de peixe podre foi enorme. Parecia uma praga do Velho Testamento. Os peixes mais finos fedendo de podres, ao lado dos mais plebeus. O cheiro de peixe podre misturando-se ao de fruta podre, das margens sujas dos rios. Quase não há um rio do Nordeste do canavial que alguma usina de ricaço não tenha degradado em mictório. [...] As moças e os meninos já não tomam banho de rio: só banho de mar. Só os moleques e os cavalos se lavam hoje na água suja dos rios. (Freyre, 1951, p. 83)

Hoje a poluição das usinas foi reduzida, mas ainda há denúncias de escoamento de vinhoto, subproduto da cana-de-açúcar, para os rios, além do carreamento do vinhoto que é usado para adubação das lavouras, já que os canaviais avançam até a margem dos rios. Mas há ainda, atualmente, a poluição de esgoto urbano, matadouros, de tanques de criação de camarão e também de indústrias.

Os pescadores de Baldo do Rio e de Caaporã (mas também de Carne de Vaca e Acaú) desenvolvem pesca de peixes estuarinos como o camorim (*Centropomus parallelus*), a tainha (*Mugil curema valenciennes*), a saúna (*Mugil liza*) e a carapeba (*Eucinostomus argenteus*). Pesca-se também, em menor escala, camarões. Em Baldo do Rio, os pescadores se deslocam rio abaixo, com paradas no caminho, até o porto de Gongaçari. Existem diversos pontos de pesca, onde se colocam redes de camboa, que capturam os peixes que se deslocam das reentrâncias do rio para o leito principal, e as redes de caçoeira, que fecham a boca do rio. As redes de caçoeira são um ponto polêmico entre os pescadores de Baldo do Rio, pois além de serem consideradas mais predatórias, hoje são colocadas em caráter competitivo pelos pescadores, sem uma postura de respeito a quem armou sua rede primeiro.

Caranguejos, camarões, mariscos, peixes estuarinos, lagostas... recolhemos muitos relatos de que a maioria das populações de animais aquáticos capturados no estuário do rio Goiana estão em declínio, seja pela poluição, seja pela sobrepesca ou outros motivos. Os fragmentos abaixo nos informam sobre este processo.

*“Naquela época não tinha aquela ganância de trazer muito. A gente ia levava um balaio de marisco, enchia e vinha embora. Porque naquela época o povo daqui não vivia da sobrevivência do marisco. Pouca gente vivia. (...) Hoje em dia você chega ali nas croas e tá alvinho, alvinho de gente. Antigamente não, você contava nos dedos. Só tinha um barco pra*

*atravessar as pessoas [para as croas], levava aquelas cinco ou seis pessoas, e pronto. Depois foi que veio o povo de Carne de Vaca, de São Lourenço, de Tejucupapo. Eu alcancei de primeiro, né, o povo de Tejucupapo era o que mais cavava marisco por ali. Cavavam em Carne de Vaca, ali faziam uma palhoça no coqueiro, e ali elas debulhavam, e já levavam debulhados, os mariscos. Eram aqueles montes de cascos ali em Barra Nova. Agora, aqui em Acaú não, era pouca gente. Também a comunidade era muito pouca.”*  
(Marinalva Brazilina, 84 anos, Acaú)

*Quando eu comecei a trabalhar, a gente encontrava guaiamum graúdo, bom. Hoje tá difícil encontrar, caiu muito a produção do guaiamum.[...] Num sei se é por causa da época... Num sei nem explicar. Sei que diminuiu muito. Antigamente a gente chegava no mangue, e quando se fazia o rancho na beira do mangue que você olhava assim, e via a maré enfeitada – dali de onde a gente fazia o rancho mesmo – de caranguejo-uçá, aqui acolá um guaiamum no meio... Hoje a gente não vê um sequer. (Amaro Galdino, 67 anos)*

*Hoje em dia a gente não pode mais pescar de pitimbóia por que a gente não tem mais camarão. Eu pescava de covo e pitimbóia, conseguia pegar quinze, até dezessete quilos... Hoje em dia, o camarada pode passar a noite todinha na maré e não pega nem meio quilo. [...] A gente encontrava muito camarão, e muitos peixes nas camboas, porque tinha camarão. Agora não tem camarão nas camboas e o peixe não entra nas camboas.*  
(Amaro Sebastião, 62 anos, Baldo do Rio)

Os pescadores do Rio Goiana, pernambucanos e paraibanos, tem portanto uma diversidade de pescarias, capturando diferentes pescados e constituindo-se em diferentes modalidades de pescadores. Vemos um estuário em processo de poluição, com as populações de pescados em declínio, implicando mudanças na forma de realizar as pescarias, que acabam por romper percepções e regras costumeiras. Vemos o aumento do número de pescadores, principalmente das modalidades de mais baixo status social (marisqueiras e caranguejeiros), refletindo a situação de desemprego da população da região. Vemos ainda empreendimentos sendo instalados nos arredores da recém-criada Resex que indicam a piora da situação.

Foi lidando com essas questões que a Reserva Extrativista Acaú-Goiana apareceu como uma possível solução. Ela asseguraria o território de pesca, impedindo a entrada de novos empreendimentos nocivos tais como a grande área de carcinicultura da empresa Atlantis, que se estabeleceu bem no meio do estuário; ela serviria para controlar a especulação imobiliária e as invasões de áreas de mangue, em especial nas localidades na foz do rio (Acaú e Carne de Vaca). Ela serviria para assegurar que a poluição no estuário fosse controlada, contribuindo para o restabelecimento das populações de pescado. E, por fim, contribuiria para a pactuação de regras e acordos entre os pescadores, com a mediação e fiscalização do Estado, no sentido de estabelecer bases sustentáveis para a pesca e apoio aos pescadores que respeitassem as regras estabelecidas.

Vimos que o processo de criação da Resex Acaú-Goiana também não foi pacífico entre os próprios pescadores, refletindo diferentes posições de poder e outros conflitos previamente

estabelecidos. Mas tais conflitos não impediram uma unidade contra agentes da indústria sucroalcooleira e da carcinicultura, no período da criação da Resex.

A Reserva Extrativista Acaú-Goiana foi criada ao final de 2007. Narraremos a seguir alguns dos acontecimentos que se seguiram à criação, para indicar em que medida as expectativas dos pescadores envolvidos na criação poderão ser contempladas.

## **5. 2. Resex Acaú Goiana: depois da criação**

A criação da Resex Acaú-Goiana, em 26 de setembro de 2007, após a forte oposição dos empresários e do Governo Estadual foi muito comemorada entre os pescadores. Do início da área recoberta por manguezal, abaixo de Baldo do Rio, até o mar adjacente à foz do rio Goiana agora estava legalmente protegido, e a gestão seria feita por um conselho deliberativo com maioria dos pescadores. As colônias de Baldo do Rio, Tejucopapo e Ponta de Pedras, mais a Associação das Marisqueiras de Acaú e a Associação dos pescadores de Carne de Vaca estavam muito envolvidas na discussão, apesar da postura distanciada das colônias de Acaú e Caaporã. Naquele momento o Conselho Pastoral dos Pescadores e o grupo de pesquisa sobre pesca artesanal da Fundaj estiveram muito envolvidos com as colônias e associações, via a recém -criada Rede Manguemar Pernambuco, na realização de oficinas e seminários para ampliar a discussão sobre a Resex.

Os desafios eram muitos: manter a mobilização dos pescadores que participaram da solicitação da Resex, esclarecer e envolver os pescadores que tinham ficado à margem do processo de criação, além de lidar com as ameaças ao estuário, que continuavam.

Do lado do Ministério do Meio Ambiente, a confusão estava armada. Havia uma crise ministerial decorrente da pressão da presidência para liberação dos grandes empreendimentos planejados no chamado Programa de Aceleração do Crescimento (entre eles a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, e a Transposição do Rio São Francisco). Esta crise culminou com o pedido de demissão da ministra Marina Silva. Durante este processo o Ibama, que era responsável tanto pelo licenciamento e fiscalização ambiental, quanto das unidades de conservação, foi desmembrado, sendo criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que ficou responsável pela administração das unidades de conservação. A criação do ICMBio, sem qualquer preparação prévia, resultou em absoluta desarticulação na gestão da conservação ambiental no Brasil. Por meses não se sabia qual seria a estrutura organizacional do novo instituto, quais seriam os funcionários que ficariam no Ibama e quais iriam para o ICMBio, onde seriam os escritórios do novo órgão e mesmo quais seriam exatamente as atribuições do órgão.

No caso da Resex Acaú-Goiana, sua criação teve participação ativa, do lado paraibano, do

escritório regional do Ibama em Cabedelo, em especial da técnica Marisanta Nóbrega, uma das principais interlocutoras das marisqueiras de Acaú. Do lado pernambucano a questão das Resex era tratada pela equipe do Núcleo de Educação Ambiental, que ninguém sabia se continuaria existindo e, em caso positivo, a que instituto pertenceria. Não se sabia, ainda, se o ICMBio teria escritórios regionais ou as unidades responderiam diretamente a Brasília. Por fim, não havia inicialmente recursos institucionais, seja veículos ou recursos financeiros, para que as atividades fossem realizadas. Nada em absoluto aconteceu, portanto, da parte do Governo Federal, na recém-criada Resex Acaú-Goiana, por dois anos.

Nestes período houve de fato uma certa desmobilização das lideranças dos pescadores, que passaram a se concentrar nas outras diversas questões e representações de que fazem parte. Com as equipes do Ibama/ICMBio da Paraíba e de Pernambuco sem condições de trabalho, e com as diretrizes de funcionamento do ICMBio em elaboração, nada saiu do lugar. Ao mesmo tempo, as ocupações de área de mangue em Carne de Vaca cresciam, o pólo Farmacoquímico de Goiana era construído nas redondezas do estuário sem que nenhuma notícia fosse dada aos pescadores... era como se a Resex Acaú-Goiana não existisse.

Neste período um grupo canadense fez uma parceria com a então SEAP para o desenvolvimento do projeto “Gente de Maré”, que se propunha a trabalhar questões de produção e de gênero entre os pescadores do litoral de Pernambuco ao Rio Grande do Norte. Em Pernambuco, os debates de gênero foram encobertos por discussões e oficinas que incentivavam os pescadores a investir na maricultura. Na região da Resex Acaú-Goiana, lideranças dos pescadores foram levadas a conhecer projetos de criação de mariscos no Rio Grande do Norte e, com participação de um professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, chegou-se a realizar um encontro no litoral norte de Pernambuco onde se propunha que se “repovoassem” os bancos de mariscos com larvas adquiridas de uma empresa para se iniciar um cultivo de mariscos. Algumas das lideranças de pescadores, mesmo participando das viagens e debates, argumentavam que o problema do marisco não era a falta de larvas, mas sim questões como a poluição, a sobre coleta, o uso de métodos agressivos e a dificuldade de comercialização. Era essa também a posição do Conselho Pastoral dos Pescadores. Esta proposta de maricultura na Resex não foi adiante, mas mostra como os pescadores da área estavam vulneráveis a propostas de “desenvolvimento” vindas “de baixo para cima”, com participação do próprio Governo Federal, e que não pareciam atender a seus interesses e necessidades. Este tipo de proposta em tese deveria ser discutido pelo (ainda não criado) Conselho Deliberativo da Resex.

Em junho de 2009, dois anos após a criação, finalmente foi indicada uma técnica para chefiar a (já não tão) nova Resex. Era Patrícia Greco, bióloga que vinha de uma experiência com as reservas

extrativistas da região da Terra do Meio, no Pará. Patrícia havia sido aprovada no concurso do Ibama em 2005 e foi designada, recém-formada, para o trabalho na Resex Riozinho do Anfrísio. Nos anos em que chefiou a Resex e colaborou na gestão das outras unidades de conservação da Terra do Meio, desenvolveu experiência na criação do conselho e na elaboração de plano de manejo. Um diferencial da Resex paraense é que ela era financiada pelo projeto Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), com financiamento internacional e com uso de recursos mais ágil.

Na chegada de Patrícia à Resex Acaú-Goiana, já havia sido contratado um técnico, Diego Medeiros Rocha Cavalcanti, para uma consultoria com prazo de dois meses, para realizar o que seria a primeira fase do plano de manejo. Mesmo contando com a experiência prévia de ser um dos estudantes que auxiliara na produção do relatório que embasara a criação da Resex, Diego teve um tempo muito curto, em momento em que os pescadores estavam desmobilizados, um mês antes da chegada da chefe da Resex e praticamente sem apoio logístico para realização do trabalho. Sua consultoria fora contratada junto com outras 15, para outras unidades, numa iniciativa considerada malsucedida, pois a validade dos estudos realizados pelos consultores foi questionada dentro do próprio órgão como primeira fase do plano de manejo.

Com a chegada de Patrícia, de início, pouca coisa mudou. Nas palavras da própria técnica:

*“Cheguei e não tinha- e não tenho- condição de trabalho, ainda. Agora devagarzinho as coisas estão melhorando, mas antes eu não tinha nem onde sentar. Então ainda tinha esse outro problema, como é que eu vou gerir a unidade, como é que eu vou estar lá na unidade se eu não tenho nem onde sentar? Então eu não tinha computador, não tinha uma cadeira, uma mesa, eu não tinha nada. Eu usava o meu computador de casa, que na época aqui ainda tinha wireless, então pegava uma cadeira, sentava num cantinho onde desse e tentava trabalhar. (...) não tinha onde guardar as coisas, então tudo de trabalho, processo, papelada de trabalho, eu levava para casa todo dia, trazia todo dia, o computador era meu... situação complicada. Então meus primeiros seis meses aqui, entre julho e dezembro de 2009 foi bem complicado. Eu fui na unidade algumas vezes, comecei a conhecer as pessoas, mas eu não conseguia ir além disso, porque primeiro eu tinha que conseguir sentar aqui.” (Patrícia Greco, ICMBio entrevista em setembro de 2010)*

A partir de 2010 o escritório do ICMBio em Cabedelo começou a se estruturar e Patrícia passou a contar com uma sala provisória, computador, carro e combustível. A sede da Resex, que deve ser em algum local próximo ao estuário, ainda não estava definida até o final de 2010. A localização da sede passou inclusive a ser um ponto de polêmica entre as lideranças dos pescadores. Patrícia passou então se inteirar dos empreendimentos existentes no entorno da Resex e a se aproximar mais dos pescadores. Até meados de 2011, entretanto, enquanto este relatório é escrito, o escritório da Resex ainda não tem sede definitiva e ainda não houve nenhuma ação *in loco* para criação do

conselho e elaboração do plano de manejo, para além da consultoria contratada em 2009.

Uma outra ação realizada no final de 2009 foi o cadastramento das famílias de pescadores do estuário, realizada ainda em um momento em que as atividades de implantação da reserva estavam estagnadas. O cadastro foi feito com apoio do escritório regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Pernambuco, teve apoio da maioria das colônias e associações mas, realizado de forma episódica, descolado de um processo de implantação da Resex mais robusto, foi pouco compreendido pelos pescadores e na avaliação da própria chefe da Resex não abarcou todos os usuários do estuário.

Enquanto o conselho não é criado, diversas questões do funcionamento da Resex ficam em aberto. Por exemplo, como a reserva não inclui áreas de moradia, o que define quem tem direito a usar o estuário? Poderão utilizar o estuário apenas os pescadores cadastrados? Qual a necessidade dos usuários da Resex serem portadores da carteira de pescador do Ministério da Pesca (RGP)? Os pescadores de outras áreas do litoral pernambucano e paraibano que vem pescar no estuário continuarão a ter este direito? Qual a relação entre as regras locais e o que é previsto legislação de pesca, para fim de ordenamento das atividades de pesca na Resex?

Mas será que a criação do conselho, esta estrutura de representação, poderá arbitrar todos estas questões? Isto parece depender da forma como o conselho funcionará. De maneira apenas prospectiva, podemos indicar algumas situações que indicam fragilidades.

Em fins de 2009 os pescadores de Baldo do Rio queixavam-se que seu trânsito pelo rio Goiana estava impedido na altura da ponte da BR-101 que o atravessa. Naquele período o Exército, responsável pela duplicação a rodovia, havia assoreado o rio para fixar os pilares da ponte da pista duplicada. A intervenção era de grande agressividade, prejudicando, sem dúvida, além dos pescadores, a dinâmica do rio. Mesmo um leigo concluiria haver outras soluções técnicas menos impactantes para a obra do que aquela utilizada. Os representantes da colônia de pescadores de Baldo do Rio dirigiram-se ao ICMBio, Ibama, ao CPRH e ao próprio Exército visando resolver o problema e sequer obtiveram uma resposta. Depois de algumas semanas de pesca prejudicada, o pilar foi fixado e o trânsito dos pescadores voltou à normalidade. A chefe da Resex conta que tentou intervir na questão, que ocorria na área de entorno da Resex e prejudicando o rio e seus usuários, mas não teve sucesso frente ao Exército.

Da mesma forma, o ICMBio procedeu o levantamento dos empreendimentos no entorno, tais como as usinas de cana-de-açúcar, a fábrica de cimento Poty e os empreendimentos de carcinicultura, visando saber de suas licenças de funcionamento. Patrícia enviou correspondência às empresas responsáveis e entrou em contato pessoalmente com algumas. No final da pesquisa algumas empresas haviam respondido a correspondência oficial, outras não. Havia no período

grande dificuldade de se obter informações sobre os impactos presentes e futuros do polo farmacológico de hemoderivados de Goiana, empreendimento-vitrine do Governo do Estado e do Governo Federal. Em reunião com os pescadores em Carne de Vaca, Patrícia contou de suas primeiras providências e admitiu a dificuldade que seria o ICMBio ter poder político para intervir nos grandes empreendimentos.

A estruturação da Resex pode de fato intervir de forma eficiente nestas questões. Mas existe uma grande possibilidade de que os grandes investimentos propostos para o Litoral Norte, com o estabelecimento de indústrias e porto, desrespeitem os preceitos legais da Resex, como já indicado pelos empreendimentos já existentes.

Uma outra questão relevante é a desconexão, já discutida em outros capítulos, entre as políticas do Ministério da Pesca e as políticas do Ministério do Meio Ambiente, além das políticas estaduais e municipais. No caso da Resex Acaú-Goiana, temos uma situação emblemática: será criado o conselho da Resex, mas a área também faz parte da política de territórios da pesca, coordenada pelo MPA. Ocorre que o lado paraibano está no *território da pesca* do Litoral Sul da Paraíba, enquanto o lado pernambucano está na política dos *territórios da pesca* do Litoral Norte de Pernambuco. Cada um destes territórios terá um conselho, que é deliberativo, e do qual provavelmente participarão praticamente as mesmas lideranças. Ou seja, o Governo federal chamará as mesmas lideranças para proceder uma gestão territorial esquizofrênica, em modalidades de territórios geridos por diferentes ministérios, e que se sobrepõem. Vimos que as lideranças dos pescadores participam de uma enorme quantidade de instâncias representativas frente ao Estado, e que há uma dificuldade das lideranças e dos pescadores em geral se articularem no meio deste mar de representação fragmentada e desarticulada. Ficam as indagações: como as decisões do conselho dos *territórios da pesca*, que em geral serão do tipo *fomento*, serão aplicadas na área da Resex? E, vice-versa, como as decisões do Conselho da Resex pautarão os debates dos territórios da pesca de Pernambuco e Paraíba?

Além da sobreposição de recortes territoriais, há um conflito mais antigo, no âmbito do Governo Federal, sobre de quem é a atribuição de criar as regras para a pesca. Mesmo antes da criação da SEAP, em 2003, já existia um debate interno ao Ibama, entre o grupo que tratava do ordenamento da pesca de forma geral e do grupo que trabalhava com as Resex marinhas. Os interessados no ordenamento da pesca no nível nacional, que era feito com base em *espécies* (ou seja, pesca da sardinha, pesca da lagosta, etc), argumentavam que não era possível ter regras locais diferentes das regras nacionais, em especial para a pesca de animais que se movem em grandes cardumes, como as sardinhas, por exemplo. Os técnicos que tratavam das reservas extrativistas afirmavam que as unidades de conservação eram áreas especiais que poderiam seguir regras próprias. Com a criação

da SEAP (depois MPA), as atribuições de ordenamento da pesca foram paulatinamente passadas ao novo ministério, mas o debate prossegue. No seminário “Pesca artesanal e sustentabilidade socioambiental”, organizado na Fundaj em 2010, Sérgio Matos, coordenador de pesca artesanal do MPA, afirmou que seu ministério seria o responsável pela ordenação da pesca também em áreas de Resex. Os técnicos do ICMBio discordam e a questão permanece.

Um questionamento derivado dos acima citados é de como a territorialidade esquizofrênica do Estado se articulará com as territorialidades dos pescadores. Com a separação formal e ministerial entre *pesca* e *conservação*, como se constituíssem domínios independentes, o risco que enfrentamos é o da Resex entrar na lógica do “mais restritivo”, ou seja, tudo o que for decidido para a pesca e para os pescadores, em âmbito nacional e regional, passa a se aplicar diretamente aos pescadores da Resex, com a diferença de que face à característica de ser uma unidade de conservação, pode haver mais restrições. Com isso, descaracteriza-se a perspectiva de que a Resex é gerida com base nos conhecimentos e práticas dos pescadores.

Estamos falando aqui, portanto, que na gestão dos territórios de pesca artesanal, em especial em contexto de Resex, temos um triplo problema: de capacidade de exercício de poder (*enforcement*), de atribuição de responsabilidades e de concepção sobre a gestão. Assim, os órgãos ambientais parecem ter pouco poder de fazer valer as regras determinadas legalmente na área da Resex e seu entorno; existe uma profusão de instâncias de gestão territorial do próprio Estado, que poluem de decisões contraditórias e representações esvaziadas; e, por fim, o Estado não é capaz de lidar com a maior dimensão de inovação do modelo das Resex, que é a de legitimar regras locais baseadas em práticas costumeiras de uso de recursos comuns.

Lembremos então da proposta dos seringueiros acrianos no final dos anos de 1980. Os extrativistas se comprometiam a manter ambientalmente íntegra sua área de vida e trabalho, suas práticas passadas de baixo impacto servindo como base para as práticas futuras. Assim, abria-se a possibilidade de considerar que aqueles grupos tinham contribuições a dar em termos de conhecimentos e práticas tradicionais. Esta contribuição se relacionaria com as formas costumeiras de relações sociais e com as concepções destes grupos sobre sua relação com o ambiente. Assim, a criação das regras locais de gestão da Resex fazia parte do estabelecimento do pacto entre o grupo e o Estado. Um pacto que desde de o início previa simultaneamente a autonomia dos grupos tradicionais e o estabelecimento de uma rede de relações com outros grupos apoiadores da proposta de sustentabilidade.

Pensemos esta questão aplicada ao caso da Resex Acaú-Goiana. Na primeira parte deste capítulo indicamos as pescarias, pescadores e pescados que se produzem no estuário do rio Goiana. Há dentre os pescadores noções gerais de como se deve dar uma pesca não-predatória. Há também um

processo de abandono de formas consideradas não-predatórias e adoção de técnicas mais predatórias, processo que podemos relacionar à diminuição dos pescados (seja por sobrepesca, poluição ou outro motivo), ao crescimento da quantidade de pescadores sem uma circulação adequada dos conhecimentos tradicionais sobre as pescarias, à insegurança territorial e à disparidade das políticas públicas (seja na ausência, seja na inadequação).

Na pesca de mariscos, a coleta manual ou com uso de instrumentos simples e seletivos está lado a lado com o uso de instrumentos considerados mais predatórios. Na pesca de caranguejo a coleta manual foi substituída pela *redinha* em um contexto de mortalidade dos caranguejos, o que também forçou um deslocamento do foco da captura do caranguejo-uçá para outros caranguejos como o aratu, o guaiamum e o siri. A pesca de lagosta, antes não realizada de forma comercial, chegou à região como iniciativa empresarial já utilizando métodos considerados predatórios. A pesca de peixes estuarinos enfrenta o uso conflitivo das redes de caçoeira, que passa a refletir um panorama de desregulação no uso dos recursos. A pesca do camarão é pouco praticada pela sensível diminuição da quantidade destes no estuário.

Todos estes prolemas aparecem a todo momento nas falas dos pescadores. Seja nas entrevistas realizadas, seja nos seminários e oficinas que organizamos e acompanhamos no período da pesquisa, a todo tempo os pescadores, não só os de Goiana, mas de outros locais do litoral pernambucano, se referiam a estas mudanças de técnicas e os problemas a elas relacionados. Mais do que isso, havia consenso entre os pescadores envolvidos em tais debates de quais seriam os métodos mais adequados de realizar as pescarias. Os pescadores mobilizados em torno de estratégias de pesca não-predatória não se veem capazes, entretanto, de fazer cumprir entre os pares propostas de pesca “sustentável”. E esperam do Estado, em especial com a criação da Resex, que assuma o papel de *enforcement*, de fazer cumprir as regras estabelecidas.

Um ponto central da discussão é que as regras de pesca estabelecidas localmente podem estar alinhadas com as regras legais, mas não necessariamente. Muitas das regras legais estão no código de pesca, outras estão em portarias ministeriais. Tratam em geral de resoluções gerais para todo o país ou para certas regiões. Considerar o conhecimento tradicional dos pescadores como legítimo para formulação de regras é um dos pressupostos da Resex. Mas pode-se levar esta consideração mais além, permitindo com que as regras costumeiras das pescarias possam ser utilizadas como subsídios para o estabelecimento das regras pesqueiras legais.

Almeida e Pantoja (2004) descrevem situações de criação de regras locais em uma Resex amazônica que se baseiam nas relações sociais costumeiras e numa noção local de justiça. Havia, neste caso, uma convergência entre a adoção de práticas de baixo impacto e práticas consideradas *justas*. No artigo um dos exemplos é a caça com cachorros, em especial com animais grandes que

tenham sido introduzidos recentemente, prática que passa a ser combatida porque afugenta a caça das redondezas, impedindo o acesso à caça por vizinhos que não tem cachorros para caçar e utilizam métodos menos predatórios. Veja-se que nesse caso toma-se decisões sobre a regulamentação justa e sustentável da caça em um contexto nacional em que a caça é uma prática proibida. No período destes debates entre os seringueiros não havia nem mesmo a publicação da Lei de Crimes Ambientais, que flexibiliza a criminalização da caça para fins exclusivamente de alimentação.

O ponto de nossa argumentação aqui é que a política do “mais restritivo” não responde aos anseios dos pescadores na criação da Resex. Os pescadores organizados apontam a necessidade de ordenamento da pesca e dos empreendimentos na região. A atribuição do Estado na gestão da Resex não seria definir os termos do ordenamento (o que deve ser feito pelos pescadores). O papel do Estado neste caso seria fazer valer o ordenamento da pesca estabelecido e influir efetivamente na ordenação dos empreendimentos. E o *enforcement* das regras estabelecidas é uma das maiores dificuldades que os órgãos ambientais enfrentam, a começar pelos próprios setores desenvolvimentistas dos governos.

Em resumo, terminamos este capítulo, antes de passar para as conclusões gerais do relatório, argumentando que o caso da Resex Acaú-Goiana nos aponta que sua gestão enfrenta, por um lado, problemas do processo de organização dos pescadores e da violência do estabelecimento de empreendimentos impactantes na região do estuário, mas que, para que estes problemas possam ser enfrentados, a gestão da Resex não pode deixar de olhar para três questões de fundo, sejam elas capacidade de fazer valer as regras estabelecidas, o concatenamento das ações governamentais em diálogo com os pescadores e o reconhecimento da importância da gestão baseada em regras pactuadas pelos que vivem do estuário.

## Conclusões

Discutimos nesta pesquisa a produção das reservas extrativistas como possibilidade de continuidade da atividade de pesca artesanal no litoral pernambucano. No primeiro capítulo mostramos como as Resex foram criadas como modelo local de gestão de recursos comuns na Amazônia e as modificações pelas quais este modelo passou para se adequar à linguagem institucional das unidades de conservação ambiental. O segundo capítulo deu ao leitor uma introdução ao universo dos pescadores artesanais e suas relações históricas com as políticas públicas. No terceiro capítulo explanamos sobre as diversas políticas sociais, de financiamento e de regulação a que os pescadores estavam submetidos no período de realização da pesquisa. Como resultante destes três capítulos, temos um panorama em que pescadores conviveram com o Estado-nação habitando os interstícios de um litoral ainda não ocupado por grandes empreendimentos. O apoio governamental ao desenvolvimento da pesca industrial, a partir dos anos de 1960, manteve a pesca artesanal em posição intersticial ao mesmo tempo em que contribuiu para a criação de conflitos e superexploração de certos estoques pesqueiros. No final dos anos de 1980 passa a existir um movimento organizado dos pescadores. A partir de 2003 temos a criação de um Ministério para a pesca que promove uma série de políticas, que se somam a políticas de outros Ministérios, criando uma diversidade de redes divergentes e instâncias representativas para as lideranças dos pescadores. A ocorrência da I Conferência Nacional da Pesca Artesanal, em 2009, mostra a insatisfação dos pescadores com o resultado desta multiplicidade de instâncias representativas.

Os capítulos 4 e 5 referem-se à questão das disputas pela criação de reservas extrativistas em Pernambuco. Analisamos a resistência que os pescadores tem enfrentado no estado face às reivindicações de criação de Resex em quatro áreas estuarinas, a começar pelo próprio governo estadual, engajado no estabelecimento de diversos empreendimentos industriais no litoral pernambucano. No capítulo 5 descrevemos brevemente a diversidade de pescarias no estuário do rio Goiana, onde foi criada a Resex Acaú-Goiana, e os limites empíricos enfrentados para dar-se conta de uma gestão compartilhada entre pescadores e poder público contido na ideia de Resex.

Para traçar as conclusões gerais da pesquisa, atentemos para as relações entre os processos de mudança no litoral pernambucano, as territorialidades dos pescadores e a institucionalização de territórios em forma de reservas extrativistas. A proposta original de criação das Resex constituía numa iniciativa quase comunista, em que grupos solicitavam a estatização de um território para nele realizarem uma gestão baseada em regras definidas com base no costume, em instâncias locais, autônomas e que dependiam de aprovação, em um segundo momento, da autoridade estatal. No decorrer do tempo, as instâncias de decisão deixaram de ser apenas locais e perderam autonomia,

surgindo a figura do Conselho Deliberativo e incluindo-se o Plano de Utilização produzido localmente num Plano de Manejo elaborado por terceiros. As nuances deste processo de mudança amarram a autonomia de gestão dos grupos locais, condicionando o funcionamento da estrutura organizativa da Resex ao lento movimento estruturador do Estado.

Por outro lado não é coreto afirmar que os pescadores estão sendo iludidos com uma proposta de gestão autônoma de seus territórios que não se concretizará. Os agentes envolvidos na defesa dos territórios dos pescadores artesanais sabem das diversas dificuldades que surgem no estabelecimento de um relacionamento co-gestionário com o Estado. O que querem dos órgãos estatais é que façam valer as regras estabelecidas para a gestão do território da pesca, sejam elas as que foram definidas em acordo com as organizações dos pescadores. No fundo, os pescadores querem uma gestão sustentável da pesca no litoral, que, em uma outra situação real, não necessitaria de reservas para ser feita.

Aí mergulhamos a proposta ideal de reservas extrativistas no mundo real: como mostramos, o litoral pernambucano passa por um processo, há algumas décadas, de produção de empreendimentos privados no litoral, processo este que na última década tem se intensificado. Os espaços intersticiais ocupados costumeiramente pelos pescadores rareiam, ao mesmo tempo em que proliferam políticas desencontradas para a pesca artesanal. Sendo a perda de território iminente, acionar a figura das Resex, para a qual os pescadores tem toda a legitimidade por serem localizados na categoria *comunidades tradicionais*, passa a ser o melhor, senão o único caminho aberto no campo de possibilidades que se apresenta. No caso pernambucano, dado o vazio do apoio do movimento ambientalista do estado como aliado em suas lutas, a solicitação de Resex traça uma outra linha de conexão do movimento dos pescadores, que é com os órgãos ambientais federais.

Dessa forma, num litoral loteado para a ocupação privada, a criação de Resex é uma aposta na manutenção de uso costumeiro do território subordinado à ideia de conservação ambiental. Trata-se de resguardar áreas intersticiais, com os riscos de sua institucionalização como unidades de conservação. Pois não correr este risco é lançar-se ao risco imediato de expropriação.

Como já dissemos, nossa pesquisa vê com pessimismo a capacidade do Estado de fazer valer as regras estabelecidas, o concatenamento das ações governamentais em diálogo com os pescadores e o reconhecimento da importância da gestão baseada em regras pactuadas. Mas nos parece que lidar com este Estado é um desafio que os grupos que tiverem pela frente a gestão das reservas terão de enfrentar.

Um outra questão importante de levantar é que como não se pode criar Resex em todas as áreas de pesca, estas não podem ser a única política de segurança territorial para os pescadores. Além disso, há na pesca (e nas relações ecológicas de forma geral) formas de movimentação no espaço

que escapam da lógica dos territórios fixos, que devem ser consideradas ao se pensar as Resex. Para lidar com os enormes problemas que enfrentam, pescadores artesanais e outras *comunidades tradicionais* terão, junto com suas redes de apoio, exercitar repetidamente a criatividade que os seringueiros tiveram ao propor as Resex em fins dos anos de 1980, seja dentro ou fora das reservas extrativistas.

## Bibliografia

- ABDALLAH, P.R.; Sumaila, U.R. An historical account of brazilian public policy on fisheries subsidies. *Marine Policy*, v.31, Issue 4, 2007, p. 444-450.
- ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais**: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2002.
- ALMEIDA, A. W. B. **Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.
- ALMEIDA, M. W. B. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** vol.19, n. 55, 2004.
- ALMEIDA, M. W. B. Relativismo Antropológico e Objetividade Etnográfica. Campos. **Revista de Antropologia Social**, Curitiba, v. 03, p. 9-30, 2003.
- ALMEIDA, M. W. B.; PANTOJA, M. C. Justiça Local nas Reservas Extrativistas. **Raízes**. Campina Grande, v. 23, n. 1-2, p. 27-41, 2004.
- ARNS. P. C. Um olhar sobre os dispositivos de governança. *Raízes*, v.28, ns.1 e 2, 2010, p. 121-131.
- ARRUTI, J. **Mocambo**: Antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC, 2006.
- BASURTO, X.; OSTROM, E. 2009. The Core Challenges of Moving Beyond Garrett Hardin. **Journal of Natural Resources Policy Research**, Vol. 1, Issue 3, July 2009, pages 255–259.
- BERKES, F. 2006. *From Community-Based Resource Management to Complex Systems: The Scale Issue and Marine Commons*. Ecology and society, vol. 11, nº. 1, art 45.
- BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Referências para o desenvolvimento territorial sustentável (Textos para Discussão, 4). Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e cooperação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/IICA - Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.
- BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Guia de Políticas Sociais Quilombolas. MDS:2009.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Secretaria de Orçamento Federal. Orçamentos da União - exercício financeiro 2010: Projeto de lei orçamentária. V.IV, Tomo II. Brasília, 2009
- Brasília: Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão/IPEA. 2005. Disponível em
- CALDEIRA, G. A. Diagnóstico sociológico da pesca no município de Pontal do Paraná - PR: subsídios para a gestão compartilhada. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas Costeiros e Oceânicos, Centro de Estudos do Mar, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná. Pontal do Paraná, 2009.
- CALLOU, A. B. F. **A voz do mar**: construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros

- pela Missão do Cruzador “José Bonifácio” (1919-1924). Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1994.
- CALLOU, A. B. F. Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. *Ciência e Cultura*, v.62, p.45-48, 2010.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. e ALMEIDA, M. W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: Capobianco, J. P. **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. Estação Liberdade/ Instituto Socioambiental, 2001.
- COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro : FGV, 1988.
- COUTINHO, S.; QUINAMO, T. e MESQUITA, B. “Fundação Joaquim Nabuco desenvolve pesquisa sobre dinâmicas ecológicas em ambientes estuarinos em Pernambuco e Paraíba”. **Informativo da Rede Mangueiras Pernambuco N. 2** , p. 4 - 5, 02 jan. 2011.
- CPRH- Agência Estadual de Meio Ambiente. **Relatório das bacias hidrográficas**, 2009. <http://www.cprh.pe.gov.br>
- CUNHA, C. C.; LOUREIRO, C. F. B. Reservar Extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira. **Revista Theomai**. N 20. 2009.
- DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983. 287 p.
- DIEGUES, A. C. S. Marine Protected Áreas and Artisanal Fisheries in Brazil. *Samudra Monograph: ICSF (International Collective in Support of Fishworkers)*. Chennai, 2008.
- ESCOBAR, A. **Territories Of Difference: Place, Moviments, Life, Redes**. London: Duke University Press, 2008.
- ESCOBAR, A.; PEDROSA, A. (coords.). **Pacífico, Desarrollo o Diversidad? Estado, Capital y Movimientos Sociales en el Pacífico Colombiano**. Bogotá: CEREC/Ecofondo, 1996.
- FERREIRA, B. F. et al. Características e perspectivas para o manejo da pesca na APA Marinha Costa dos Corais. Anais do II Cong. Bras. de Unidades de Conservação, Campo Grande, MS. 2001, p. 50-58.
- FREIRE, K.M.F. 2005. **Fishing impacts on marine ecosystem off Brazil, with emphases on the northeastern region**. PhD Thesis. Vancouver: University of British Columbia.
- FUKS, Mário; PERISSINOTTO, Renato Monseff & SOUZA, Nelson Rosário (orgs.). **Democracia e participação: os conselhos gestores do Paraná**. Curitiba : UFPR, 2004.
- HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. **Science n. 162**:1243-1248, 1968.
- HARTMANN, P. **A cobrança pelo uso da água como Instrumento Econômico na Política Ambiental**: estudo comparativo e avaliação econômica dos modelos de cobrança pelo uso da água bruta propostos e implementados no Brasil. Ed. Ass. Dos ex-bolsistas na Alemanha/RS (AEBA): Porto Alegre, 2010. 532p.
- HAZIN, F. Ataques de tubarão na costa do estado de Pernambuco. **Com Ciência n. 40**, 2003,

disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/litoral/lit19.shtml>

INGOLD, T. *The perception of the environment*. Nova York, Routledge, 2000.

INSTITUTO OCEANÁRIO. **Diagnóstico socioeconômico da pesca artesanal do litoral de Pernambuco**. Recife: Instituto Oceanário de Pernambuco: Departamento de Pesca e Aqüicultura da UFRPE, 2009.

IPEA. . Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Processo político e decisório no âmbito do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama/ Relatório 1: O Conama na visão dos seus conselheiros**. Brasília: Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão/IPEA. 2010. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama>.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasil: **o Estado de uma Nação**. <http://en.ipea.gov.br>.

IVO, C. T. C.; Pereira, José A. Sinopse das principais observações sobre as lagostas *Panulirus argus* (Latreille) e *Panulirus laeviscauda* (Latreille), capturadas em águas costeiras do Brasil, entre os estados do Amapá e do Espírito Santo. **Boletim Técnico-Científico do CEPENE Vol. 4**, N. 1, 1996.

JACOBI, P.R. 2006. **Governança dos Recursos Hídricos no Brasil: realidade, desafios e perspectivas**. Texto apresentado no encontro “Governança Ambiental no Brasil: contexto, realidade, rumos”, Fundação Joaquim Nabuco. Recife, não publicado.

KALIKOSKI, D. C.; SEIXAS, C.S.; ALMUDI, T. 2009. **Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios**. Ambiente & Sociedade. Campinas v. XII, nº 1, p. 151-172.

KOOIMAN, J., Bavick, M., Jentoft, S. and Pullin, R. (eds.). *Fish for life: interactive governance for fisheries*. Amsterdam University Press, Amsterdam, 2005. pp.1-427.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1994.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Ed. 34, 1994.

LAW, John; MOL, Annemarie (ed.). **Complexities: social studies of knowledge practices**. Durham e Londres, Duke University Press, 2002.

LEROY, Jean-Pierre (rel.); SILVESTRE, Daniel Ribeiro (ass.). **Populações litorâneas ameaçadas: carcinicultura, pesca industrial, turismo, empreendimentos públicos e poluição**. Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, 2004 (mimeo).

LESSA, R. **Dinâmica de populações e avaliação dos estoques dos recursos pesqueiros da região nordeste**./ Rosângela Lessa, José Lúcio Bezerra Júnior, Marcelo Francisco de Nóbrega;- Fortaleza: Editora Martins e Cordeiro, 2009. (Programa Revizee – Score Nordeste) 304 p.

LITTLE, Paul. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. UnB, Brasília: 2002.

LOBÃO, R. J. S. **Reservas Extrativistas Marinhas: uma reformas agrária no mar? Uma discussão sobre o processo de construção da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo**. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, 2000.

LUBAMBO, C.W.; COUTINHO, H.G.. **Conselhos gestores e o processo de descentralização**. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 18, n. 4, Dec. 2004.

- MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1986.
- MALINOWSKI, B. **Crime e costume na sociedade selvagem**. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008 [1926].
- MCCAY, B. J.; ALCHESON, J. M. **The Question of the Commons : The Culture and Ecology of Communal Resources**. University of Arizona Press, Tucson: 1987.
- MPA. **Boletim estatístico da Pesca e Aqüicultura: Brasil 2008-2009**. Ministério da Pesca e Aqüicultura-MPA: Brasília, 2010.
- NORTH, D. C. 1995. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- OSTROM, E. 1990. *Governing the Commons: the Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge, Cambridge University Press.
- OSTROM, Elinor et al. Revisiting the Commons: Local Lessons, Global Challenges. **Science**. V 284. April, 1999.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. (org.). **A Viagem da Volta**. Rio de Janeiro, Editora Contra Capa, 1999.
- PEDROSA, B. M. J. Direitos de Propriedade na Pesca: a experiência internacional com o sistema de quotas individuais transferíveis. In **Políticas Públicas e Meio Ambiente**, da economia política as ações setoriais. Alexandrina Sobreira de Moura (org). Recife: 2009.
- QUINAMO, T. Ambiente e pesca tradicional: foco em Itapissuma, no Canal de Santa Cruz, Pernambuco. **Cadernos de Estudos Sociais** 23 (1-2), 2007.
- RAMALHO, C.W.N. **Pescadores artesanais e o poder público**: um estudo sobre a colônia de pesca de Itapissuma, PE. Monografia de Bacharelado em Ciências Sociais, UFRPE, Recife, 1999.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Embarcações do Encantamento**: Trabalho como Arte, Estética e Liberdade na Pesca Artesanal de Suape, PE. Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. São Paulo: 2007.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **“Ah, esse povo do mar!”**: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis, 2006.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Formação Histórica da Pesca Artesanal: origens de uma cultura do trabalho apoiada no sentimento de arte e liberdade. **Caderno de Estudos Sociais**. Recife, v. 24, n.2, 2008, p. 261-285.
- SARTRE, J. P. **Questão de Método**. São Paulo: Difel, 1967.
- SAUTCHUK, Carlos E., 2010. O que a rede nos ensina sobre o pescador? **Revista Coletiva**, n. 1, disponível em <[www.coletiva.org](http://www.coletiva.org)>.
- SAUTCHUK, Carlos Emanuel. **O arpão e o anzol**: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá). 2007. 310 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Y. **Manguezais brasileiros**. Tese de livre-docência, Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo, 1991.

- SECRETARIAT OF THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. 2010. **Action for Biodiversity**: Towards a society in harmony with nature. Montréal, 44 pages.
- SILVA-CAVALCANTI, J. S. **Biologia e exploração da *Anomalocardia brasileira* por populações de ribeirinhos no estuário do Rio Goiana (PE-PB), Nordeste do Brasil**. Tese de Doutorado em Oceanografia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.
- SILVA, Luiz Geraldo . **A faina, a festa e o rito**: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (Sécs. XVII ao XIX). 1. ed. Campinas: Papirus, 2001. v. 01. 256 p.
- SILVEIRA, Pedro Castelo Branco (no prelo). Florestas e lutas por reconhecimento: território, identidades e direitos na Mata Atlântica brasileira. **Campos: Revista de Antropologia Social**. Curitiba: 2012.
- TABARELLI, M. ; AGUIAR NETO, Antônio Venceslau de ; GRILLO, Alexandre Augusto da Silva ; SANTOS, André Maurício Melo . Fragmentation and habitat loss in the Atlantic forest north of the São Francisco River. In: José Alves Siqueira Filho, Elton M.C. Leme. (Org.). **Fragments of the Atlantic forest of Northeast Brazil**: biodiversity, conservation and the bromeliads. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2007, v. , p. 80-99.
- TIMM, S. C. S. **Arrendamiento de barcos**: una alternativa para la pesca de atun en Costa Rica. São José, Costa Rica, 1986. Dissertação. (Mestrado, National University, 1986).
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Instituto de Ciências do Mar e outros. **Atas dos manguezais do Nordeste do Brasil**: avaliação das áreas de manguezais dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Fortaleza: SEMACE, 2006.
- WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010 [1975].
- WATSON, R.; Pauly, D. Systematic distortions in world fisheries catch trends. **Nature**, v. **414**, 2001, p. 534-536.